



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE

Geografia – Licenciatura

Chapecó, agosto de 2026.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul
Chapecó, SC - Brasil
CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braida

Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan

Pró-Reitor de Graduação: Marilane Maria Wolff Paim

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vítório Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: William Simões

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio

Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Sérgio Begnini

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo

Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski

Coordenador Acadêmico: Everton Bandeira Martins

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici

Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan



Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenador Administrativo: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenador Administrativo: Edson Antonio Santolin

Coordenador Acadêmico: Everton Artuso



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	20
3.1 Coordenação de curso.....	20
3.2 Equipe de elaboração:.....	20
3.4 Núcleo docente estruturante do curso.....	20
4 JUSTIFICATIVA.....	22
4.1 Justificativa da criação do curso.....	22
4.2 Justificativa da reformulação do curso.....	23
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	26
5.1 Referenciais ético-políticos.....	26
5.2 Referenciais Epistemológicos.....	27
5.3 Referenciais Metodológicos.....	30
5.4 Referenciais Legais e Institucionais.....	33
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	38
6.1 Objetivo Geral:.....	38
6.2 Objetivos Específicos:.....	38
7 PERFIL DO EGRESSO.....	39
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	40
8.1 Os domínios formativos e sua articulação.....	40
8.2 A docência na educação básica pública como foco da organização curricular.....	46
8.3 As articulações do currículo com a Educação Básica.....	48
8.4 Articulações com as outras licenciaturas.....	53
8.5 As aulas práticas.....	54
8.6 A flexibilidade na organização curricular.....	55
8.7 Oferta de componentes curriculares na modalidade Educação a Distância - EAD.....	56
8.8 Atendimento às legislações específicas.....	57
8.9 Demonstrativo/Atendimento à Resolução 04/2024.....	66
8.10 Estrutura Curricular.....	70
8.11 Resumo de carga horária do TCC, ECS, Optativas, AA, ACE, EaD.....	77
8.12 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica).....	78



8.13 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura do curso:.....	79
8.14 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares..	86
9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	196
10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO.....	198
10.1. O Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante.....	198
11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	200
12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	202
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	203
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	207
14.1 Bibliotecas.....	207
14.2 Laboratórios.....	208
14.3 Área Experimental.....	211
14.4 Salas de Aula, Salas dos Professores e Auditórios.....	211
14.5 Acessibilidade para Pessoas Deficiência ou Mobilidade Reduzida.....	211
15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	215
16 ANEXOS.....	216
ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	217
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS.....	225
ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	232
ANEXO IV - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CAMPO.....	237
ANEXO V - REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA.....	240
ANEXO VI - REGULAMENTO DE EQUIVALÊNCIA DE CCR.....	245



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Geografia

1.4 Grau: Licenciado(a) em Geografia

1.5 Título profissional: Professor(a)

1.6 Local de oferta: *Campus* Chapecó

1.7 Número de vagas: 50

1.8 Carga-horária total: 3.373h

1.9 Turno de oferta: Noturno

1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 9 semestres (4,5 anos)

1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 18 semestres (9 anos)

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 360 horas

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 30 horas

1.14 Coordenadora do curso: Cristina Otsuschi

1.15 Ato Autorizativo: Portaria n.º 44/UFFS/2009, de 24 de novembro de 2009, convalidada pela Resolução n.º 11/2012 - UFFS/CONSUNI, de 07 de agosto de 2012 (alterada).

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no



Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.



c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

PRO-IMIGRANTE (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regimentos institucionais.

PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regimentos institucionais.

PSS (Processo Seletivo Simplificado) esta forma de ingresso é destinada ao preenchimento das vagas remanescentes, que após realizadas todas as outras formas de ingresso não foram preenchidas.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

Antonio Marcos Myskiw
Guilherme José Schons

“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”¹

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.²

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoou panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto

1 SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

2 TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.³ Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.⁴

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluimos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesores, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construírem caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteira no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.⁵

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFSM) e Marcos Laffin (UFSC).⁶

5 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.

6 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.



Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.⁷ O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.⁸

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.⁹

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional,

7 NICHTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

8 Idem. Ibidem. p. 44-66.

9 BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.¹⁰

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.¹¹

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e

10 LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.

11 PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.



os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).¹²

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois

12 SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI**: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.



alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238 docentes e 266 técnico-administrativos).¹³

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.¹⁴

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.¹⁵ Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro Tempore**: 2009-2015. Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.

14 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos**. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.

15 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual**: 2020 e 2021. Chapecó/SC:



2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia, migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.¹⁶

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.¹⁷ É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.¹⁸

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a

[s.n.], [202-].

16 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021.** Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

17 NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.

18 UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.



pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram



constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).¹⁹ Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antônio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar

19 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes, suprimidos.²⁰ Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gisrael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGRAD)

20 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Cristina Otsuschi - Coordenadora

Igor de França Catalão - Coordenador Adjunto

3.2 Equipe de elaboração:

Ani Carla Marchesan

Adriana Maria Andreis

Andrey Luis Binda

Cristina Otsuschi

Ederson do Nascimento

Gisele Leite de Lima Primam

Igor de França Catalão

Lídia Lúcia Antongiovanni

Marlon Brandt

Maurício José Siewerdt

Ricardo Alberto Scherma

William Zanete Bertolini

Willian Simões

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. Franz, Sandra A. F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Pedro Adalberto Aguiar Castro (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)

Maiquel Tesser (Administrador/DRA)

Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências: Estagiária Kaline Battisti e bibliotecária Daniele Rohr

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do curso de Geografia, conforme designado na Portaria nº 216/2025/CCH.



Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Ani Carla Marchesan	Doutora	Comum
Adriana Maria Andreis	Doutora	Específico
Andrey Luis Binda	Doutor	Específico
Cristina Otsuschi	Doutora	Específico
Igor de França Catalão	Doutor	Específico
Lídia Lúcia Antongiovanni	Doutora	Específico
Marlon Brandt	Doutor	Específico
Maurício José Siewerdt	Doutor	Conexo
Ricardo Alberto Scherma	Doutor	Específico
William Zanete Bertolini	Doutor	Específico



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

A criação do curso de graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul justifica-se por quatro motivos:

- a) Perfil da instituição no qual está inserido;
- b) Demanda regional pela formação de professores qualificados;
- c) Oferta da disciplina nos currículos escolares do ensino fundamental e do ensino médio.
- d) Necessidade da realização de atividades de pesquisa científica e extensão.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada em setembro de 2009, mediante a publicação da lei nº 12.029. Sua implantação está relacionada ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visa à ampliação do acesso ao ensino superior público e orienta ações que promovam a diminuição das taxas de evasão universitária.

Sediada em Chapecó/SC, a instituição possui estrutura *multicampi* que integra os três estados da região sul do Brasil. Além do *campus* sede, a UFFS conta com mais cinco *campi* (Laranjeiras do Sul e Realeza no Paraná, Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo no Rio Grande do Sul). Entre os princípios norteadores do Projeto Político Institucional da universidade destaca-se o comprometimento com a formação de cidadãos conscientes e empenhados com o desenvolvimento social, ambiental e territorial do país. Nesse sentido, a criação do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, relaciona-se fortemente com o perfil geral da instituição. Compreende-se a educação como um espaço de formação de sujeitos críticos, cujo propósito é superar a perspectiva de um ensino tecnicista e supostamente neutro do ponto de vista ideológico, voltado principalmente para a (re) produção de mão-de-obra especializada.

O Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da



Fronteira Sul é o primeiro curso público federal da área inserido na faixa de influência da universidade. Conforme o Ministério da Integração Nacional, a instituição está inserida dentro da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, composta por 396 municípios e população aproximada de 3,9 milhões de habitantes. Neste sentido, o Curso de graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul possibilita oportunidade de ingresso da população regional e de outros lugares, no ensino superior público.

O ensino de Geografia, enquanto disciplina escolar, é obrigatória nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Todos os estabelecimentos de ensino que ofertam educação básica, em diferentes modalidades, contam com a disciplina de Geografia em suas grades curriculares. Em muitos casos, os professores que lecionam esse componente curricular não são formados na área e algumas vezes sequer são formados. Há, portanto, carência de professores formados em Geografia, segundo o relatório produzido pela comissão especial CNE/CEB, com base nos dados do Censo do Ensino Superior de 2005, período em que o percentual de docentes com formação específica em Geografia não passava de 26% no Brasil (RUIZ, RAMOS E HINGEL, 2007). Apesar de existirem algumas universidades que ainda ofertam o curso, elas são privadas e, por isso mesmo, o investimento nos cursos de licenciatura não se compara ao das públicas. Inclusive, algumas universidades de caráter privado encerraram muitos cursos de licenciatura, entre eles o de Geografia.

É importante salientar que o curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó, não se resume somente ao ensino de graduação, mas também a atividades de pesquisa e de extensão, oferecidas para contribuir com a formação continuada dos professores de Geografia.

4.2 Justificativa da reformulação do curso

A revisão do Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Geografia da UFFS, *campus* Chapecó acontece pela segunda vez, desde a criação do curso. A primeira versão do PPC surge quando da criação do curso, no ano de 2010. Depois disso, no ano de 2013, o curso promove a revisão do projeto formativo original o qual, neste momento, é objeto de reformulação. Os processos de autoavaliação do curso, ao longo de mais de uma década de



vigência, assim como os contínuos debates no âmbito do NDE e Colegiado culminam na necessidade de reformulação, considerando a demanda pontuada por estudantes e egressos em reduzir a duração do curso para 4 anos, adequando-se ao que é comum nas universidades públicas brasileiras e tornando-o mais atrativo ao público. A reformulação foi balizada pelo advento de duas legislações principais, a saber:

i) Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020; e

ii) Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, bem como a consequente Resolução nº 52–CONSUNI/CGAE/2024 (alterada), que aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

A inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação, considerando as Diretrizes Nacionais estabelecidas para a Extensão na Educação Superior, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e alterada pela Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020, contribuiu para a reformulação do curso. As diretrizes da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021 norteiam este PPC, tendo a extensão e a cultura, papel estratégico no estabelecimento de relações entre universidade e sociedade.

O currículo dos cursos de licenciatura, em consonância com os princípios institucionais e legais, tem por foco a formação de professores da Educação Básica pública e será integrado pelos Domínios Formativos previstos no Projeto Pedagógico Institucional da UFFS: domínios comum, conexo e específico (Resolução nº 52–CONSUNI/CGAE/2024 - alterada). Todo o percurso formativo considera, como princípio orientador, a docência como atividade profissional intencional e metódica.

Tal percurso contempla a articulação do conjunto das atividades curriculares com a formação de professores para atuar na Educação Básica pública no âmbito do ensino, da gestão da educação, da coordenação pedagógica e da produção e difusão do conhecimento, envolvendo o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura (RESOLUÇÃO CONSUNI/CGAE nº 52/2024 – alterada), para a qual deu-se destaque aos seguintes itens:

- 1) atualização do perfil de formação, focado na docência da Educação Básica no atendimento às dimensões de sua atuação profissional;
- 2) fortalecimento da articulação dos processos formativos do curso com as instituições da



Educação Básica;

3) fortalecimento da relação dos domínios formativos com o perfil de formação e da integração entre estes no âmbito da prática pedagógica;

4) ampliação da oferta de atividades de pesquisa e extensão e fortalecimento da integração entre formação inicial e continuada e entre a graduação e a pós-graduação, sobretudo a partir da implementação de programas como o Mestrado em Geografia e o Mestrado em História, que possuem professores do curso pertencentes ao quadro permanente.

Determinante, também, para esta reformulação curricular foi a organização formativa preconizada pela Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, a qual prevê, dentre outros aspectos a presença do Estágio Curricular Supervisionado (ECS) desde o início do curso. Com isso, o curso de Geografia passa a constar na sua organização curricular o ECS I: o contexto escolar (30 horas) no primeiro nível do curso, sequenciado pelo ECS II: Organização e funcionamento da escola (30 horas). Ademais, conforme consta neste PPC, o curso organizou-se nos quatro núcleos formativos previstos na Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024: I - Núcleo I - Estudos de Formação Geral – EFG; II - Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação; profissional – ACCE; III - Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE; IV - Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado – ECS, conforme consta o Item 8.9 deste documento.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

5.1 Referenciais ético-políticos

O curso de graduação em Geografia na modalidade Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Chapecó/SC, se associa ao contexto da formação geral do cidadão brasileiro e do cidadão do mundo, numa sociedade democrática. Atualmente, as relações territoriais da sociedade são permeadas por elementos da globalização, tornando necessário que os sujeitos de um país se situem no mundo, temporalmente e espacialmente. Com isso, espera-se que neste universo de possibilidades que é o mundo contemporâneo, tenham elementos para escolher seus caminhos no sentido da autonomia e do processo democrático. Aqui insere a educação como um campo da sociedade, a partir das inter-relações que se processam no âmbito do espaço geográfico.

Do mesmo modo, é preciso conhecer não somente o seu próprio território, não somente nas dimensões político-administrativas, da nação ou do local, mas também, sua dinâmica atual e passada, reconhecendo-se como sujeito deste processo. É assim que se constrói sua responsabilidade social, a partir da compreensão de múltiplos processos, sejam das dinâmicas dos territórios, sejam das dinâmicas próprias da natureza, bem como, da própria interação sociedade-natureza numa abordagem espaço-temporal. Neste último, o debate ambiental, pode ser pensado a partir de várias matrizes de racionalidade e tem na Geografia um suporte para o debate ético e político com vistas ao entendimento da crise ambiental atual e do futuro da humanidade.

O curso Geografia - Licenciatura dispõe como ambiente cotidiano, as salas de aulas, a biblioteca, os laboratórios e o próprio espaço geográfico. Além disso, a ciência geográfica tem como tradição e como um dos elementos do seu método de estudos o conhecimento da sociedade nos seus lugares a partir de trabalhos de campo, bem como a partir de parcerias com a sociedade. Os compromissos ético-políticos do curso de Geografia - Licenciatura estão em consonância com a Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 que Aprova a Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica em especial os artigos 1 ao 10 que integram os capítulos 1 e 2 do TÍTULO I, que tratam do compromisso com a formação de professores da Educação Básica pública, em conformidade com os objetivos e os princípios da política institucional.

Chama-se atenção, ainda, ao Art. 4, em especial ao inciso IV e ao PPI da instituição



que tratam da democratização do acesso e da produção do conhecimento e o compromisso com a melhoria da qualidade da educação básica e com a construção de uma universidade popular; ao Art. 6, que trata da integralidade da formação; os artigos 8 e 55, acerca do reconhecimento da instituição escolar e seus sujeitos como co-formadores; ao Art. 4, em especial ao inciso VII, que traz o compromisso com a inclusão; ao Art. 7 e seus incisos que apontam para a gestão democrática, do planejamento participativo e do trabalho coletivo; ao Art. 8 que aborda a relevância histórica e social do conhecimento; Art. 10, inciso IV, sobre a atuação profissional pautada no marco ético-jurídico da educação e do respeito aos direitos humanos, na ética profissional e na sensibilidade estética; e ao Art. 12, inciso IX, da opção de atuação em outros espaços educativos (escolares e não escolares), quando for o caso.

O curso também prima pelo respeito à diversidade cultural e pela valorização das mulheres, nas diferentes possibilidades de participação na universidade e na sociedade. A prevenção e combate às diversas formas de violência contra a mulher devem ser constantes no cotidiano dos docentes e discentes.

5.2 Referenciais Epistemológicos

Com a constituição das correntes de pensamento da Fenomenologia, do Estruturalismo e do Materialismo Histórico (entre 1920 e 1950) há a ruptura epistemológica que leva a uma revolução científica no campo das humanidades. Nas décadas seguintes foram incorporadas de inúmeras formas na Geografia brasileira, especialmente a partir dos anos 1970 (CHAUÍ, 2011, p. 287). Assim, a produção do conhecimento científico geográfico contemporâneo se inscreve neste processo, em busca do seu objeto e de métodos capazes de suprir seu escopo, com a incorporação de pressupostos epistemológicos das três correntes do pensamento acima mencionadas.

A incorporação do materialismo histórico, por exemplo, ocorre nas ciências sociais em geral, em consonância com os questionamentos que se colocavam nas dinâmicas dos territórios no pós-segunda guerra mundial e as subsequentes crises que estavam atreladas às relações e poder (re)definidas, sobretudo nos chamados países do terceiro mundo. É nesse contexto que o livro de Milton Santos “*O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*”, publicado em 1971, mostra que algumas teorias ou pressupostos epistemológicos não mais podiam explicar a realidade destes países. Isso se faz evidente, sobretudo, a partir dos anos 1970, quando o quadro de pobreza no mundo e no Brasil se agravam num vertiginoso processo de urbanização e de periferização produzindo aglomerações gigantescas num



processo de desenvolvimento desigual e contraditório dos/nos territórios. Neste contexto insere-se um conceito paradigmático para a geografia que é o de “*formação socioespacial*” (SANTOS, 1977).

Para Ruy Moreira (2006) o momento atual, desde os anos 1960 e 1970, é de uma ruptura epistemológica que coloca em questão o paradigma da razão fragmentária, herança do positivismo que dominara o pensamento científico e filosófico do ocidente. Esta crise se evidencia, por exemplo, na emergente crise ambiental, “sinônimo de crise dos esquemas de arrumação espacial da superfície terrestre então existente” (MOREIRA, 2006, p. 39). É em especial nos anos 1970 que a Geografia se redefine no campo epistemológico e paradigmático:

É nessa década que a crise do paradigma fragmentário e físico-matemático se mostra mais visível, seja pela exacerbação do modelo, na forma da geografia teórico-quantitativa (CORRÊA, 1982) seja pela emergência de novas linhas teórico-metodológicas, na forma de uma geografia de referência no marxismo, no subjetivismo – a geografia da percepção, geografia humanista e geografia cultural, além da geografia histórica [...] e num ambientalismo de novo tipo [...] de forte inspiração quântica.[...] Mais recentes, e podendo-se dizer ainda nos seus primeiros ensaios, são as correntes que se referenciam na filosofia da linguagem {...} e na filosofia da complexidade. (MOREIRA, 2006, p. 39)

Isto aponta para uma pluralidade epistemológica e metodológica com a qual convive a Geografia. Esta questão fortalece o debate geográfico que sai das amarras de determinadas escolas e enfrenta um dos grandes debates do período atual: a coexistência de distintas epistemes se considerarmos que há distintas matrizes de racionalidade. Isto vem redefinindo as formas de estudar e de agir nos territórios. A interdependência entre os lugares (SANTOS, 2000) e o reconhecimento de que há distintas territorialidades num mundo globalizado nos mostra que há permanências e ressignificações de usos do território.

A compreensão da pluralidade cultural em todos seus aspectos e manifestações artísticas e científicas é necessária e exige do professor uma formação ampla quanto às principais questões que envolvem não somente a interação entre a sociedade, mas também os fundamentos epistemológicos para poder ter conhecimento de todos os aspectos inerente ao seu campo de estudos. Além disso, o curso de Geografia trata dos saberes necessários para a docência no campo da pedagogia e da didática articuladas com o campo do Ensino de Geografia que vem se destacando como uma das principais áreas de conhecimento da Geografia. Merece especial destaque a área de Estágios Curriculares Supervisionados que nos últimos anos vem exercitando novas práticas a partir de vários tipos de parcerias com a escola básica. Outros paradigmas no campo da Educação vão dar ênfase para a co-participação na



produção do conhecimento e do reconhecimento do processo ensino-aprendizagem, isto é, de que são noções indissociáveis.

Grandes transformações paradigmáticas advindas do campo da Física, nos anos 1970 e com a intensificação do uso da informatização nos estudos, dão novo impulso e ressignificam a ampla área da Geografia Física, cujos referenciais epistemológicos demandam especificidades para a compreensão das noções de tempo e espaço em outras escalas de abordagem. Isto nos leva a outros paradigmas que marcam a existência humana e do planeta terra mostrando seus processos, suas transformações e as interações sociedade-natureza numa perspectiva mais holística, compreendendo a interdependência dos elementos, bem como, a postura da sociedade diante da questão dos recursos naturais e das mudanças climáticas. Os debates epistemológicos diante destas questões evocam o debate político uma vez que as escolhas para os rumos do desenvolvimento de uma sociedade, que implica também num questionamento sobre modos de vida, têm consequências em escala global, demandando cada vez mais pactos internacionais, evidenciando, na prática, as conexões, as interdependências.

Na Geografia, inclui-se ainda a área que abarca as representações espaciais e aqui cita-se a Cartografia e as Geotecnologias, que por meio de suas técnicas trazem múltiplas possibilidades como método e instrumento de conhecimento do socioespacial. A necessidade de conhecimentos de base quantitativa para organização de informações, aliado ao conhecimento teórico-metodológico para poder elaborar, ler e interpretar as representações espaciais são, assim, enaltecidas.

Desta forma, os referenciais epistemológicos do curso de Geografia - Licenciatura estão em consonância com a Resolução nº 52/2024 – CONSUNI/CGAE, que aprova a *Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica* uma vez que concebe o conhecimento e suas relações com a prática social mais ampla, debatendo as questões nas escalas local, regional e global (artigos 3 ao 8). É um conhecimento que estuda e debate a questão da historicidade e a criticidade do conhecimento (artigos 4 e 5). Acerca da concepção de docência, seus saberes e sua integração se vincula ao amplo debate em torno do Ensino de Geografia, trazendo elementos teórico-metodológicos para uma educação a partir da diversidade de saberes e que são pertencentes a uma sociedade que permeia a todos (artigo 3). O curso de Geografia ao promover o estudo das dinâmicas socioespaciais em projetos de pesquisa e de extensão incorpora os temas e os dilemas da sociedade contemporânea e busca, senão as respostas, as diretrizes que integradas a outros saberes podem ser utilizadas pela própria sociedade. Desta forma integra-se ao ensino de



Geografia concebido como estudo da vida em comum, (artigos 35, 36 e 39). Também está em consonância aos artigos 5 e 12, que tratam do diálogo entre o conhecimento sistematizado nas áreas do conhecimento e o conhecimento escolar. E finalmente, a integração entre ciência, ética e estética na produção do conhecimento que permeia todo o processo educativo (art. 4 e 5).

5.3 Referenciais Metodológicos

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura da UFFS e seu projeto político-pedagógico foram definidos com base nas Resoluções CNE/CES 14, de 13 de março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Geografia. Considera-se, ainda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, o Decreto nº 5.626 22/12/2005, que regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, a Resolução CNE/CP 001 de 17/06/2004, que institui as DCNs para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

O curso de Geografia - Licenciatura também busca atender a Política Nacional de Formação de Professores, estabelecida pelo Ministério da Educação no Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016, atendendo aos seguintes itens expressos em seu Art. 3º:

II - induzir avanços na qualidade da educação básica e ampliar as oportunidades de formação dos profissionais para o atendimento das políticas deste nível educacional em todas as suas etapas e modalidades, e garantir a apropriação progressiva da cultura, dos valores e do conhecimento, com a aprendizagem adequada à etapa ou à modalidade cursada pelos estudantes;

IV - promover a integração da educação básica com a formação inicial e continuada, consideradas as características culturais, sociais e regionais em cada unidade federativa;

VI - promover a formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo;

VII - assegurar o domínio dos conhecimentos técnicos, científicos, pedagógicos e específicos pertinentes à área de atuação profissional, inclusive da gestão educacional e escolar, por meio da revisão periódica das diretrizes curriculares dos cursos de licenciatura, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno;

VIII - assegurar que os cursos de licenciatura contemplem carga horária de formação geral, formação na área do saber e formação pedagógica específica, de forma a garantir o campo de prática inclusive por meio de residência pedagógica; e

IX - promover a atualização teórico-metodológica nos processos de formação dos profissionais da educação básica, inclusive no que se refere ao uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos. (BRASIL, 2016)



A estrutura curricular também contempla a Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 e no âmbito da UFFS, esses objetivos nortearam a Política Institucional para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica e suas alterações constantes, também a Resolução n. 52/2024 - CONSUNI/CGAE), dentre os quais se destacam:

- 1) o compromisso com a formação de professores da Educação Básica pública, em conformidade com os objetivos e princípios da política institucional (Art. 1);
- 2) a democratização do acesso e da produção do conhecimento e o compromisso com a melhoria da qualidade da educação básica e com a construção de uma universidade popular (Art 3, inciso IV);
- 3) a integralidade da formação (Art. 6);
- 4) o reconhecimento da instituição escolar e seus sujeitos como co-formadores (Art. 9 e 35);
- 5) o compromisso com a inclusão (Art. 4, inciso VI);
- 6) a gestão democrática, o planejamento participativo e o trabalho coletivo (Art. 7 e seus incisos);
- 7) a relevância histórica e social do conhecimento (Art. 8); e
- 8) a atuação profissional pautada no marco ético-jurídico da educação e aos direitos humanos, na ética profissional e na sensibilidade estética (Art. 10, inciso IV);

O Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da UFFS, *campus* Chapecó, tem como objetivo a formação de profissionais da área de Geografia, voltados ao desempenho das tarefas ligadas ao universo da educação (ensino, pesquisa e extensão) e cujos princípios básicos são:

- 1) Compromisso com a construção do conhecimento geográfico, com a multiculturalidade brasileira e com a democracia cidadã;
- 2) Compromisso ético com a vida;
- 3) Respeito à alteridade, à pluralidade de ambientes e interação profissional.
- 4) Compromisso com a qualificação e atuação propositiva na busca de soluções relativas



a questões geográficas; e

5) Envolvimento permanente com os fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.

No curso de Geografia – Licenciatura, a formação de professores é concebida como um processo de emancipação que ocorre mediante a construção de uma consciência crítica, que pode ser desenvolvida a partir da formação inicial desses professores, da produção do conhecimento (articulação teórico-prática) e do desenvolvimento pessoal. A articulação entre teoria e prática, está presente em diferentes contextos além da sala de aula: em laboratórios, nos trabalhos de campo e nas visitas técnicas; assim como nas práticas pedagógicas como componentes curriculares. Os saberes que esse professor comprometido com a educação deve ter na sua prática docente são: rigor científico; pesquisa; respeito aos saberes do educando; criticidade; estética e ética; corporificação das palavras pelo exemplo; aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento e assunção da identidade cultural; apreensão da realidade; convicção de que a mudança é possível; disponibilidade para o diálogo; e compreensão que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

A constituição de tal postura exige do professor uma base sólida dos conhecimentos relacionados à realidade local, regional e global. Essa concepção de educação em articulação com o que prevê a Resolução n. 52/2024 – CONSUNI/CGAE, conduz a questões relacionadas à formação dos professores frente às novas realidades e destaca atitudes a serem assumidas pelos docentes, como:

- 1) Assumir o ensino como mediação: aprendizagem ativa do aluno com a ajuda pedagógica do professor;
- 2) Contribuir com o conhecimento disciplinar geográfico, na construção de conhecimentos interdisciplinares;
- 3) Auxiliar os alunos a construir uma perspectiva crítica dos conhecimentos e habituar-se à análise espacial;



- 4) Assumir o trabalho de sala de aula como um processo dialógico;
- 5) Empregar novas tecnologias da comunicação e informação na sala de aula;
- 6) Atender as diversidades e respeitar as diferenças no contexto da escola e da sala de aula;
- 7) Investir na atualização científica, técnica e cultural, como fundamento do processo de formação continuada;
- 8) Integrar, no exercício da docência, a dimensão de humanidade; e
- 9) Desenvolver comportamento ético e o respeito aos alunos, no que se refere aos seus valores e atitudes em relação à vida, ao ambiente, às relações humanas, a si próprios.

Cabe destacar ainda que o professor deve estar atualizado, ou seja, conhecer a realidade social da sua comunidade e do seu país nos aspectos cultural, econômico, ambiental e político. Enfatiza-se, ainda, a participação no processo de construção de projetos educacionais da sua escola, do uso de métodos didáticos que desenvolvam o processo de aprendizagem dos alunos, respeitando suas individualidades e considerando as características da comunidade onde se encontra inserida a escola.

5.4 Referenciais Legais e Institucionais

A proposta de Projeto Pedagógico do curso de Graduação em Geografia - Licenciatura, considera tanto a legislação federal quanto sua regulamentação institucional. As leis, decretos, resoluções, portarias e regulamentos que embasaram a elaboração deste projeto pedagógico são elencados na sequência.

5.4.1 Âmbito nacional:

[Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#) – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de



reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa



bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências.

Portaria nº 378, de 19 de maio de 2025 - Dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação

5.4.2 Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 11 – CONSUNI/UFFS/2012 – Reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 33 – CONSUNI/UFFS/2013 – Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6 – CGRAD/UFFS/2015 – Aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015 – Aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.



Resolução nº 84/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2026 - Aprova Política de Extensão e de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 4 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 – Regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 16 – CONSUNI/UFFS/2019 – Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 85/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2026 - Aprova Regulamento de Extensão e de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021 – Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 39 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022 – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Resolução nº 40 – CONSUNI CGAE/UFFS/2022 – Normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS).

Resolução nº 106 – CONSUNI/UFFS/2022 – Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 42 – CONSUNI CGAE/UFFS/2023 – Dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.

Resolução nº 43 – CONSUNI CGAE/UFFS/2023 – Regulamenta os procedimentos para a aproveitamento de componente curricular (CCR) nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Resolução nº 58 – CONSUNI/PPGEC/UFFS/2023 – Aprova Regulamento da Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 53 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 – Regulamenta o processo de elaboração /reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação da UFFS.



Resolução nº 54 – CONSUNI/CGAE/2024 – Núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

5.4.3 Licenciatura

Resolução nº 4, de 29 de maio de 2024 - Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

Resolução nº 52 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 – Aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 – Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

5.4.3 Específicas do curso de Geografia

Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001 - Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

O curso de graduação em Geografia – licenciatura tem como objetivo a formação crítica de pessoas comprometidas com a compreensão e interpretação da realidade socioespacial, tendo nos instrumentos teórico-metodológicos da ciência geográfica o apoio necessário ao desenvolvimento de suas atividades, especialmente no trabalho relacionado ao universo da educação na condição de professores de Geografia, a partir dos processos de ensino e aprendizagem, da elaboração de projetos, programas e políticas educacionais, assim como no desenvolvimento de pesquisa científica e atividades de extensão.

6.2 Objetivos Específicos:

- a) Possibilitar a formação de professores que pensem o ensino de Geografia enquanto meio de compreensão, interpretação e transformação da realidade socioespacial, em especial no âmbito da educação básica pública;
- b) Fomentar a construção de um referencial teórico-metodológico e instrumental capaz de garantir aos acadêmicos uma visão geográfica fecunda e adequada para sustentar a reflexão no âmbito do ensino, da pesquisa, da inovação e da extensão em Geografia;
- c) Refletir sobre as especificidades dos métodos e procedimentos de reflexão e pesquisa da ciência geográfica;
- d) Promover a formação cultural e política dos acadêmicos para que possam atuar de modo crítico em sua vida pessoal, comunitária e profissional;
- e) Desenvolver, no processo de ensino e aprendizagem, reflexão e capacidade crítica propositiva;
- f) Contribuir para o desenvolvimento de uma postura ético-profissional e de responsabilidade social dos acadêmicos;
- g) Incentivar a participação dos acadêmicos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão como meios necessários à formação e à produção do conhecimento geográfico.
- h) Incentivar a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva.



7 PERFIL DO EGRESSO

O licenciado em Geografia deve ser um profissional habilitado a atuar na educação, seja nas salas de aula da educação básica pública, seja em outros ambientes educativos não escolares, de forma crítica e coerente com os fundamentos e pressupostos teóricos e metodológicos da ciência geográfica. Deve ser conhecedor das diferentes abordagens da Geografia de forma a contribuir com seus conhecimentos no combate às desigualdades sociais. Deve, então, utilizar o conhecimento geográfico no exercício da docência e nas demais atividades profissionais em que se envolver, respeitando a pluralidade de ideias.

O licenciado em Geografia deve ter:

- a) conhecimento do arcabouço teórico-metodológico da ciência geográfica;
- b) pensamento reflexivo e crítico na construção coletiva do conhecimento;
- c) conhecimentos gerais nas áreas conexas ao seu campo de atuação;
- d) criatividade, iniciativa e flexibilidade nas relações interpessoais e profissionais;
- e) comunicação oral e escrita clara e precisa;
- f) capacidade de trabalhar em equipes disciplinares e interdisciplinares com postura ética e responsabilidade social;
- f) disposição para o aprendizado contínuo e autônomo;
- g) vontade de ampliar as experiências acadêmicas através de trabalhos de pesquisa, de extensão e cultura;
- h) habilidade de analisar as dinâmicas dos espaços urbanos e rurais, da natureza e da sociedade bem como das suas inter-relações;
- i) comprometimento com o ensino de geografia enquanto meio de compreensão, interpretação e transformação da realidade socioespacial e dos fenômenos naturais, especialmente da educação básica pública;
- j) compreensão crítica da cartografia e das geotecnologias enquanto instrumentos para o desenvolvimento de um trabalho reflexivo acerca do espaço geográfico, sobretudo no exercício da docência.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O currículo compreende um constructo dialógico sustentado na relação academia-comunidade, que aqui toma forma, provisória e sistematicamente, de abordagem que abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas por matrículas semestrais. Materializa-se como conjunto de disciplinas que abarcam domínios que se constituem com atravessamento dos âmbitos geral, pedagógico e geográfico. É com esse sentido que o currículo compõe-se por disciplinas de caráter obrigatório e por um conjunto de disciplinas optativas, e deve ser cumprido integralmente pelo estudante a fim de que ele possa qualificar-se para a obtenção do diploma.

Os Componentes Curriculares (CCRs) que constituem o currículo estão articulados e dispostos em conjunto na forma de três núcleos: por um núcleo comum de disciplinas de formação básica e geral, denominado Domínio Comum; por um conjunto de componentes de formação pedagógica, comum a todos os cursos de licenciatura, denominado Domínio Conexo; e por um grupo de disciplinas de formação profissional específicas da Geografia.

Inserido no contexto científico-didático, o Domínio Específico vincula suas abordagens às discussões desenvolvidas no Domínio Comum e Conexo. Esse exercício pressupõe, por exemplo, relações teórico-conceituais entre Didática, Didática em Geografia e Estágio Curricular Supervisionado, conhecimentos de Estatística Básica aplicados ao tratamento de informações geográficas, entre outros.

A organização curricular traduz o percurso formativo a ser percorrido pelos estudantes. Ela confere materialidade aos objetivos e ao perfil vinculados à justificativa de criação e/ou de reformulação da proposta pedagógica. Sua estrutura de organização no âmbito do PPC envolve os seguintes itens:

8.1 Os domínios formativos e sua articulação

A organização curricular dos cursos de graduação da UFFS é concebida em três grandes eixos formativos denominados de Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico.

Entende-se que, independentemente do curso de graduação escolhido pelos estudantes existem conhecimentos que são universais, básicos e imprescindíveis para que o estudante possa desenvolver os traços específicos de um indivíduo com formação superior e que



também são imprescindíveis para uma atuação profissional e autocrítica éticas e responsáveis no mundo atual.

Estes conhecimentos básicos que permeiam todas as áreas de formação são conhecidos como Domínio Comum. O Domínio Comum refere-se ao conjunto de componentes curriculares, dos quais todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo 420 horas e o máximo 660 horas (RESOLUÇÃO Nº 40/CONSUNI/CGAE/UFFS/2022). Este domínio é caracterizado por um conjunto de disciplinas voltadas ao desenvolvimento de habilidades e competências instrumentais e teóricas consideradas fundamentais para o bom desempenho profissional (capacidade de análise, síntese, interpretação de gráficos, tabelas, estatísticas; capacidade de expressar-se com clareza; dominar minimamente as tecnologias contemporâneas de informação e comunicação), ou seja, o domínio das múltiplas linguagens. Objetiva, ainda, despertar nos estudantes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões – municipal, estadual, nacional, regional, internacional.

Existem ainda os conhecimentos que são próprios da prática operativa e reflexiva da docência e que perpassam todas as licenciaturas da Universidade Federal da Fronteira Sul. Essa formação mais própria dos cursos voltados para a docência é enquadrada no que se denomina de Domínio Conexo. O Domínio Conexo envolve conteúdos pertencentes a áreas do conhecimento objetos de estudos em mais de um curso, referentes à formação científica e/ou profissional e que possibilitam o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, organizado em cada *campus* (RESOLUÇÃO Nº 40/CONSUNI/CGAE/UFFS/2022).

No Domínio Específico do curso encontram-se os componentes curriculares responsáveis por apresentar e desenvolver no estudante, os conhecimentos necessários ao fazer geográfico e à compreensão da realidade do ponto de vista geográfico. Além, é claro, de dotá-lo dos conhecimentos didático-pedagógicos necessários ao exercício do fazer docente.

A formação do estudante do Curso de Licenciatura em Geografia do *Campus* Chapecó integra esses três eixos formativos, de forma que já no primeiro período do Curso são ministrados componentes do Domínio Comum e Específico.

8.1.1 O Domínio Comum:

O Domínio Comum está estabelecido na UFFS em seu Regimento Geral (Resolução nº 3/2016-CONSUNI, de 1º/03/2016), Art. 50, §1º, conforme segue:

Entende-se por Domínio Comum o conjunto de componentes curriculares de



formação geral, com o objetivo de promover:

I - a contextualização acadêmica: desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional;

II - a formação crítico social: desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

De modo complementar, o Regulamento da Graduação (Resolução nº 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022) define o seguinte em seu Art. 22:

O Currículo do Curso de Graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento, conforme Regimento Geral da UFFS.

§ 1º Todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo 420 horas e o máximo 660 horas de Domínio Comum, organizado em dois eixos de formação: contextualização acadêmica e formação crítico social.

§ 2º O Domínio Comum de cada Curso deve, obrigatoriamente, respeitar a destinação de, no mínimo, 40% de sua carga horária para cada um dos Eixos de Formação.

A definição do Domínio Comum está pautada, portanto, na abertura curricular e na necessidade de garantir aos estudantes expertises de contextualização acadêmica e formação crítico social de modo que os egressos do curso estejam alinhados aos princípios formativos institucionais. Desse modo, no curso de Geografia, este domínio se realiza segundo expressa o quadro 2:

Quadro 2: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum conforme Resolução Nº 64/CONSUNI CGAE/UFFS/2026

DOMÍNIO COMUM			
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas	Alíneas do art. 13º/Res. CNE/CP nº4/2024
Eixo 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA			
GLA0689	Produção Textual Acadêmica	60h	g
GEX1050	Estatística Básica	60h	c
GEX1048	Informática Básica	60h	h
Total do eixo		180h (42,9%)	
Eixo 2 - EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL			
GCH1738	Introdução ao Pensamento Social	60h	b, h
GCH1736	História da Fronteira Sul	60h	b, h, g
GCH1740	Introdução à Filosofia	60h	h
GCS0927	Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade	60h	b, g, h
Total do eixo		240h (57,1%)	
Total geral		420h	

Considerando os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos, os componentes curriculares do Domínio Comum para o curso de Geografia, ressaltam o caráter



crítico e social inerente a estes componentes curriculares, como os demais componentes curriculares do Domínio Específico do curso.

8.1.2 O Domínio Conexo entre as licenciaturas:

Entende-se por Domínio Conexo o conjunto de componentes curriculares que envolvem conteúdos pertencentes a áreas do conhecimento objetos de estudos em mais de um curso, referentes à formação científica e/ou profissional e que possibilitam o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, organizado em cada *campus* (RESOLUÇÃO Nº 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022). Nesse sentido, o Domínio Conexo refere-se ao conjunto de componentes curriculares que se situam na interface entre diferentes cursos, proporcionando a conexão de saberes e conhecimentos característica de uma formação com diálogo interdisciplinar. Como se trata de domínio com funcionamento entre os cursos de graduação do *campus*, ele deve primar pela aproximação entre as diferentes áreas do conhecimento científico, entre os dois campos profissionalizantes (licenciatura e bacharelado) e, no caso da formação de professores, fazer uma aproximação entre diferentes perspectivas para se pensar o trabalho docente.

No curso de graduação em Geografia - Licenciatura, a primeira forma de conexão é a que se refere aos componentes curriculares voltados à formação de professores (quadro 3). São aqueles componentes obrigatórios compartilhados pelos cursos de Graduação em Ciências Sociais, Filosofia, Geografia, História, Letras e Pedagogia, organizados por eixos formativos e definidos pela Portaria Nº 771/PROGRAD/UFFS/2026.

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo no curso de Geografia

Eixos formativos	CCRs	Carga horária
I – FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	Fundamentos da Educação	60h
	Fundamentos Psicológicos da Aprendizagem e Desenvolvimento	60h
II – POLÍTICAS, FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	Políticas Educacionais	60h
III – DIVERSIDADE E INCLUSÃO	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60h
	Processos Educacionais Inclusivos	60h
IV – DIDÁTICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO	Didática	60h



Eixos formativos	CCRs	Carga horária
V – ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO	Este eixo será tratado nos CCR listados acima, nos componentes curriculares do Domínio Conexo entre as licenciaturas dos cursos, conforme descrito nas ementas dos mesmos, excetuando-se Libras, em cada um dos quais a carga horária equivalente a 01 (um) crédito será trabalhado na forma de prática como componente curricular, com foco em estudos e pesquisas em educação.	-
VI – PRÁTICAS DE ENSINO E ESTÁGIOS	Estágio Curricular Supervisionado I: o contexto escolar	30 horas
	Estágio curricular supervisionado II: Organização e funcionamento da escola	30 horas
TOTAL		420 horas

A segunda forma de conexão diz respeito aos componentes curriculares optativos semelhantes e/ou idênticos ofertados na interface entre a Geografia e outras áreas de conhecimento (quadro 4). São componentes presentes originalmente no curso de Geografia e ofertados também a outros cursos ou ofertados originalmente em outros cursos e incluídos como optativos no curso de Geografia.

Quadro 4: Componentes curriculares optativos em comum entre Geografia e outros cursos da UFFS.

Componente curricular	Área de conhecimento	Cursos em que é ofertado/ <u>curso de origem</u>	Carga horária
Geografia da Saúde	Geografia e Saúde	Enfermagem, <u>Geografia</u> e Medicina	60h
Educação Inclusiva	Educação	Pedagogia	60h
História da África	História	Geografia e <u>História</u>	60h
História Indígena	História	Geografia e <u>História</u>	60h
Introdução à economia	Economia	<u>Ciências Econômicas</u> e Geografia	60h
Fundamentos de Economia	Economia	<u>Administração</u> e Geografia	60h
Introdução ao Pensamento Social	Ciências Sociais	Ciências Sociais, Filosofia, Letras e Pedagogia	60h
Introdução à Filosofia	Filosofia	Filosofia, História e Ciências Sociais	60h

A terceira forma de conexão diz respeito aos componentes curriculares obrigatórios e optativos, não idênticos, ofertados na interface entre a Geografia e outras áreas de conhecimento (quadro 5). São CCRs que, embora diferentes, estão na mesma área temática e apresentam, em certa medida, equivalência e potencial para desenvolvimento de alguma atividade conjunta.



Quadro 5: Componentes curriculares obrigatórios ou optativos em comum entre Geografia e outros cursos da UFFS.

Área de conhecimento predominante	CCR ofertado na Geografia	CCR ofertado em outro curso (curso)
Geografia	Cartografia Sistemática	Cartografia (Engenharia Ambiental e Sanitária)
Planejamento urbano e regional, Ciências ambientais	Planejamento Ambiental	Planejamento Ambiental e Urbanismo (Engenharia Ambiental e Sanitária)
Geografia, Saúde	Geografia da Saúde	Saúde Ambiental (Engenharia Ambiental e Sanitária)
Geociências, Geografia	Hidrogeografia	Hidrologia (Engenharia Ambiental e Sanitária)
Filosofia, Ciências Humanas	Epistemologia da Geografia	Epistemologia (Filosofia), Epistemologia das Ciências Sociais (Ciências Sociais)
Geociências, Geografia	Climatologia	Agroclimatologia (Agronomia)
Geografia, Sociologia, Ciências Agrárias	Geografia Rural, Espaços Rurais	Realidade do campo brasileiro (Agronomia)
Geociências, Geografia	Geomorfologia Geologia Geral Geografia dos Solos	Geomorfologia e pedologia (Agronomia)
Geografia	Geografia Cultural	História Ambiental
Geografia	Geografia Econômica	História Econômica

Outra forma de conexão diz respeito às atividades desenvolvidas fora dos CCRs que envolvem diferentes temáticas a serem trabalhadas em seminários, palestras, minicursos, oficinas ou outros tipos de atividades formativas ao longo do curso. A Semana Acadêmica de Geografia, organizada anualmente desde 2011, e o Café Geográfico, também de organização anual desde 2013, são importantes momentos para o estabelecimento de conexões temáticas de diferentes naturezas, sendo a Semana Acadêmica um evento mais amplo e o Café uma atividade voltada ao debate da formação do professor de Geografia. Estas atividades podem ser articuladas com o Programa de Pós-graduação em Geografia da UFFS.

Por fim, as atividades de Extensão e Cultura inseridas em alguns componentes curriculares do domínio específico, possibilitam articulações dos estudantes entre os níveis e com diferentes cursos.

8.1.3 O Domínio Específico:

O Domínio Específico envolve o conjunto de componentes curriculares que visam sustentar os objetivos específicos do curso, bem como, responder o perfil de egresso almejado. Tratam-se, portanto, dos requisitos básicos à formação profissional, que incluem



componentes curriculares obrigatórios e optativas, tão bem quanto, os estágios curriculares e o trabalho de conclusão de curso.

Os componentes curriculares obrigatórios, encontram-se distribuídos na estrutura curricular de modo a construir os alicerces didático-pedagógico com base nas especificidades da ciência geográfica e de formação docente. As disciplinas optativas, por sua vez, são ofertadas em três componentes curriculares, denominadas Optativa I, Optativa II e Optativa III, ofertadas no sétimo, oitavo e novo níveis do curso.

Os componentes curriculares Optativos ofertados no curso contemplam atividades de Extensão e Cultura, assim como EaD. A Optativa cursada em outro curso, provavelmente não terá extensão curricular e horas em EaD. A intenção desses componentes curriculares, é justamente, possibilitar ao discente a escolha do componente curricular, com base em seus interesses pessoais e como possibilidade de auxiliar a elaboração de pesquisa geográfica no Trabalho de Conclusão de Curso. Os estudantes terão que cursar 120h de optativas do grupo Formação Geral, que são ofertados em outros cursos, e no mínimo 60h de optativa com atividades de extensão, do grupo Formação Específica, sendo que os componentes curriculares poderão variar entre 30h e 60h.

Cabe salientar, que apesar de pertencerem ao domínio específico do curso, discentes de outros cursos da instituição podem também realizá-los, desde que haja disponibilidade de vaga e de que sejam previstos no Projeto Político Pedagógico de seu respectivo curso de graduação. Os componentes curriculares optativos com ementas e bibliografias abertas, como os intitulados “Estudos Temáticos em Geografia”, devem ser aprovados pelo colegiado do curso a partir da apresentação da proposta por parte do docente.

Os componentes obrigatórios e optativos são apresentados nos quadros do item 8.10.

8.2 A docência na educação básica pública como foco da organização curricular

A estrutura curricular aqui disposta, como já afirmado anteriormente, possui foco na formação docente para a Educação Básica. E, nesse sentido, pode ser visto como uma importante potencialidade a oferta de um currículo em que coexiste o acesso aos conhecimentos, saberes e práticas com ancoragem na Ciência Geografia e os que atendam especificidades profissionais da formação docente. Com base em Souza e Santos (2017, p. 120), corroboramos com “a importância de uma articulação curricular entre os conhecimentos disciplinares específicos da Geografia e os conhecimentos disciplinares pedagógicos”, em que “os conhecimentos necessários ao saber ensinar não podem ser compreendidos e utilizados de



forma isolada pelo professor no exercício de sua profissão”.

Isso porque o desafio desta proposta curricular será, também, o de permanente busca, por meio de diferentes ações pedagógicas que envolvem pesquisa, ensino e extensão, pela superação do distanciamento resistente nos cursos de formação de professores, entre a Ciência Geográfica – enquanto um saber científico-acadêmico – e o ensino de Geografia na Educação Básica – enquanto um saber científico-didático -, também denominado por alguns intelectuais como Geografia Escolar (CALLAI, 2013).

Desta forma, optamos por uma perspectiva de formação docente ancorada nos pressupostos da Educação Geográfica, que significa “mais que simplesmente ensinar e aprender Geografia”, significa se desafiar a “transpor a linha de simplesmente obter informações para realização de aprendizagens” que podem ou não ser significativas, da pura e simplificada transposição didática do que se aprende no ambiente universitário para o ambiente da escola. Mas, está preocupada em formar professores engajados em ensinar uma Geografia que seja capaz de ampliar a capacidade humana de “entender a sociedade a partir da espacialização dos seus fenômenos”, o que pode ser visto como importante “contribuição para a construção da cidadania” (p. 75-76).

Nesse sentido, corroboramos com a compreensão de Palacios (2017, p. 13), que “*la educación geográfica es un área del conocimiento educativo que integra el saber pedagógico y el conocimiento geográfico*”. O que exige compreender o exercício da docência como sendo uma ação intelectual, não de mera adaptação à realidade violentamente imposta pelo tecido social hegemonicamente capitalista, mas como alguém capaz de reconsiderar e, sempre que possível e necessário, “transformar a natureza fundamental das condições em que trabalham”, assim também, para combinar “reflexão e ação no interesse de fortalecerem os estudantes com as habilidades e conhecimentos necessários para abordarem as injustiças e de serem atuantes críticos comprometidos com o desenvolvimento de um mundo livre da opressão e exploração” (GIROUX, 1997, p.29).

Desta forma, a concepção de docência aqui delineada está em consonância com o que está previsto no Art. 2º e seus respectivos incisos, da Resolução nº 52/2024 – CONSUNI/CGAE, em que a docência é entendida como sendo “atividade profissional intencional e metódica”. E, em particular nesta proposta pedagógica, o percurso formativo, objetiva, também:

i) potencializar a formação de professores-pesquisadores de Geografia para atuarem na Educação Básica pública, nas diferentes etapas e modalidades de sua organização e oferta, nos



âmbitos do ensino, da gestão dos processos educacionais e de ensino e aprendizagem, da coordenação pedagógica, da produção e difusão de conhecimentos, bem como para atuar em outros espaços educativos escolares e não escolares;

ii) promover o exercício responsável da docência em Geografia, tendo a escola pública como uma importante referência para o trabalho pedagógico, como espaço de realização de pesquisas, atividades de extensão e cultura, com vistas ao fortalecimento de seu caráter formativo e de produção do conhecimento;

iii) fortalecer o compromisso com a democratização do conhecimento, visando contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de Geografia na Educação Básica pública;

iv) desenvolver a docência em Geografia, pautada pelo marco ético-jurídico da educação e direitos humanos, na ética profissional, na sensibilidade estética, capaz de reconhecer a diversidade e a inconclusividade humana e no conhecimento crítico da realidade e dos processos formativos (conforme Art. 9 da Resolução nº 52/2024 – CONSUNI/CGAE).

Assim, a docência na educação básica pública é foco de nossa estrutura curricular, em que se almeja a oferta de um percurso de formação que amplie as capacidades de atuação docente não só para trabalhar com os históricos conteúdos/conhecimentos escolares de Geografia, mas também, para que cada vez mais, os futuros professores intelectuais estejam engajados na defesa da escola pública como espaço-tempo de democratização do conhecimento, com os projetos de vida e de humanização que busquem superar em conjunto com as novas gerações, as desigualdades e as atrocidades já provocadas pela humanidade.

8.3 As articulações do currículo com a Educação Básica

O curso de Geografia, que é na modalidade de Licenciatura da UFFS/SC entrelaça, enquanto princípio fundante, a especificidade de concentrar estudos que se relacionam com a formação de professores de Geografia, para atuarem na EB, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Sustenta-se, portanto, em dois pressupostos que compreendem conhecimentos conceituais geográficos e a sua vinculação com a dimensão do ensino. Esse complexo, alicerça-se epistemológica e metodologicamente no pensamento geográfico, resultante das investigações, estudos e produções da área. Em interlocução com a política institucional, tomam especial acento as relações entre ensino, pesquisa e extensão, e a articulação do domínio específico, com os domínios comum e conexo.

Na apresentação das articulações do currículo do curso de Geografia – Licenciatura, consideramos elementos da Resolução nº 52/2024 – CONSUNI/CGAE e a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica



(EB). O conjunto do PPC Geografia coaduna com as políticas públicas nacionais e institucionais, no que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a EB, inserção e articulação da UFFS entre os cursos e os *campi* da UFFS e destes com a comunidade regional. Compreende o respeito a “docência como atividade profissional intencional e metódica, currículo como produto e como processo histórico; conhecimento como práxis social; formação integral e a processualidade dialógica na organização pedagógica; gestão democrática e o planejamento participativo; articulação com a EB pública e outros espaços educativos escolares e não escolares; e o egresso como docente da EB pública”.

Nesse complexo regulamentador e legitimador, tem acento o “reconhecimento das instituições da EB pública como espaços necessários à formação inicial e continuada de professores e como componentes essenciais da profissionalização docente, que deverão ser integradas no cotidiano da instituição formadora” e o “reconhecimento de que a instituição escolar, seu currículo, sua organização, seu funcionamento e os saberes vinculados à experiência docente devem articular-se com os demais saberes integrantes da formação docente e que a inserção dos estudantes no contexto escolar deve se dar ao longo de todo o processo formativo.”.

Envolve esse complexo, assumir que a “teoria separada do ato aproxima-se do entendimento e tratamento” conceitual geográfico “[...] esvaziado de sentido” científico-acadêmico, “empobrecendo o ato” e “reduzindo muito as possibilidades de atribuição de significados conceituais com maior generalidade e complexidade” (ANDREIS; CALLAI, 2017, p. 109). Assim, os conhecimentos trabalhados nos componentes curriculares do curso e as metodologias interativas, visam qualificar, atualizar e problematizar, o ensino e os estudos desenvolvidos na EB, pela área da Geografia. Realiza-se em diálogo permanente com as escolas de ensino fundamental e médio, que vivem as experiências das aulas de Geografia, do complexo de gestão da escola e do universo das relações no lugar e com o mundo. Esses aspectos são fundamentais enquanto referentes à formação na universidade. Além de abrir-se às vivências da escola, paralelamente, a universidade sustenta a escola com seus estudos e pesquisas, com vistas a ambas, qualificarem a construção de conhecimentos geográficos e a formação humanitária, na escola e na universidade.

Tendo como objeto de estudos o espaço geográfico, o entendimento deste, e a compreensão dos princípios, conceitos e categorias a ele vinculados, adquirem caráter de elo a todos os processos educativos escolares e universitários. Cabe destacar o que é proposto por



Milton Santos, ao referir o espaço geográfico como sendo “[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (1996, p. 51). O geógrafo argumenta, que “no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina”.

Sistematizando as perspectivas geográficas de leitura e compreensão do mundo, o pesquisador da geografia acentua a inseparabilidade, mas também a singularidade dos elementos humanos e não humanos, que conjuntamente atuam de modo permanente na construção do espaço. Compõem esse processo, apresentado pelo autor, os movimentos de interpretação por meio da construção de ferramentas de representação desse objeto.

Ao encontro dessas análises Doreen Massey refere que a espacialidade é a “dimensão do social” implicada em “dimensão da mudança”. Esse acento no social se assenta no resultado das relações entre natureza e sociedade. Considerando que o mundo é o objeto comum nos estudos das áreas do conhecimento, esse esclarecimento da autora singulariza o objeto geográfico, sem incorrer na separação entre o natural e o social e, concomitantemente, protege da confusão com outras áreas do conhecimento que têm outras especificidades.

Ao afirmar a multiplicidade coexistente, a pesquisadora destaca a perspectiva coetânea como paradoxo à contemporânea. Sustenta, que: “primeiro: reconhecemos o espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações [sociais], desde a imensidão do global até o intimamente pequeno; [...] Segundo: compreendemos o espaço como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem, como esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade; [...] Terceiro: reconhecemos o espaço como sempre em construção” (p. 28).

A inseparabilidade dos elementos, a multiplicidade e a obra em permanente construção, compreendem reconhecer a diversidade como constitutiva e produtora de mundo, em relações entre elementos humanos e não humanos como “simultaneidade de histórias-até-agora”. A par desses entendimentos, a autora chama a atenção para a prisão da redução à sincronia espacial, resultado da dificuldade de enfrentar o isolamento, mistura ou hierarquização das dimensões de espaço e tempo, compreendidas como inerentes ao espaço geográfico.

Essas contribuições geográficas, na dimensão educativo-formativo, tanto na



universidade como na escola, assumem o reconhecimento do diálogo, da provisoriedade do humano e do conhecimento, e aos princípios inclusivos, como método e metodologia, à aprendizagem dos pressupostos humanitários do humano. Assim, estudar o lugar para compreender o mundo e estudar o mundo para compreender o lugar, envolve-se nesse complexo de relações entre o espaço geográfico e o ensino de geografia, com vistas à construção do pensamento geográfico.

Ao estudo da produção e representação desse entendimento de espaço geográfico, lugar, cotidiano, paisagem, região e território, compreendem diálogo permeado pelos conceitos de redes, escalas, distâncias e movimentos. O cotidiano é assumido como a perspectiva da atualidade dos locais, e como o “aqui-agora” dos sujeitos em interação que envolve a “arquitetônica espaço-temporal de sentidos atribuídos aos significados conceituais” em “indepassável confroencontro”, como propõe Andreis (2014).

É importante referenciar o alerta de Andreis e Callai (2016) , de que não se pode confundir cotidiano com lugar, nem lugar com local. Baseando-se em Massey (2012), as pesquisadoras referem que o lugar, que é sempre localizado no sentido de que está em determinada posição física, é fronteira (não é limite/divisão) dialético-dialógica construída pelas relações entre sujeitos e destes com o não humano, naquele contexto. Conceituam essa noção como “ponto” de *referenciamento de diferentes redes em conexões produzidas que se materializam no território*, que implica em um local contextualizado espaço-temporalmente. Pois, lugar é uma “combinação única e singular de estratos, de camadas que configuram uma combinação irrepetível” (MASSEY, 2012, p. 25).

Todo lugar tem paisagens, afirmadas conceitualmente por Milton Santos (1988) como percepção, que é sempre um processo seletivo de apreensão. É “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem [...]. Não apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (p .61.) O autor analisa, que se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada, então, dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Por isso, nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado.

A região é uma noção geográfica que apreende a ideia de organização representacional do espaço geográfico, que permitem aproximações e diferenciações entre lugares, tendo por base seus adensamentos, em contraponto às suas rarefações. O critério para essa organização, que visa o estudo e o planejamento, pode ser econômico, cultural, natural ou outro, ou seja, o mesmo lugar compõe diferentes regiões. Em relações a essa conceituação, cabe referir a



valorização do regional enquanto lugar no qual e com o qual se realizam os processos educativos geográficos, desenvolvidos pelo curso.

Lugares e suas paisagens em permanente construção são sempre território, pois têm compreendidas relações de poder, propriedade e empoderamento. Com aporte em Saquet, Simões (2015) refere que é importante compreender o território como “apropriação social do ambiente, ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas”. Reitera, “que o homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente” e que, portanto, “o território é um espaço natural, social historicamente organizado e produzido”. Reiterando as relações de força de controle dos lugares, pelo viés territorial, o Pesquisador acentua, assim, a dimensão relacional entre humano e não humano do espaço geográfico.

Nota-se nesses modos de abordar o espaço geográfico, que as noções de redes, fronteiras, escalas, distâncias e movimentos, adquirem centralidade, enquanto aspectos das leituras conceituais dos processos com os quais se produz espaço geográfico. Estes aspectos da abordagem geográfica, tem um acento na consideração dos princípios científicos da geografia, pois a extensão, analogia, causalidade, conexidade, unidade e individualidade, entre outros, que, pelo seu caráter espaço-temporal, são elos que enlaçam a sustentação dos conhecimentos conceituais e metodológicos trabalhados.

A realização da articulação com a EB e caracterizada pela dinamicidade em processo dialético, pois soma experiências e conhecimentos, tendo como aporte os conceitos, categorias e princípios. Um confronto problematizador, que dá vida ao curso de Geografia, assumindo a escola e a universidade como lugares que produzem conhecimentos, e que se renovam e avançam por meio desse complexo dialógico.

Enquanto contributos à formação de professores, esses elementos conceituais geográficos se efetivam por meio de práxis que assume a escola como lugar de vida e como espaço de formação do professor. Esse processo relacional, envolve o compromisso com a integração entre os domínios específico, comum e conexo, ensino, pesquisa, extensão e cultura. No conjunto do curso, exemplificam esses processos: as atividades realizadas no âmbito de Programas como o Programa de Residência Pedagógica (PRP) desenvolvido em parceria com o curso de Geografia da UFFS de Erechim no estado do RS, que se caracteriza pela qualificação dos estágios de docência em escolas com acadêmicos dos níveis finais do curso; o estágio curricular, no PRP e no modo convencional é processo privilegiado da articulação com a EB, pela experimentação e aprendizagem efetiva com os sujeitos da escola



que retroalimenta o curso; as atividades com acadêmicos dos níveis iniciais do curso, aos quais se abre a possibilidade de realizar atividades no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBID). Em 2024, o PIBID com outra estrutura passou a envolver os estudantes dos níveis iniciais e finais, incorporando a atividades de regência; que antes eram específicas do PRP.

Os projetos de extensão e projetos de pesquisa; grupos de estudos com a participação de professores da EB e comunidade regional; as atividades de prática voltadas à construção de saberes da docência, estejam elas previstas textualmente como prática como componente curricular ou não nos ementários dos CCRs; participação dos professores da EB na Semana Acadêmica de Geografia e no Café Geográfico Temático, realizados anualmente, e outros eventos propostos e ou organizados pelo curso ou pelos CC; e a participação dos professores da EB como convidados aos debates, a exemplo dos seminários integrados de estágio, fortalecem os vínculos entre estudantes, docentes e a comunidade escolar. As atividades de Cultura e Extensão, planejadas e implementadas pelos estudantes do curso, possibilitam a interação com a comunidade e aproxima a universidade para contribuir conforme as demandas locais.

Esses movimentos, envolvem relações de ensinar e aprender na universidade, enquanto dimensão formativa do professor de Geografia, realizadas por meio de relações de ensino e de aprendizagem com a escola. Pois, consideramos que a “Geografia, no conjunto do currículo escolar, tem a finalidade de contribuir para que o aluno construa a sua compreensão da espacialidade do mundo em que vive e, ao mesmo tempo, de oferecer ferramentas intelectuais para promover a análise crítica do espaço”. Então, “é intransferível a necessidade de que seja superada a fragmentação, o modo como as explicações se contextualizam num quadro mais amplo, para que o aluno consiga perceber o encadeamento das coisas que está fazendo e dos temas que está estudando”, relações estas dependentes da articulação intrínseca entre universidade e escola. (ANDREIS, CALLAI, 2017, p. 113).

8.4 Articulações com as outras licenciaturas

O Curso de Geografia articula-se com as demais licenciaturas do *Campus* Chapecó e da instituição por meio de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito do ensino, as licenciaturas compartilham conhecimentos e experiências formativas nos CCRs do Domínio Conexo (conferir item 8.1.2) e, em alguma medida, do Domínio Comum (item 8.1.1). Os CCRs conexos têm natureza teórica e prática e



aprofundam-se nos aspectos fundamentais da formação de professores. Estão integrados por um eixo formativo denominado *Estudos e Pesquisas em Educação* a ser desenvolvido dentro de cada CCR, inclusive na forma de Prática como Componente Curricular. Além disso, os CCRs Estágio Curricular Supervisionado I e II focam nas atividades de gestão escolar, considerando o trabalho interdisciplinar sendo ofertados desde o início do curso, na área de formação e atuação na Educação Básica conforme a Resolução CNE/CP nº 4 de 2024.

No âmbito da pesquisa, as articulações dão-se por meio de projetos que envolvem outras licenciaturas no âmbito dos grupos de pesquisa de que participam os docentes do curso e seus estudantes vinculados.

A extensão contempla o desenvolvimento de projetos de formação inicial voltados aos estudantes do curso, incluídos os programas institucionais como o PIBID, que têm característica simultânea de ensino e extensão, assim como de formação continuada para docentes da educação básica. Esses projetos realizam-se como cursos, seminários e colóquios, além das atividades que integram a Semana Acadêmica de Geografia e o Café Geográfico, com o objetivo de integrar discentes das licenciaturas e profissionais da Educação Básica Pública, assim como outros interessados de toda a comunidade regional.

As atividades de Cultura e Extensão inseridas em alguns componentes curriculares do domínio Específico no curso de Geografia, poderão ser articuladas com outros cursos, ampliando e fortalecendo as conexões entre os diversos setores da universidade e da comunidade externa. Seminários de socialização e de avaliação, serão importantes para relatos de experiências e identificar os desafios a serem enfrentados.

Todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão são socializadas em eventos institucionais que envolvem estudantes e docentes de todos os cursos, incluídas as licenciaturas. Mencionem-se, por exemplo, o Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE) que ocorre em cada *campus* e a Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica (JIC) que ocorre de maneira rotativa entre os *campi*.

8.5 As aulas práticas

O curso de Geografia, conforme explicitado nos fundamentos teórico metodológicos, têm nas suas bases epistemológicas e metodológicas as atividades de caráter prático. Tais atividades dizem respeito tanto a atividades realizadas em laboratório, em trabalhos de campo e em estágios curriculares no ensino básico.

Estas atividades são orientadas e monitoradas pelos docentes do curso. Em algumas



destas atividades há o acompanhamento de sujeitos da sociedade, sejam professores do ensino básico, ou pessoas da comunidade que nos acompanham ou nos recebem em trabalhos de campo. Desta forma o curso de Geografia está de acordo com a concepção e organização de atividades práticas, conforme o artigo 44 da Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024.

8.5.1 Prática como componente curricular

A presença contundente da prática como componente curricular acompanhou a legislação da formação docente brasileira por mais de dez anos e, portanto, deixou marcas importantes sobre a necessária interlocução entre os saberes específicos das diversas áreas de formação de professores com os saberes inerentes ao ser docente, em especial, ser docente da escola básica. Embora atualmente a legislação não exija número de horas mínimo para que esta forma de interlocução com a escola aconteça, o curso de Geografia da UFFS/CH, assomado a tradição da área na pesquisa sobre o ensino de Geografia, seguirá tratando nos seus mais diversos componentes curriculares os saberes da docência e a interlocução com a Educação Básica.

De acordo com a Portaria 771/PROGRAD/UFFS/2026, cada componente curricular do Domínio Conexo entre as licenciaturas, com exceção de LIBRAS, possui o equivalente a um crédito para ser trabalhado como prática como componente curricular, visando estudos e pesquisas em educação. A prática como componente curricular deve ser explicitada nos planos de curso para que os estudantes possam compreender a articulação pedagógica dos componentes curriculares com a Educação Básica.

8.6 A flexibilidade na organização curricular

A flexibilidade do currículo encontra-se limitada pelo fato de se tratar de um curso noturno cuja oferta de CCRs se restringe a cinco noites por semana, já que grande parte dos estudantes está em condição simultânea de trabalhadores. Além disso, existem também as obrigações institucionais com os CCRs dos Domínios Comum e Conexo, que ocupam **13** posições dentro da estrutura curricular, ou seja, três níveis do curso. Acresça-se a isso as posições na estrutura ocupadas pelos CCRs de Domínio Específico, 360 horas de estágio, totalizando 420 horas com os CCRs de estágio no Domínio Conexo.

Desse modo, a flexibilidade da estrutura curricular acaba por efetivar-se na oferta de três posições para CCRs optativos, correspondendo a 180h de livre escolha dos estudantes



entre aqueles ofertados, podendo ser CCRs de 30h ou de 60h. Os estudantes devem cursar 120h do rol de componentes curriculares de Formação Geral e 60h do rol de CCRs com extensão. Não obstante, os estudantes são livres para cursar outros CCRs optativos para além deste limite. Os CCRs optativos são aqueles oferecidos pelo curso de Geografia ou por outros cursos do *campus* e têm por finalidade a complementação de conhecimentos. O item 8.10 deste PPC apresenta o rol de CCRs optativos.

Além da oferta de CCRs, outras atividades de caráter complementar e realizadas pelos discentes de forma orientada ou não, contribuem para a flexibilidade curricular, conforme o inciso V do artigo 44 da Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022. Trata-se de, no mínimo, 96 horas em Atividades Autônomas (AAs), conforme o item 8.10 deste PPC. No artigo 67 da Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022, as AAs são denominadas Atividades Autônomas.

8.7 Oferta de componentes curriculares na modalidade Educação a Distância - EAD

Considerando a Portaria MEC nº 378, de 19 de maio de 2025, especificamente no que se refere à modalidade de Educação a Distância (EaD) e a Resolução nº 42/CONSUNI/UFFS/2023, que trata sobre a oferta dos componentes curriculares na modalidade de EaD nos cursos presenciais da graduação na UFFS, o curso de Geografia - Licenciatura adotou o limite de 12,16% da carga horária do curso (410 horas) a ser realizada na modalidade Educação à distância. A distribuição da carga EaD integra parcialmente os componentes curriculares do domínio específico e as Optativas ofertadas pelo curso, conforme quadro abaixo:

Quadro 6: Componentes curriculares com EaD

Componente Curricular	Carga horária total	Carga EaD
Geologia Geral	75	20
Introdução ao Sistema Terra	30	10
Geografia da População	60	10
História do Pensamento Geográfico	60	10
Climatologia	75	20
Cartografia Sistemática	60	10
Geografia Econômica	75	20
Geomorfologia	75	20
Epistemologia da Geografia	60	10
Cartografia Temática	60	10
Tópicos Especiais em Geografia	30	10
Geografia dos Solos	75	20
Hidrogeografia	75	20
Didática em Geografia	60	10



Componente Curricular	Carga horária total	Carga EaD
Geografia Política	75	20
Geografia Urbana	75	20
Regiões e Redes	75	20
Sistema de Informações Geográficas	60	10
Biogeografia	75	20
Geografia Cultural	75	20
Geografia Rural	75	20
Organização do Espaço Mundial	60	10
Geografia de Santa Catarina	75	20
Geografia do Brasil	75	20
Geografia Socioambiental	75	20
Optativa III	60	10
Total de carga horária em EAD		410

As aulas destinadas na modalidade EaD serão planejadas pelo docente responsável em cada um dos componentes curriculares e estarão previstas no plano de curso. Os encontros serão mediados em Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, podendo incluir diversas atividades, tais como: a resolução de listas de exercícios, a elaboração de relatórios de campo, a construção de materiais didáticos, a análise e a interpretação de dados e cujo registro, ocorrerá a partir da entrega das atividades por parte dos discentes. As atividades EaD poderão ser avaliadas, compondo as notas conforme o planejamento no plano de curso. A devolutiva das atividades poderão ser intermediadas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem ou de forma presencial conforme acordado com os estudantes no início de cada semestre.

8.8 Atendimento às legislações específicas

O curso de Geografia – Licenciatura atende em seu PPC as seguintes legislações específicas:

1- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.



Quadro 7: Componentes curriculares que abordam Educação Ambiental

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 Educação Ambiental		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Epistemologia da Geografia (obrigatório)	Abordagens teórico-metodológicas geográficas das relações étnico-raciais, gênero e educação ambiental.	COCATO, G. P. Crítica à educação ambiental no ensino de geografia: discussão e propostas pedagógicas. Geosp, v. 25, n. 1, p. 1-21, e-158138, 2021. LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. Olhar de professor, Ponta Grossa, 14(2): 309-335, 2011. Olhar de professor, Ponta Grossa, 14(2): 309-335, 2011. PORTO-GONÇALVES. O Desafio Ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.
Educação Ambiental (optativa)	Contexto histórico da Educação Ambiental no Brasil.	BAGGIO, André; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (Org). Educação ambiental e complexibilidade: entre pensamentos e ações. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico . 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2017 DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de educação ambiental: práticas inovadoras de educação ambiental. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gaia, 2006. GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2011. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo, PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. 2ed. ver e atual. Barueri: Manole. 2014 RUSCHEINSKY, Aloísio. Educação ambiental: abordagens múltiplas. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2023. GUIMARÃES, Mauro. Caminhos da educação ambiental: da forma à ação. 5ed. Campinas: Papyrus, 2008 . LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Orgs.) Repensar a educação ambiental. Um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009. REIGOTA, Marcos; Heliadora, B.; PRADO, Soares do. (orgs.) Educação ambiental: utopia e praxis. São Paulo: Cortez, 2008. SILVA, Márcia Regina Farias da et al. Gestão ambiental: caminhos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Livraria da Física, 2013.
Hidrogeografia (obrigatória)	Água e educação ambiental.	MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. Indicadores ambientais e recursos hídricos. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. 686 p. PINTO-COELHO, R.M.; HAVENS, K. Gestão de recursos hídricos em tempos de crise. Porto Alegre: Artmed, 2016. 228 p. RODRIGUES, M.H.Q.; CARVALHO, M.R. Práticas de educação ambiental: metodologia de projetos. Curitiba:



Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 Educação Ambiental		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
		Appris, 2016. 197 p.
Didática em Geografia (obrigatória)	Os conteúdos escolares implicando a educação ambiental e as diversidades culturais e étnico-raciais constitutivas do espaço geográfico.	FIALHO, Edson Soares. A geografia escolar e as questões ambientais . Revista Ponto de Vista, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 49–64, 2020. Disponível em: https://beta.periodicos.ufv.br/RPV/article/view/9722
Biogeografia (obrigatória)	A Biogeografia como subsídio para a Educação Ambiental	TROPMAIR, Helmut. Biogeografia e meio ambiente . 9. ed, rev, e atual. Rio de Janeiro, RJ: Technical Books, 2012. 227 p. MARTINS, Celso. Biogeografia e Ecologia . 5. ed. São Paulo: Nobel, 1985. 115 p. ODUM, Eugene Pleasants. Ecologia . Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p. ISBN 978-85-201-0249-7. PEREIRA, J. B. S.; ALMEIDA, J. R. Biogeografia e geomorfologia. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (coord.). Geomorfologia e meio ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 198-199.
Geografia Socioambiental (obrigatória)	Desafios e possibilidades: educação ambiental e perspectivas socioambientais.	LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 239 p. MENDONÇA, Francisco. Geografia e meio ambiente . São Paulo: Contexto, 2008. 80 p. MENDONÇA, Francisco; KOZEL, S. Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea . Curitiba: UFPR, 2004. 265 p. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des)caminhos do meio ambiente . 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 148p. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental . 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. p.179. AB'SÁBER, A. N.; GOMES, H.; BERRÍOS, R.; BRAGA, R.A.P.; LIMA, S.A.C.; SUERTEGARAY, D.M.A.; SHÄFFER, N.O.; ESTRADA, M.L. (orgs). Geografia e questão ambiental . Terra Livre 3. São Paulo: Marco Zero/AGB, 1988. MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann (org.). Geografia e questão ambiental . Rio de Janeiro: IBGE, 1993. MORAES, Antonio Carlos Robert. Meio ambiente e ciências humanas . 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo, PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade . 2. ed. ver e atual. Barueri: Manole. 2014
Planejamento Ambiental (optativo)	Planejamento e educação ambiental e Desenvolvimento Sustentável.	ALMEIDA, J. R.; PEREIRA, S. R. 1991. Avaliação de impactos ambientais – M. Scriptus, UFRJ. GANEM, Rosely Senna (org). Legislação brasileira sobre meio ambiente . Caderno 1 Fundamentos legais e constitucionais. Edições Câmara. Brasília. 2013. GUERRA, Antonio Jose Teixeira.; CUNHA, Sandra Baptista da. 2008. A questão ambiental: diferentes abordagens . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. LEFF, Enrique et al. (Coords.) 2003. A complexidade



Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 Educação Ambiental		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
		ambiental. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez. MACEDO, R. K. 1994. Gestão ambiental: os instrumentos básicos para a gestão ambiental de territórios e de unidades produtivas. Rio de Janeiro: ABES. SANTOS, R. F. 2004. Planejamento ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos. CHAMUSCA, Adelaide (orgs). Educação ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Brasília: MEC/SECAD, 2007, 109 p.
História da Fronteira Sul 60 horas	Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. História e cultura indígena, cabocla e afrodescendente. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos agrários, econômicos, políticos e culturais. Aspectos da História Ambiental na Fronteira Sul.	GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi (Orgs.) História ambiental e migrações: diálogos. São Leopoldo: Oikos; Chapecó: Ed. UFFS, 2017. (e-book) NODARI, Eunice Sueli; et. all (Orgs.). História ambiental em rede: novos temas e abordagens. Governador Valadares : Univale Editora ; Passo Fundo : Acervus, 2022. (e-book)
Direitos Humanos, cidadania e sociedade	Ementa: O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais e sua relação com a construção democrática.	KRENAK, Ailton. A vida não é útil. Pesquisa e organização de Rita Carelli. São Paulo: Editora Schwarcz, 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/observaeducampors/wp-content/uploads/2023/06/Ailton-Krenak-A-Vida-Nao-E-Util-2020.pdf . Acesso em: 15 out. 2024. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Ailton-Krenak-Ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo.pdf . Acesso em: 15 out. 2024.

2- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.



Quadro 8: Componentes curriculares que abordam Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Processos Educacionais Inclusivos (obrigatório)	Aspectos históricos, políticos e legais da diversidade e inclusão; Escola, práticas pedagógicas e relações étnico-raciais;	CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais: caderno de atividades. Rio de Janeiro, RJ: CEPESC, 2009. 226 p. ISBN 9788589737135. GOMES, Nilma Lino (Org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília, DF: UNESCO, 2012. 421 p. (Coleção educação para todos). ISBN 9788579940668. BERINO, Aristóteles (ORG.). Diversidade étnico-racial e educação brasileira . Seropédica, RJ: Ed. Evangraf, [2013]. 175 p. ISBN 9788577275731. BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais . Brasília: SECAD, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Plano nacional de implementação de diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana . Brasília, DF: [s.n.], 2013. 103 p. + 1 CD-ROM ISBN 9788579940798.
Epistemologia da Geografia (obrigatório)	Abordagens teórico-metodológicas geográficas das relações étnico-raciais, gênero e educação ambiental.	SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O Negro na Geografia do Brasil Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. SANTANA, José Valdir Jesus de; SANTOS, Vilmar Joaquim dos; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Colonialidade, relações étnico-raciais e o ensino de Geografia: reflexões a partir das epistemes decoloniais. ODEERE, V. 7, Nº 2, 2022, p. 71-92 DOI: 10.22481/odeere.v7i2.11088
Didática em Geografia (obrigatório)	Os conteúdos escolares implicando a educação ambiental e as diversidades culturais e étnico-raciais constitutivas do espaço geográfico.	E SANTOS, Maria Luiza Santos. As relações étnico-raciais e o ensino de geografia. Revista Amazônica sobre Ensino de Geografia [S. l.], v. 1, n. 02, 2019. Disponível em: https://raseng.com/index.php/raseng/article/view/15
Geografia da População (obrigatório)	Questões étnico-raciais e Geografia.	ARAÚJO, W. M.; TAVEIRA, B. T. A.; FOGAÇA, Thiago K. Geografia da população . Curitiba: Intersaberes, 2016. DAMIANI, Amelia Luisa. População e Geografia . 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001
História do Pensamento Geográfico (obrigatório)	Questões étnico-raciais, de gênero e sexualidades na Geografia	FERRACINI, Rosemberg <i>et al.</i> (org). Ensino de Geografia da África: caminhos e possibilidades para uma educação antirracista . Quissamã: Edição Revista África e Africanidades, 2022.



Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004		
Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Geografia Cultural (obrigatório)	Diversidade étnico-cultural no território brasileiro.	ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed, Manaus: Pgscs-UFAM, 2008.
Geografia Política (obrigatória)	Nação e nacionalismo. Imperialismo e descolonização (África, Ásia e Américas).	FOUCHER, Michel. Obsessão por Fronteiras. São Paulo: Radical Livros, 2009. GILMORE, Ruth Wilson. Geografia da abolição: ensaio rumo à libertação. São Paulo: Boitempo, 2025. CASTRO, Therezinha de. África: geohistória, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1981.
História da Fronteira Sul obrigatório	Ementa: Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. História e cultura indígena, cabocla e afrodescendente. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos agrários, econômicos, políticos e culturais.	ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Pelotas: Escravidão e Charqueadas, 1780-1888. Clube de Autores, 2022. FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. Pré-História do Brasil. São Paulo: Contexto, 2023. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no TAFFAREL, Lidiane. Invernada dos Negros: história e lutas de uma comunidade negra rural. Chapecó : Ed. UFFS, 2022. (e-book)
Direitos humanos, cidadania e sociedade obrigatório	Ementa: O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais e sua relação com a construção democrática. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil contemporâneo, com ênfase nas desigualdades de classe, lutas sociais, movimentos sociais e identitários e políticas públicas de inclusão. Cidadania e diversidade: igualdade étnico racial, reconhecimento dos povos indígenas, igualdade de	BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2012. Seção 1, p. 48. BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? São Paulo: Boitempo, 2024. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. GROSFOGUEL, Ramón; BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson (Org.).



Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004		
Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
	gênero, de sexualidades e das pessoas com deficiência e o enfrentamento das discriminações. Objetivo: Promover a compreensão crítica dos direitos humanos e da cidadania - refletindo sobre os limites objetivos dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade - em suas dimensões históricas, teóricas e normativas, de forma a capacitar para a promoção de uma sociedade democrática e inclusiva.	Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. São Paulo: Autêntica, 2018. E-book. Disponível em: App Minha Biblioteca. KRENAK, Ailton. A vida não é útil. Pesquisa e organização de Rita Carelli. São Paulo: Editora Schwarcz, 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/observaeducampors/wp-content/uploads/2023/06/Ailton-Krenak-A-Vida-Nao-E-Util-2020.pdf. Acesso em: 15 out. 2024. MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.
Introdução ao pensamento social obrigatório	Ementa: Cultura e processos sociais. Fundamentos sociais da modernidade. Movimentos sociais. Senso comum e desnaturalização do social. Temas da realidade social contemporânea. Objetivo: Proporcionar o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais no contexto da sociedade moderna e seus desdobramentos nas práticas sociais contemporâneas.	GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005. JOHNSON, A. G. . Dicionário de sociologia : guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020. SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à ascensão da extrema direita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025. CARNEVALLI, Felipe. et al. Terra: antologia afro-indígena. São Paulo: Ubu Editora, 2023. GREEN, J. N. . et al. História do Movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Alameda, 2018 LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. PEREIRA, A. O mundo negro : relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. São Paulo: Pallas., 2013.

3- Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.



Quadro 9: Componentes curriculares que abordam Educação em Direitos Humanos

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012		
Direitos Humanos		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Processos Educacionais Inclusivos (obrigatória)	Aspectos históricos, políticos e legais da diversidade e inclusão; Escola, práticas pedagógicas e relações étnico-raciais; Dimensões culturais e identidades; Saberes e Práticas de inclusão; Caracterização das deficiências. Estratégias de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais.	CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais: caderno de atividades. Rio de Janeiro, RJ: CEPESC, 2009. 226 p. ISBN 9788589737135. FIGUEIREDO, Rita Viera. Incluir não é inserir , mas interagir e contribuir. In: BRASIL, Ministério da Educação. Revista Inclusão. Brasília: MEC/SEESP, v.5, n.2, p. 39-46, jul/dez. 2010. GOMES, Nilma Lino (Org.). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília, DF: UNESCO, 2012. 421 p. (Coleção educação para todos). ISBN 9788579940668. RECH, Tatiana Luiza. A emergência da inclusão escolar no Brasil. In: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.
Espaços urbanos (optativa)	Conflitos e problemas urbanos. Agentes e sujeitos da produção do espaço urbano.	HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana . São Paulo: Martins Fontes, 2014. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade . São Paulo: Centauro, 2001.
Planejamento urbano e Regional (optativa)	Planejamento: democracia, desenvolvimento e cidadania.	LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade . São Paulo: Centauro, 2001. SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro . São Paulo: Malheiros Editores, 1995.
Geografia urbana (obrigatória)	Agentes e sujeitos da produção do espaço.	LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade . São Paulo: Centauro, 2006.
Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade (Obrigatório)	O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais e sua relação com a construção democrática. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil contemporâneo, com ênfase nas desigualdades de classe, lutas sociais, movimentos sociais e identitários e políticas públicas de inclusão. Cidadania e diversidade: igualdade étnico racial, reconhecimento dos povos indígenas, igualdade de gênero, de sexualidades e das pessoas com deficiência e o enfrentamento das discriminações.	ASSY, Bethania; BERNARDES, Márcia Nina; PELE, Antonio (Org.). Direitos Humanos: entre captura e emancipação . Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Lumen Juris, 2022. E-book. BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? São Paulo: Boitempo, 2024. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano . Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.



Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 Direitos Humanos		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Introdução ao Pensamento Social – 60 horas	Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo	GIDDENS, A. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, M. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, F. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, T; BARBOSA, M.; OLIVEIRA, M. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, A. (org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.

Essas legislações estão atendidas na estrutura curricular a partir das CCRs dos Domínios Específico, Conexo e Comum, expressos em seus ementários, objetivos e referências bibliográficas.

A busca pela interdisciplinaridade da Geografia com outras áreas de ensino, faz com que temáticas que envolvam a Educação Ambiental e os Direitos Humanos perpassem todas as CCRs abordados através das bibliografias e das temáticas que abordam a urbanização, os espaços rurais, as desigualdades socioespaciais, a natureza, sua diversidade e seus usos pelos humanos no período atual e ao longo da história. Destaca-se, por exemplo, o CCR optativo de Introdução ao Pensamento Social, onde um dos seus objetivos é interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.

A educação inclusiva, com elementos que enfatizam aspectos dos saberes, relações étnico-raciais, identidades é tratada na CCR Processos Educacionais Inclusivos. A Educação Ambiental, além de perpassar todos os CCRs de domínio específico, também é oferecida como componente optativo onde propõe ações educativas com base em reflexões teóricas e metodológicas que contribuam com mudanças no ambiente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana são contempladas em CCRs como a Geografia Cultural, abordando a etnicidade e a diversidade étnico-cultural no território brasileiro. Outras CCR também podem, como constam em suas ementas e referenciais bibliográficos, abordar temáticas referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O curso contempla, dentro dessa área, temas como as populações tradicionais brasileiras, em Geografia Rural como no caso das comunidades quilombolas, a presença da população afrodescendente e sua distribuição no território brasileiro em Geografia da População, a contribuição africana na construção do pensamento geográfico em História do Pensamento Geográfico.



Também podem contribuir para uma maior reflexão da realidade do continente africano as CCR de Geografia Política, ao discutir nações e nacionalismos e imperialismo e colonialismo e Organização do Espaço Mundial, que em um de seus objetivos trata desigualdades econômico-financeiras, político-militares, culturais e ambientais no espaço mundial.

O componente curricular de Geografia de Santa Catarina insere o debate da presença da população negra no Estado ao enfatizar suas dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais. O CCR Didática em Geografia discute os conteúdos escolares implicando a perspectiva da educação ambiental, e as diversidades culturais e étnico-raciais constitutivas do espaço geográfico. O CCR Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade, aborda a compreensão crítica dos direitos humanos e da cidadania nas dimensões normativas, teórica e históricas, visando a promoção de uma sociedade plural, democrática e mais inclusiva, respeitando a igualdade de gênero e visando a redução da violência contra as mulheres.

8.9 Demonstrativo/Atendimento à Resolução 04/2024

8.9.1 *Núcleo I - Estudos de Formação Geral – EFG*: composto pelos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar e formam a base comum para as licenciaturas com os componentes do Domínio Conexo, articulando, juntamente com os componentes curriculares do Domínio Comum e os componentes que são ofertados nos demais cursos no *campus* Chapecó e que fazem parte do rol das Optativas – Formação Geral neste PPC.

Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG - Res. nº 4 CNE/CP/ 2004 880 horas		
Nº	Componente	Carga horária (em horas)
1	Didática	60 horas
2	Produção Textual Acadêmica	60 horas
3	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60 horas
4	Políticas Educacionais	60 horas
5	Fundamentos da Educação	60 horas
6	Estatística Básica	60 horas
7	Fundamentos Psicológicos da Aprendizagem e Desenvolvimento	60 horas
8	Processos Educacionais Inclusivos	60 horas



Núcleo I - Estudos de Formação Geral - EFG - Res. nº 4 CNE/CP/ 2004		
880 horas		
Nº	Componente	Carga horária (em horas)
9	Introdução à Filosofia	60 horas
10	Introdução ao Pensamento Social	60 horas
11	Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade	60 horas
12	Informática Básica	60 horas
13	História da Fronteira Sul	60 horas
14	Optativa I	60 horas
15	Optativa II	60 horas
TOTAL		900 horas

Ressalta-se que Estatística Básica, Produção Textual Acadêmica, Informática Básica, Introdução ao Pensamento Social, Introdução à Filosofia, História da Fronteira Sul e Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade; fazem parte desse núcleo, mas não necessariamente que todos os cursos de licenciatura tenham estes componentes curriculares. Os componentes curriculares Optativos que integram este núcleo, possibilitam reflexões pertinentes a outros cursos também.

8.9.2 Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional – ACCE: composto pelos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento definidos em documento nacional de orientação curricular para a Educação Básica e pelos conhecimentos necessários ao domínio pedagógico desses conteúdos.

Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE - Res. nº 4 CNE/CP/ 2004		
1600 horas		
Nº	Componente	Carga horária sem extensão (em horas)
1	Geologia Geral	65 horas
2	Geografia da População	50 horas
3	Climatologia	65 horas
4	Geografia Econômica	65 horas
5	Geomorfologia	65 horas
6	Epistemologia da Geografia	50 horas
7	Geografia dos Solos	65 horas
8	Geografia Política	65 horas
9	Hidrogeografia	65 horas
10	Geografia Urbana	65 horas
11	Regiões e Redes	65 horas



Núcleo II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional - ACCE - Res. nº 4 CNE/CP/ 2004		
1600 horas		
Nº	Componente	Carga horária sem extensão (em horas)
12	Sistema de Informações Geográficas	50 horas
13	Biogeografia	65 horas
14	Geografia Cultural	65 horas
15	Geografia Rural	65 horas
16	Organização do Espaço Mundial	50 horas
17	Geografia de Santa Catarina	65 horas
18	Geografia do Brasil	65 horas
19	Geografia Socioambiental	65 horas
20	Trabalho de Conclusão de Curso I	45 horas
21	Trabalho de Conclusão de Curso II	60 horas
22	História do Pensamento Geográfico	60 horas
23	Cartografia Sistemática	60 horas
24	Cartografia Temática	60 horas
25	Introdução ao Sistema Terra	30 horas
26	Tópicos Especiais em Geografia	30 horas
27	Didática em Geografia	50 horas
28	Optativa III	50 horas
TOTAL		1620

8.9.3 *Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE*: realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: envolvem a execução de ações de extensão nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES.

Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE - Res. nº 4 CNE/CP/ 2004		
320 horas		
Nº	Componente	Carga horária (em horas)
1	Geologia Geral	10 horas
2	Geografia da População	10 horas
3	Climatologia	10 horas
4	Geografia Econômica	10 horas
5	Geomorfologia	10 horas
6	Epistemologia da Geografia	10 horas
7	Geografia dos Solos	10 horas



Núcleo III - Atividades Acadêmicas de Extensão - AAE - Res. nº 4 CNE/CP/ 2004 320 horas		
Nº	Componente	Carga horária (em horas)
8	Geografia Política	10 horas
9	Hidrogeografia	10 horas
10	Didática em Geografia	10 horas
11	Geografia Urbana	10 horas
12	Regiões e Redes	10 horas
13	Sistema de Informações Geográficas	10 horas
14	Biogeografia	10 horas
15	Geografia Cultural	10 horas
16	Geografia Rural	10 horas
17	Organização do Espaço Mundial	10 horas
18	Geografia de Santa Catarina	10 horas
19	Geografia do Brasil	10 horas
20	Geografia Socioambiental	10 horas
21	Optativa III	10 horas
22	ACEs	127 horas
TOTAL		337 horas

Com 210h de atividades de extensão/cultura previstas nos componentes curriculares e no **mínimo** 127 horas de ACEs, totalizam-se 327 horas de Extensão e Cultura.

8.9.4 Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado – ECS: componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, deve ser realizado em instituição de Educação Básica e tem como objetivo atuar diretamente na formação do licenciando, sendo planejado para ser a ponte entre o currículo acadêmico e o espaço de atuação profissional do futuro professor, o estágio deve oferecer inúmeras oportunidades para que progressivamente o licenciando possa conectar os aspectos teóricos de sua formação às suas aplicações práticas, inicialmente por meio da observação e progressivamente por meio de sua atuação direta em sala de aula.

Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado - ECS - Res. nº 4 CNE/CP/ 2004 400 horas	
Componente	Carga horária (em horas)
Estágio Curricular Supervisionado I: O contexto escolar	30 horas
Estágio Curricular Supervisionado II: Organização e funcionamento da escola	30 horas
Estágio Curricular Supervisionado III: práticas de Ensino em Geografia	120 horas
Estágio Curricular Supervisionado IV: práticas de Ensino em Geografia	120 horas



Núcleo IV - Estágio Curricular Supervisionado - ECS - Res. nº 4 CNE/CP/ 2004 400 horas	
Componente	Carga horária (em horas)
Estágio Curricular Supervisionado V: práticas de Ensino em Geografia	120 horas
TOTAL	420 horas

8.10 Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso de Geografia é composta pelos componentes curriculares com suas cargas horárias totais por níveis e com o detalhamento da carga horária das aulas práticas e teóricas; assim como das atividades de pesquisa, extensão e estágio (quadro 10). Os componentes curriculares Optativos com suas características encontram-se no quadro 11.



Quadro 10: Estrutura Curricular do curso de Geografia - Licenciatura do *campus* Chapecó

Curso de graduação em Geografia – Licenciatura <i>Campus Chapecó</i>					Atividades* (em horas)							Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
					Aulas presenciais			Aulas na modalidade EAD: Teórica, Prática	Estágio		TCC		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática **	Extensionista ***		Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada Extensionista - Presencial			
1º nível	01	ES	GCH1891	Geologia Geral	35	10	10	20				75	
	02	CM	GLA0689	Produção Textual Acadêmica	60							60	
	03	ES	GCH2121	Introdução ao Sistema Terra	20			10				30	
	04	ES	GCH1892	Geografia da População	40		10	10				60	
	05	ES	GCH1893	História do Pensamento Geográfico	50			10				60	
	06	CX	GCH2122	Estágio curricular supervisionado I: o contexto escolar	20	10						30	
Subtotal					225	20	20	50				315	
2º nível	07	ES	GEX1249	Climatologia	35	10	10	20				75	
	08	CX	GLA213	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60							60	
	09	ES	GEX1250	Cartografia Sistemática	35	15		10				60	
	10	CX	GCH840	Políticas Educacionais	45	15						60	
	11	ES	GCH2032	Geografia Econômica	35	10	10	20				75	
Subtotal					210	50	20	50				330	
3º nível	12	CX	GCH2277	Fundamentos da Educação	45	15						60	
	13	ES	GCH1911	Geomorfologia	35	10	10	20				75	01 (GCH1891)
	14	ES	GCH1915	Epistemologia da Geografia	40		10	10				60	05 (GCH1893)
	15	ES	GCH1913	Cartografia Temática	25	25		10				60	09 (GEX1250)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Geografia – Licenciatura <i>Campus Chapecó</i>					Atividades* (em horas)						Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos	
					Aulas presenciais			Aulas na modalidade EAD: Teórica, Prática	Estágio				TCC
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática **	Extensionista ***		Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada Extensionista - Presencial			
	16	ES	GCH2352	Tópicos Especiais em Geografia	20			10				30	
	17	CX	GCH2279	Estágio curricular supervisionado II: Organização e funcionamento da escola	20	10						30	06 (GCH2122)
Subtotal					185	60	20	50				315	
4º nível	18	CX	GCH838	Fundamentos Psicológicos da Aprendizagem e Desenvolvimento	45	15						60	
	19	ES	GCH2353	Geografia dos Solos	35	10	10	20				75	01 (GCH1891)
	20	CX	GCH833	Didática	45	15						60	
	21	CM	GEX1048	Informática Básica	60							60	
	22	CM	GEX1050	Estatística Básica	60							60	
Subtotal					245	40	10	20				315	
5º nível	23	ES	GCH2354	Hidrogeografia	35	10	10	20				75	07 (GEX1249)
	24	ES	GCH2034	Didática em Geografia	40		10	10				60	20 (GCH833)
	25	ES	GCH2106	Geografia Política	35	10	10	20				75	
	26	ES	GCH1914	Geografia Urbana	35	10	10	20				75	
	27	ES	GEX1251	Regiões e Redes	35	10	10	20				75	
Subtotal					180	40	50	90				360	
6º nível	28	CM	GCH1740	Introdução à Filosofia	60							60	
	29	ES	GCH1917	Sistema de Informações Geográficas	40		10	10				60	09 (GEX1250)
	30	ES	GCB0800	Biogeografia	35	10	10	20				75	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Geografia – Licenciatura <i>Campus Chapecó</i>					Atividades* (em horas)						Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos	
					Aulas presenciais			Aulas na modalidade EAD: Teórica, Prática	Estágio				TCC
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática **	Extensionista ***		Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada Extensionista - Presencial			
	31	ES	GCH2294	Geografia Cultural	35	10	10	20				75	
	32	ES	GCH2035	Geografia Rural	35	10	10	20				75	
Subtotal					205	30	40	70				345	
7º nível	33	CM	GCH1738	Introdução ao Pensamento Social	60							60	
	34	ES	GCH2355	Estágio Curricular Supervisionado III: práticas de Ensino em Geografia	90	30						120	17 e 24 (GCH2279 e GCH2034)
	35	ES		Optativa I	60							60	
	36	ES	GCH2107	Organização do Espaço Mundial	35	5	10	10				60	
	37	ES	GCH2293	Geografia de Santa Catarina	35	10	10	20				75	
Subtotal					280	45	20	30				375	
8º nível	38	ES	GCH2385	Trabalho de Conclusão de Curso I	45							45	02, 04, 14, 18, 20, 24, 28, 31, 32,36 e 37 (GLA0689 e GCH1892 e GCH1915 e GCH838 e GCH833 e GCH2034 e GCH1740 e GCH2294 e GCH2035 e GCH2107 e GCH2293)
	39	ES	GCH2356	Estágio Curricular Supervisionado IV: Práticas de Ensino em Geografia	90	30						120	34 (GCH2355)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Chapecó					Atividades* (em horas)							Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
					Aulas presenciais			Aulas na modalidade EAD: Teórica, Prática	Estágio		TCC		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática **	Extensionista ***		Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada Extensionista - Presencial			
	40	ES	GCH2113	Geografia do Brasil	35	10	10	20				75	
	41	ES	GCH2357	Geografia Socioambiental	35	10	10	20				75	
	42	ES		Optativa II	60							60	
Subtotal					265	50	20	40				375	
9º Nível	43	ES		Optativa III	40		10	10				60	
	44	CX	GCH2278	Processos Educacionais Inclusivos	60							60	
	45	ES	GCH2358	Estágio Curricular Supervisionado V: Práticas de Ensino em Geografia	90	30						120	39 (GCH2356)
	46	CM	GCH1736	História da Fronteira Sul	60							60	
	47	ES	GCH2359	Trabalho de Conclusão de Curso II	8						52	60	38 (GCH2385)
	48	CM	GCS0927	Direitos Humanos, cidadania e sociedade	60							60	
Subtotal					318	30	10	10			52	420	
Subtotal Geral					2.113	365	210	410			52	3.150	
Atividades Autônomas												96	
Atividades de Extensão e Cultura - ACE							127					127	
Total Geral							337h				52	3.373	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

*Atividades descritas conforme previsto no Art. 14 do atual Regulamento da Graduação da UFFS. ** Atividades práticas em laboratório ou em outros ambientes.

*** Atividades de Extensão e Cultura.

Rol de Componentes Curriculares optativos:



Quadro 8: Componentes curriculares Optativos da Estrutura Curricular do curso de Geografia - Licenciatura do *campus* Chapecó

Os estudantes devem escolher componentes curriculares no rol dos componentes optativos de Formação Geral, totalizando 120 horas e 60h do rol dos componentes curriculares considerados obrigatórios, para integralizar 180 horas

Grupo 1. Componentes Curriculares com Carga horária de Extensão – 60 horas

Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Chapecó				Atividades				Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
				Aulas presenciais			Aulas na modalidade EAD: Teórica, Prática e PCCr		
	Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	PPCr		
CCRs de Formação Específica	49	GCS0941	Espaços rurais	40		10		10	60
	50	GCH2374	Geografia da Saúde	40		10		10	60
	51	GCH2360	Geomorfologia Ambiental	40		10		10	60
	52	GCH1971	Hidrologia e Climatologia Urbana	40		10		10	60
	53	GCS0942	Espaços Urbanos	40		10		10	60
	54	GCH2361	Redes Urbanas	40		10		10	60
	55	GCH2375	Cartografia Escolar	20	20	10		10	60
	56	GCH2363	Sensoriamento Remoto	40		10		10	60
	57	GCH2364	Educação Ambiental	20	20	10		10	60
	58	GCH2365	Formação Socioespacial Brasileira	40		10		10	60
	59	GCH2366	Planejamento Urbano e Regional	40		10		10	60
	60	GCH2376	Geografia Histórica	40		10		10	60
	61	GCH2377	Geografia da América Latina	40		10		10	60
	62	GCH2367	Planejamento ambiental	40		10		10	60
	63	GCH2368	História Natural do Sistema Terra	40		10		10	60
	64	GCH2369	Geografia e Pensamento Descolonial	40		10		10	60
	65	GCH2378	Estudos Temáticos em Geografia I	40		10		10	60
	66	GCH2379	Estudos Temáticos em Geografia II	40		10		10	60
	67	GCH2370	Estudos Temáticos em Geografia III	40		10		10	60
	68	GCH2371	Estudos Temáticos em Geografia IV	40		10		10	60



Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Chapecó				Atividades				Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos	
				Aulas presenciais			Aulas na modalidade EAD: Teórica, Prática e PCCr			
	Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista		PPCr		
	69	GCH2372	Oficina de Geografia e Ensino I	20	20	10		10	60	
	70	GCH2373	Oficina de Geografia e Ensino II	20	20	10		10	60	

Grupo 2. Componentes Curriculares – 120 horas

Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Chapecó				Atividades				Total de Horas	Expressão de Pré-requisitos
				Aulas presenciais					
	Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	PPCr		
CCRs de Formação Geral	71	GCH2380	Educação Inclusiva	60					60
	72	GCH2381	História da África	60					60
	73	GCH2382	História Indígena	60					60
	74	GCS0760	Introdução à Economia	60					60
	75	GCS526	Fundamentos de Economia	60					60
	76	GEX1052	Matemática B	60					60
	77	GCS0685	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	60					60
	78	GCH1733	Iniciação à Prática Científica	60					60
	79	GCH2383	Arqueologia Pré-histórica	60					60
	80	GCH2384	História de Santa Catarina	60					60
	81	GLA0686	Leitura e produção textual I	30					30



8.11 Resumo de carga horária do TCC, ECS, Optativas, AA, ACE, EaD

Resumo de Carga horária de Estágio, AA, TCC, Atividades EAD	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	105
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	420
Componentes curriculares optativos*	180
Atividades Autônomas (AAs)	96
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE) - CCRs Mistos	210
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE)**	127
Atividades na modalidade Educação à Distância	410

* Os estudantes devem cursar 120h de componentes curriculares do rol optativos de Formação Geral e 60h de CCRs do rol optativos de Formação Específica que possuem atividades de Extensão/Cultura e EaD.

** Carga horária mínima para a integralização das horas de atividades de Extensão e Cultura.



8.12 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica)

1º Nível	2º Nível	3º Nível	4º Nível	5º Nível	6º Nível	7º Nível	8º Nível	9º Nível
Geologia Geral 75h	Climatologia 75h	Fundamentos da Educação 60h	Fund. Psicológicos da Aprendizagem e Desenvolvimento 60h	Hidrogeografia 75h Pré-requisito: Climatologia	Introdução à Filosofia 60h	Introdução ao Pensamento Social 60h	TCC I 45h Pré-requisito: CCRs do domínio específico até o 7º nível	Optativa III 60h
Produção Textual Acadêmica 60h	Língua Brasileira de Sinais - Libras 60h	Geomorfologia 75h Pré-requisito: Geologia Geral	Geografia dos Solos 75h Pré-requisito: Geologia Geral	Didática em Geografia 60h Pré-requisito: Didática	Sistemas de Informação Geográfica 60h Pré-requisito: Cartografia Sistemática	Estágio III 120h Pré-requisito: Didática em Geografia e Estágio II	Estágio IV 120h Pré-requisito: Estágio IV	Processos Educacionais Inclusivos 60h
Introdução ao Sistema Terra 30h	Cartografia Sistemática 60h	Epistemologia da Geografia 60h Pré-requisito: HPG	Didática 60h	Geografia Política 75h	Biogeografia 75h	Optativa I 60h	Geografia do Brasil 75h	Estágio V 120h Pré-requisito: Estágio IV
Geografia da População 60h	Políticas Educacionais 60h	Cartografia Temática 60h Pré-requisito: Cartografia Sistemática	Informática Básica 60h	Geografia Urbana 75h	Geografia Cultural 75h	Organização do Espaço Mundial 60h	Geografia Socioambiental 75h	História da Fronteira Sul 60h
História do Pensamento Geográfico 60h	Geografia Econômica 75h	Tópicos Especiais em Geografia 30h	Estatística Básica 60h	Regiões e Redes 75h	Geografia Rural 75h	Geografia de Santa Catarina 75h	Optativa II 60h	TCC II 125h Pré-requisito: TCCI
Estágio I 30h		Estágio II 30h Pré-requisito: Estágio I						Direitos Humanos, cidadania e sociedade

Domínio Comum

Domínio Conexo

Domínio Específico

Estágios Supervisionados



8.13 Modalidades de componentes curriculares presentes na estrutura do curso:

8.13.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I)

O estágio curricular supervisionado é definido pela Lei 11.788/2008 e pelas posteriores medidas regulamentadoras. Assim, configura-se como uma atividade intrinsecamente articulada com a prática de ensino e com as atividades acadêmicas.

O estágio tem como objetivo oportunizar ao estudante da Licenciatura o diálogo com o ambiente profissional, vivenciando, discutindo e refletindo sistematicamente sobre o seu papel na educação básica e modalidades de ensino (EJA, Educação de nível técnico-profissional, entre outras) e na sua profissão.

Entende-se por estágio a participação do estudante, sem vínculo empregatício, em atividades de ensino formais e não formais, incluindo obrigatoriamente atividades escolares. No que se refere às atividades formais, o estágio curricular supervisionado deverá ser realizado, preferencialmente, em Instituições de Ensino ou Órgãos públicos, relacionados ao ensino básico da sociedade, cadastrados e conveniados com a Universidade Federal da Fronteira Sul, sob a orientação do Coordenador do Estágio do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura, *Campus* de Chapecó. As atividades não formais poderão incluir atividades de ensino com características de extensão em outros setores e instituições da sociedade. Além disso, elas serão parcialmente realizadas em laboratórios de ensino e outros, da Universidade, tendo em vista a realização de atividades, pesquisas e elaboração de materiais didáticos, conforme ementas das disciplinas referentes ao Estágio Supervisionado (Práticas de Ensino).

O estágio será realizado com carga horária total de 420 horas, subdivididas em componentes curriculares de Práticas de ensino, conforme a estrutura curricular, a partir do primeiro nível do curso, contemplando as etapas de: apreensão da realidade da escola campo de estágio; elaboração de plano de curso; execução da proposta de ensino na escola campo de estágio e relatório final de estágio.

O estágio curricular obrigatório será planejado, orientado, acompanhado, avaliado e coordenado pelos professores de estágio. Essa atividade terá a coordenação geral de um professor de estágio, que estabelecerá contatos com as escolas campo de estágio, preferencialmente escolas públicas, e definirá sua estrutura (quantidade de alunos por escola, a contrapartida do curso, forma de apresentação dos resultados finais). O número de estagiários por professor de estágio será, no máximo, 15 (quinze).

O professor orientador de estágio terá as seguintes atribuições: (i) proceder, em



conjunto com o colegiado de professores do curso e do coordenador de estágios, à escolha das escolas; e (ii) planejar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio juntamente com os estagiários e o professor responsável pela disciplina nas escolas.

Considerando a RESOLUÇÃO Nº 106/2022 - CONSUNI (10.17) 28 de julho de 2022, que estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul, apontado-se no Art. 6º que:

Entende-se por atividades de ensino: I - a ministração de aulas em cursos de graduação, de pós-graduação stricto sensu e de pós-graduação lato sensu, mantidos pela UFFS; III - a preparação das atividades mencionadas no inciso I, bem como, o atendimento, o acompanhamento e a avaliação das atividades discentes; IV - a participação no planejamento, na organização, na execução e na avaliação referentes ao ensino oferecido pela UFFS; e V - a orientação e a supervisão de estágios curriculares e extracurriculares em curso de graduação.

O Art. 7º diz que para o cômputo da carga horária de ensino do docente serão utilizados os seguintes critérios: I - a ministração de aulas será expressa em horas-aula, entendendo-se por hora-aula a unidade de tempo dedicada ao exercício efetivo de aulas teóricas, práticas, de laboratório e de campo, conforme disposto na Portaria MEC nº 475/1987, Art. 1º, inciso III, d.

O Art. 11 reporta que para fins de cumprimento do disposto no Art. 57 da Lei Federal Nº 9.394/1996, entende-se por aula toda a ação docente empenhada em atividades de oferta obrigatória para a integralização curricular dos cursos de graduação, pós-graduação lato sensu ou pós-graduação stricto sensu, conforme previsto no Projeto Pedagógico de Curso, sejam elas de destinação coletiva (em componentes curriculares teóricos ou práticos, com ou sem divisão de turmas) ou de destinação individual (em orientações de trabalhos de conclusão de curso, monografia, dissertação, tese, supervisão/orientação de estágio curricular, entre outros. Em seu §4º afirma-se que nas situações em que a atividade de estágio prevê o acompanhamento do professor orientador no campo de prática, a atividade docente poderá ser equiparada à aula prática, conforme estabelecido no PPC do Curso de Graduação.

Desse modo, e considerando que os Estágios Supervisionados compreendem práticas de ensino em Geografia, conforme é asseverado na própria nomenclatura do Componente Curricular, “Estágio curricular Supervisionado: práticas de ensino em Geografia”, bem como o contexto dinâmico e complexo, que impõe a necessidade de relação perene e contundente na atuação dos estagiários com as escolas-campo de estágio, no curso de Licenciatura em



Geografia, Campus Chapecó/SC da UFFS, as atividades dos Estágios Supervisionados do curso, são consideradas como aulas presenciais compreendendo atividades teóricas e práticas.

8.13.2 Atividades Autônomas (Normatização no ANEXO II)

As Atividades Autônomas constituem ações que visam à complementação do processo ensino-aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do curso de Geografia – Licenciatura, com carga horária de 96 horas.

As AAs constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Na condição de requisito obrigatório, as AAs respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a “valorização da experiência extraclasse”, e também pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Licenciatura em Geografia. Na Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022, as AA são denominadas como Atividades Autônomas.

8.13.3 Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO III)

O Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia - Licenciatura consiste na elaboração de projeto de pesquisa, no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso I, e posterior execução e redação no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II, seguida de apresentação e defesa pública. A execução e redação do trabalho no TCC II consiste na elaboração de estudo científico com objetivo(s) definido(s). Os Componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e II ocorrem, respectivamente, no oitavo e nono nível do curso. O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I é pré-requisito para a matrícula no Trabalho de Conclusão de Curso II.

A elaboração do trabalho de conclusão de curso tem como objetivo levar os discentes ao exercício da autonomia na elaboração de projetos científicos e à reflexão e crítica por meio do desenvolvimento de pesquisa de cunho geográfico, articulando os conhecimentos e experiências construídas ao longo do curso de graduação em Geografia.



O acadêmico deve elaborar o projeto de pesquisa e desenvolvê-lo na forma de um estudo de caráter científico sob orientação de um professor do curso de Geografia da UFFS ou, condicionado à aprovação do colegiado, um docente de outro curso da Universidade Federal da Fronteira Sul ou, ainda, por um técnico em assuntos educacionais com formação superior à graduação, considerando a atuação em áreas afins à Geografia. O acadêmico também terá a possibilidade de optar por um co-orientador, que poderá ser um professor de outro colegiado da UFFS, um técnico em assuntos educacionais da UFFS com formação superior à graduação ou um professor de outra instituição de ensino superior, sob as exigências de que atue em área afim ao tema de pesquisa e que sua co-orientação seja aprovada no colegiado do curso de Geografia.

O projeto de pesquisa (TCC I) e o seu desenvolvimento (TCC II) deverão ser elaborados conforme as normas reconhecidas pela comunidade científica, devendo prezar: (i) pela delimitação e problematização de um objeto/questão de pesquisa de modo claro e coerente; (ii) por objetivos claros de investigação; (iii) por uma abordagem coerente das questões teóricas e dos procedimentos metodológicos envolvidos com o problema de pesquisa a ser investigado; (iv) pelo apontamento de resultados e conclusões claras referentes à investigação realizada e (v) pela indicação de referências bibliográficas utilizadas na elaboração do estudo.

Sugerem-se para a estrutura da redação da monografia que sejam contemplados os seguintes itens: resumo; introdução; revisão bibliográfica/embasamento teórico-conceitual; procedimentos metodológicos; análise e resultados; considerações finais/conclusão; e bibliografia. A avaliação da monografia ocorrerá por meio de defesa pública do trabalho e apreciação por banca composta de três membros, sendo o orientador presidente da banca, pelo menos mais um membro interno do curso de Geografia e/ou outro membro interno ou de área afim com formação superior à graduação. Os casos que não atendem quaisquer desses perfis deverão ser avaliados pelo colegiado.

Com o desenvolvimento da pesquisa, com auxílio do professor de TCC II e orientador, o estudante pode divulgar sua experiência com a comunidade, enquanto atividade de extensão e cultura, elaborando *podcast*, materiais didáticos pedagógicos, ou o estudante pode propor outras atividades. Ressalta-se desta forma, a importância da articulação entre pesquisa, ensino e extensão.



8.13.4 Atividades de inserção da Extensão e Cultura no currículo (Normatização no ANEXO IV)

O Espaço Geográfico é objeto de estudo e ensino da Geografia. Resultado das relações sociedade-natureza, espaço-tempo e de poder. Espaço multidimensional (porque constituído de natureza, economia, política e cultura), multiescalar (local, regional, nacional, global e vice-versa), material e imaterial ao mesmo tempo. Compreender as dinâmicas e processos que marcam a produção e as transformações do espaço geográfico, desta forma, torna-se tão essencial quanto aprender a ensiná-lo a outrem. Nesse sentido, assumimos neste projeto pedagógico de curso que a inserção curricular da extensão e da cultura se constitui dispositivo capaz de contribuir tanto para potencializar a interação do estudante de graduação com os territórios de vida na busca de ampliar vivências/experiências, problematizar e propor soluções viáveis à sociedade na contemporaneidade. Assim como para proporcionar formação profissional e humana qualificada, a docência na educação básica contextualizada, integrada à realidade e seus desafios.

Com base na Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, a estrutura curricular aqui disposta efetiva a inserção curricular da extensão e da cultura mediante: i) componentes curriculares mistos e; ii) a oferta de atividades curriculares de extensão e de cultura - ACE. No âmbito dos componentes curriculares mistos, docentes e discentes estarão comprometidos no desenvolvimento de trabalhos de campo (laboratório da formação geográfica) para melhor inserção na realidade, tanto para iniciar a interação com a realidade vivida, quanto para desenvolver ações planejadas conjuntamente com os sujeitos dos territórios. Ou seja, a partir da mediação pedagógica docente, os discentes deverão assumir papel de protagonismo para problematizar, pensar e planejar ações efetivas que contribuam para melhor compreensão-ação da/na realidade. A práxis pedagógica consiste em mobilizar os acadêmicos para enfrentar dilemas da atualidade, tais como emergências oriundas das relações ambientais, do desenvolvimento econômico desigual e combinado, da diversidade territorial, a vida nos espaços urbanos e rurais, a diversidade étnico-racial, linguística, artístico-cultural, de gênero, ou ainda, que envolvem os direitos humanos e o exercício da cidadania ativa justa, solidária, emancipadora e sustentável e etc.

No que diz respeito às ACE, consideramos a realização de projetos integradores e interdisciplinares, contemplando temáticas emergentes e/ou problemáticas sociais relevantes. Algumas destas problemáticas poderão interagir com os trabalhos realizados no âmbito dos componentes curriculares mistos. Assumimos o compromisso de promover ações orientadas



junto aos discentes e que potencializam a interação com a comunidade regional, sobretudo as comunidades que vivem na área de abrangência da UFFS.

Os projetos integradores, institucionalizados, a partir do protagonismo dos estudantes, poderão tomar diferentes formas, tais como: i) trabalhos de campo somado ao desenvolvimento de oficinas, práticas de laboratório, cursos ou minicursos; ii) eventos de extensão e cultura, com vistas à promoção da formação técnico-científica e cultural com base em temas relevantes para a sociedade; iii) elaboração de materiais técnicos, didático-pedagógicos e informativos [impressos ou virtuais], com uso de diferentes metodologias e linguagens (gráfica, audiovisual, computacional, cartográfica, etc) resultado de pesquisas científicas e que auxiliem ou apresentem orientações ou respostas qualificadas a problemáticas emergentes na sociedade e na escola de educação básica. A difusão da ciência, aqui, assume via de mão dupla, porque tais atividades serão planejadas e executadas com o objetivo de promover o diálogo de saberes entre a UFFS e a sociedade.

A escola é considerada espaço privilegiado para a formação docente e, por isso, assume papel estratégico para o desenvolvimento de atividades curriculares de extensão e de cultura. Envolver professores e estudantes da educação básica no desenvolvimento de ações pedagógicas que qualifiquem a formação docente [inicial e continuada] é de fundamental relevância para o país. Nestes casos, quando as atividades de extensão e cultura curricularizadas tiverem envolvimento com a escola, tanto em disciplinas mistas quanto em ACE, o foco estará na qualificação do processo de profissionalização. O que não deve se confundir, em hipótese alguma, com o estágio curricular obrigatório. O que se pretende é oportunizar, a partir da interação entre docentes e discentes da educação básica e do ensino superior: estudos contextualizados e aprofundados sobre a sociedade e suas inter-relações com a natureza, a produção de didáticas ou materiais de apoio pedagógico, assim como o desenvolvimento de práticas geoartísticas, por exemplo, com foco na melhoria dos processos de ensinar e aprender Geografia na escola. Trata-se de ampliar repertórios formativos na interação com a comunidade regional escolar.

O projeto “Cidadania Territorial em pesquisa: Nós-Propomos em Chapecó-SC”, resultado de uma parceria estabelecida com o Instituto de Geografia da Universidade de Lisboa, Portugal, pode ser vista como atividade curricular de extensão e cultura viável promotora desta interação da universidade com a escola de educação básica. Conforme podemos observar em Guido e Andreis (2019), o projeto envolveu interação com estudantes do Ensino Médio a partir de exercícios de pesquisas, levantamento de problemáticas em



conjunto com estes estudantes, estudos para aprofundamento e intervenção na realidade. A experiência realizada salientou o quanto atividades desta envergadura proporcionou mediação pedagógica docente, protagonismo discente e envolvimento da comunidade regional na resolução de problemas sociais contemporâneos. A atividade de extensão se constituiu elo com ensino e a pesquisa, traço importante na formação acadêmica inicial.

Assim, a partir do exposto, é que consideramos existir coerência curricular capaz de produzir significado e relevância aos conhecimentos, às práticas e as vivências possíveis entre universidade e sociedade, entre educação básica e ensino superior. Um percurso formativo atravessado por estudos, investigações e proposições que visam contribuir na formação inicial de professores de Geografia a partir de uma visão ampla, dinâmica, complexa e contraditória da sociedade e da escola, dos sujeitos escolares e seus territórios de vida.

Sociedade com suas complexidades e suas contradições, sua pluralidade e seus desafios no atual período histórico. Compreender e interagir com as demandas da sociedade fortalecem a formação docente e lhes permitem compreender a existência de diferentes ritmos, tempos e espaços presentes e que sinalizam futuro. Não há ação pedagógica na escola descontextualizada dos grandes dilemas da humanidade, dilemas estes que constituem princípios e diretrizes da extensão e da cultura na formação acadêmica inicial.

Quadro 12: Síntese sobre as atividades de Extensão e Cultura no curso de Geografia

	Carga horária (horas)
CCR Misto	210
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura*	127
Total na modalidade extensão e cultura	337

* O estudante deve escolher componentes curriculares no rol dos componentes optativos de Formação Geral (120h) e do rol dos optativos obrigatórios, que possuem horas de extensão e cultura totalizando 60h, sendo 10h de extensão.

** Carga horária mínima de ACE.

As atividades curriculares de extensão e cultura deverão ser realizadas presencialmente, com o protagonismo dos estudantes nas diferentes etapas da atividade: elaboração da proposta, pesquisa teórica e metodológica, organização dos materiais didáticos, desenvolvimento/interação com alunos das escolas e análise/avaliação da atividade, conforme orientação dos docentes. As atividades poderão ser articuladas entre os componentes curriculares conforme as demandas das escolas e as possibilidades de interação.



8.14 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.

8.14.1 Componentes curriculares de oferta regular e com código fixo na estrutura (Domínios: Comum, Conexo, Específico)

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1891	GEOLOGIA GERAL	75
EMENTA		
Princípios de Geologia. História geológica da Terra. Estrutura e composição da Terra. Tectônica de placas. Estruturas em rochas e suas relações com a Tectônica. Minerais e rochas. Geologia do Brasil no contexto da Plataforma Sul-Americana. Prática de observação de campo em região significativa à temática. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Construir noções básicas de Geologia, visando ampliar a compreensão dos processos pretéritos e atuais envolvidos na evolução, transformação e distribuição de recursos naturais do planeta.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HASUI, Y.; CARNEIRO, C. D. R.; ALMEIDA, F. F. M. de.; BARTORELLI, A. (org.). Geologia do Brasil . São Paulo: Beca, 2012. 850 p. LEINZ, V.; AMARAL, S. S. Geologia geral . 14. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 2001. PRESS, F. Para entender a Terra . Porto Alegre: Bookman, 2006. SUGUIO, K. Geologia do quaternário e mudanças ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2010. TAIOLI, F.; TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M.; FAIRCHILD, T. R. Decifrando a Terra . 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. 624p. WICANDER, R.; MONROE, J. S. Fundamentos de geologia . São Paulo: Cengage Learning, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
SILVA, Carlos Roberto da (ed.). Geodiversidade do Brasil . Rio de Janeiro: CPRM, 2008. 264 p. BIZZI, L. A.; SCHOBENHAUS, C.; VIDOTTI, R. M.; GONÇALVES, J. H. (ed.). Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil . Brasília: CPRM, 2003. BRANCO, Percio de M. Dicionário de mineralogia e gemologia . São Paulo: Oficina de Textos. 2. ed. 2008. FOSSEN, H. Geologia estrutural . São Paulo: Oficina de Textos, 2012. GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. Novo dicionário geológico-geomorfológico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. HOLZ, Michael. Estratigrafia de sequências: histórico, princípios e aplicações . Rio de Janeiro: Interciência, 2012. 272 p. MENDES, J. C. Elementos de estratigrafia . São Paulo: T. A. Queiroz, 1992. DUTROW, Barbara.; KLEIN, Cornelis. Manual de ciência dos minerais . 23. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 724 p. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. SGARBI, G. N. C (org). Petrografia macroscópica das rochas ígneas, sedimentares e metamórficas . 2. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2012. 632 p.		
Número de unidades de avaliação	2	



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0689	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
EMENTA		
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras . São Paulo: Companhia das Letras, 2019. [Aline] ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028 : Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023 : Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 10520 : Informação e documentação - Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997. KOCH, Ingedore V. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009. KOCH, Ingedore V. I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto . São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação . São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos . Petrópolis: Vozes, 2002.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2121	INTRODUÇÃO AO SISTEMA TERRA	30
EMENTA		
Origens e formação do planeta Terra. Concepção geossistêmica das esferas terrestres: litosfera, atmosfera, hidrosfera, biosfera e noosfera. Fenômenos naturais: temporalidades e espacialidades.		
OBJETIVO		
Apresentar uma concepção sistêmica do espaço natural na escala planetária da Terra a partir de fenômenos inerentes à litosfera, atmosfera, hidrosfera, biosfera e noosfera.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHRISTOPHERSON, Robert W. Geossistemas: uma introdução à geografia física . 7.ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012. 727 p. HOLDEN, J. Geografia Física: fundamentos . 1ªed. Ed. Unesp. Tradução: Rachel Meneguello. 2025. 272p. MENDONÇA, F. Geografia física: ciência humana? 8.ed. São Paulo: Contexto, 2020. PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. H. Para entender a Terra . 4. ed. Porto Alegre: Bookman/Artmed Editora, 2006. PETERSEN, J.F.; SACK, D.; GABLER, R.E. Fundamentos de geografia física . São Paulo: Cengage Learning, 2014. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, Thomas.; TAIOLI, F. (orgs). Decifrando a Terra . 2ª ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2009. 623 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, E.A.B.; CARVALHO, C. J. B. de. Biogeografia da América do Sul: análise de tempo, espaço e forma . 2. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Roca, 2016. 298 p. CONTI, J. B. Clima e meio ambiente . 6. ed. São Paulo: Atual, 2010. 88 p. (Série meio Ambiente). GEIKI, A. Geografia Física . Ed. Ideias Vivas. 2025. 148 p. MENDONÇA, F. Geografia e Meio Ambiente . 7. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2004. GREGORY, K. J. A Natureza da Geografia Física . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985. ROSS, J. L. S. Ecogeografia . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil . 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1892	GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO	60
EMENTA		
Contextualização histórica dos estudos de Geografia da População. Elementos da dinâmica populacional: natalidade, mortalidade e migração. Transição demográfica. Espacialidade dos fenômenos de população. Questões étnico-raciais e Geografia. Características socioespaciais da população brasileira. Indicadores demográficos. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Discutir os fundamentos teórico-conceituais para compreender os processos socioespaciais referentes à dinâmica populacional e suas implicações sociais, econômicas, culturais e ambientais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARAÚJO, W. M.; TAVEIRA, B. T. A.; FOGAÇA, Thiago K. Geografia da população . Curitiba: Intersaberes, 2016. DAMIANI, Amelia Luisa. População e Geografia . 5 ed. São Paulo: Contexto, 2001 JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil : conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2003. OLIVEIRA, Luis A. P.; OLIVEIRA, Antonio T. R. (org.). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil . Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781 . ROCHEFORT, Michel. O desafio urbano nos países do Sul . Campinas: Edições Territorial, 2008. SANTOS, Milton. A urbanização desigual : a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ABELLÁN, Antonio; ROJO, Fermina; FERNÁNDEZ-MAYORALAS, Gloria; RODRÍGUEZ, Vicente. La población del mundo . Madrid: Síntesis, 1998. ÁVILA, Róber I.; MACHADO, Alessandra M. Transição demográfica brasileira : desafios e oportunidades na educação, no mercado de trabalho e na produtividade. Textos para discussão FEE, Porto Alegre: n. 133, mai. 2015. BRETON, Roland J. L. Geografia das civilizações . São Paulo: Ática, 1990. CUNHA, José M. P. (org.). Mobilidade espacial da população : desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2012. DUPÂQUIER, Jacques. População mundial no século XX . Lisboa: Instituto Piaget, 2002. NASCIMENTO, Ederson; VALENTINI, Daiane R.; BRANDT, Marlon; SCHERMA, Ricardo A.; TOMBINI, Larissa H. T. Atlas socioespacial do Oeste de Santa Catarina . Curitiba: CRV, 2021. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI . 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. SINGER, Paul. Economia política da urbanização . São Paulo: Contexto, 1998. THÉRY, Hervé; MELLO-THÉRY, N. Atlas do Brasil : disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp, 2014.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1893	HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO	60
EMENTA		
Introdução à Geografia. Estudos da natureza e da sociedade. A construção dos saberes geográficos. Conhecimentos geográficos do Mundo Antigo ao Iluminismo. Geografia Moderna e a constituição das escolas geográficas. Desenvolvimento e institucionalização da Geografia brasileira. Desenvolvimento da Geografia escolar no Brasil. Questões étnico-raciais, de gênero e sexualidades na Geografia. Características da Geografia contemporânea.		
OBJETIVO		
Compreender o desenvolvimento da ciência geográfica nos diferentes lugares geográficos e momentos históricos, entendendo a conformação das escolas, suas críticas e os movimentos de renovação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FERRACINI, Rosemberg <i>et al.</i> (org). Ensino de Geografia da África: caminhos e possibilidades para uma educação antirracista. Quissamã: Edição Revista África e Africanidades, 2022. GONÇALVES, Juliano Rosa. Uma geografia moderna para uma escola moderna. Caminhos de Geografia , v. 13, n. 42, p. 190-204, 2012. LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19. ed. Campinas: Papirus, 2011. MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007. SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008. SILVA, Joseli Maria. Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ANDRADE, Manuel Correia de (org.). Élisée Reclus: Geografia. São Paulo: Ática, 1985. AB'SABER, Aziz Nacib. O que é ser geógrafo? Rio de Janeiro: Record, 2007. CLAVAL, Paul. História da Geografia. Lisboa: Edições 70, 2006. CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982. HAESBAERT, Rogério; NUNES PEREIRA, S.; RIBEIRO, G. (Dir.). Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2018. HARTSHORNE, Richard. Propósitos e natureza da Geografia. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978. MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). Ratzel. São Paulo: Editora Ática, 1990. MOREIRA, Carlos André Gayer; TONINI, Ivaine Maria (Org.). Espacialidades transgressoras: gênero e sexualidades na Geografia. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022. RECLUS, Élisée; KROPOTKIN, Piotr. Escritos sobre Educação e Geografia. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014. SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à geografia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2122	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I: o contexto escolar	30
EMENTA		
A escola e o contexto social, econômico e cultural. A escola como espaço-tempo de formação humana. As relações da escola com organizações estudantis, com os trabalhadores em educação e com a comunidade.		
OBJETIVO		
Compreender a natureza e a especificidade da instituição escolar, suas relações, sua organização e seu funcionamento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
PARO, Vitor Henrique. Administração Escolar : introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2022.		
PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. Revista Poiesis , v. 3, nº 3 e 4, p. 5-24, 2005/2006. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/10542 . Acesso em: 29 out. 2025.		
SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. Germinal : marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 286–293, 2015. DOI: 10.9771/gmed.v7i1.13575. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13575 . Acesso em: 29 out. 2025.		
TARDIF, Maurice; LEVASSEUR, Louis. A divisão do trabalho educativo . Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANDREIS, Adriana Maria. A aula: um território produto-produtor de espaço. In: <i>Coloquio Internacional de Geocrítica: El control del espacio y los espacios de control</i> , 13., 2014, Barcelona, Espanha. Barcelona: Universitat de Barcelona, UB, 2014. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Adriana%20M%20Andreis.pdf		
DAYRELL, Juarez Tarcísio. A Escola Como Espaço Sociocultural . Disponível em: https://www.scribd.com/document/529010367/DAYRELL-A-escola-como-Espaco-Sociocultural		
FERRAÇO, Carlos Eduardo. Pesquisa com cotidiano. Educação e Sociedade , Campinas, vol. 28, n. 98, p. 73-95, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a05v2898.pdf .		
FREIRE, Paulo. Carta de Paulo Freire aos professores. <i>Estudos Avançados</i> , USP, v. 15, n. 42, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/QvgY7SD7XHW9gbW54RKWHcL/?format=pdf&lang=pt .		
YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? Educação e Sociedade , Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?format=pdf&lang=pt .		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1249	CLIMATOLOGIA	75
EMENTA		
Tempo e clima. Climatologia e meteorologia. Atmosfera terrestre. Elementos e fatores climáticos. Massas de ar e circulação atmosférica. Instrumental meteorológico. Classificações climáticas e climas do Brasil. Variabilidade e mudanças climáticas. Justiça climática. Eventos climáticos extremos. Prática de campo em região significativa à temática. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Compreender a dinâmica atmosférica e os fenômenos meteorológico-climáticos em sua relação com a sociedade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AYOADE, I. Introdução à climatologia para os trópicos . 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 332 p. FERREIRA, N.J.; CAVALCANTI, I.F.A. Sistemas meteorológicos atuantes no Brasil . Oficina de Textos, 2022. MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2007. VIANELLO, R.L.; ALVES, A.R. Meteorologia básica e aplicações . 2. ed. Viçosa: UFV, 2012. 460 p. VEIGA, J. E. Aquecimento Global: frias contendas científicas . 2. ed. São Paulo: SENAC, 2011. 112 p. YNOUE, Rita Yuri et al. Meteorologia: noções básicas . Oficina de Textos, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, H.A. Climatologia aplicada à Geografia . Campina Grande: UDUEPB, 2016. 317 p. Disponível em: https://eduepb.uepb.edu.br/e-books/ . BARRY, R. G.; CHORLEY, R. J. Atmosfera, tempo e clima . 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 512 p. CAVALCANTI, I.F.A. et al. (orgs.) Tempo e clima no Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2009. FERREIRA, A. G. Meteorologia Prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. MENDONÇA, F. (org.) Os climas do sul: em tempos de mudanças climáticas globais . Jundiaí: Paco Editorial, 2014. 271 p. ROBINSON, M. Justiça climática: esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável . Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2021. 190p. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. STEINKE, E. T. Climatologia fácil . São Paulo: Oficina de Textos, 2012. 148 p. TORRES, F. T. P.; MACHADO, P. J. O. Introdução à climatologia . São Paulo: Cengage Learning, 2011. 256 p. VECCHIA, F.A.S.; TECH, A.R.B.; NEVES, G.Z.F. (orgs.) Climatologia dinâmica: conceitos, técnicas e aplicações . São Carlos: RiMA, 2020. 288 p.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA213	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	60
EMENTA		
Inclusão e surdez na contemporaneidade. Abordagens teórico-conceituais da área da surdez. Políticas para a surdez no Brasil. Aspectos históricos, culturais e socioantropológicos da surdez e da Libras – Língua Brasileira de Sinais. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.		
OBJETIVO		
Conhecer a língua brasileira de sinais, para subsidiar a atuação do profissional na perspectiva da educação inclusiva.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Decreto 5.626/05 , de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Casa Civil, 2005. BRASIL. Lei 10.436 , de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002. GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. In: Educação & Sociedade . V. 26, n. 91. Maio/Ago. 2005. ORANI DE CAMARGO, Franciele; KRAEMER, Graciele Marjana. Signos das surdosingularidades na tarefa educativa. In: Revista Teias , Rio de Janeiro, v. 26, n. 82, 2025. DOI: 10.12957/teias.2025.91299. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/91299 . Acesso em: 30 out. 2025. WITCHES, Pedro Henrique. A situação minoritária dos surdos e sua vulnerabilidade linguística na educação. In: Cad. Cedes , Campinas, v. 41, n. 114, p.144-152, Maio - Ago., 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/vSMv7BkhMg4ySzGpLqykDFr/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 30 out. 2025.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394 , de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa civil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . BRASIL. Lei nº 12.319 , de 1º de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010. BRASIL. Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa . Brasília: SECADI, 2014. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS . São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001. DALL’ASEN, Taise; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Surdez, identidade e diferença. In: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação , Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1129-1147, abr./jun. 2022. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14593/13327 . KELMAN, Celeste Azulay; LAGE, Aline Lima da Silveira, ALMEIDA, Simone D’Avila. Bilinguismo e educação: práticas pedagógicas e formação de professores. In: Revista		



espaço. Rio de Janeiro: INES, n. 44, jan./jul. 2015.

LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Inclusão de alunos surdos na escola regular. In: **Cadernos de Educação**. Pelotas: v. 36, Maio/Ago. 2010.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

SACKS, Oliver Wolf. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STÜRMER, Ingrid Esrtel; THOMA, Adriana da Silva. Políticas educacionais e linguísticas para surdos: discursos que produzem a educação bilíngue no Brasil na atualidade. In: **Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPEd**. Florianópolis: UFSC, 2015.

VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. **Educação de Surdos: políticas, Língua de Sinais, Comunidade e Cultura Surda**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1250	CARTOGRAFIA SISTEMÁTICA	60
EMENTA		
Conceitos, definições e objetivos da Cartografia. Orientação cartográfica. Princípios de geodésia. Sistemas de coordenadas geográficas e UTM. Projeções cartográficas. Escala cartográfica. Sistema Cartográfico Nacional. Planimetria e altimetria. Cartometria. Sistema global de posicionamento por satélite. Práticas de observação e análises cartográficas em campo.		
OBJETIVO		
Subsidiar o desenvolvimento de habilidades para leitura, uso e produção de representações cartográficas do espaço, a partir do domínio de conceitos e técnicas da Cartografia de base e dos fundamentos da representação cartográfica, promovido em aulas teóricas e práticas de campo e laboratório.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CASTRO, José Flávio Moraes. História da Cartografia e Cartografia Sistemática . Belo Horizonte: PUC-Minas, 2012. FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica . 2 ed. Canoas: Unilasalle, 2005. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Noções básicas de Cartografia . Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/indice.htm . MENEZES, Paulo M.L.; FERNANDES, Manoel C. Roteiro de Cartografia . São Paulo: Oficina de Textos, 2013. GRANELL-PÉREZ, María del Carmen. Trabalhando Geografia com as cartas topográficas . 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2004. VENTURI, Luis Antonio B. (org.). Geografia: técnicas de campo, laboratório e sala de aula . São Paulo: Sarandi, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH840	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	60
EMENTA		
A educação numa perspectiva política. As políticas públicas em educação: conceitos e fundamentos (igualdade, inclusão, equidade), currículos, gestão, avaliação e financiamento da educação básica. Legislação educacional: CRFB/88, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, PNE, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Análise das políticas e gestão de processos educacionais na crise do Estado, da cultura e da sociedade contemporânea. As políticas públicas em educação na pesquisa educacional contemporânea. Prática como componente curricular – com foco em estudos e pesquisa em educação. Formação de professores como política pública – inicial e continuada.		
OBJETIVOS		
Discutir a educação como política pública e seu desenvolvimento no âmbito da Educação Básica, buscando identificar os processos e relações do ordenamento legal, da gestão democrática e no controle público e social da educação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 2. ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2001. BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas . São Paulo: Cortez, 2011. OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira; DUARTE, Marisa R. T. Duarte (Org.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica . Belo Horizonte: Autêntica, 1999. SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil . 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988. VIEIRA, Sofia L.; FARIAS, Isabel M. S. de. Política educacional no Brasil: introdução histórica . Brasília: Liber Livro, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
PERONI, Vera Maria Vidal. Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e nas fronteiras em o público e o privado na educação . Olkos Editora, Porto Alegre, 2015. Disponível em PDF: < https://plone.ufrgs.br/gprppe/livros/dialogos-sobre-as-redefinicoes-do-papel-do-estado-e-nas-fronteiras-em-o-publico-e-o-privado-na-educacao/view >. SANTOS, Jocélio Teles dos. O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012) . Salvador: CEAO, 2013. Disponível em: < http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf >. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. RBP AE, v. 29, n. 2, maio/ago. 2013. Número especial – A Constituição Federal 25 Anos Depois: balanços e perspectivas da participação da sociedade civil nas políticas educacionais . Disponível em: < http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/2238/showToc >.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2032	GEOGRAFIA ECONÔMICA	75
EMENTA		
Fundamentos da Geografia Econômica. Regimes de acumulação. Divisão Internacional do Trabalho. Globalização e atividade econômica. Circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação. Dinâmica locacional das empresas/instituições e especialização produtiva dos lugares. Economia e Espaço Urbano. Prática de campo em região significativa à temática. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Compreender as recentes mudanças no sistema capitalista e as manifestações geográficas dos fenômenos econômicos, analisando a lógica de localização das atividades econômicas e as implicações territoriais resultantes.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HARVEY, David. A condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011. KRUGMAN, Paul. Introdução à Economia , Tradução de Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. SANTOS, Kauê Lopes dos. Africano : uma introdução ao continente. Rio de Janeiro: Record, 2022. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço . Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008. SANTOS, Milton. O Espaço Dividido : os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008. DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges. Economia e Território . Belo Horizonte: UFMG, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização . São Paulo: Hucitec, 1996. BRANDÃO, Carlos A. Território e Desenvolvimento : múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Unicamp, 2007. CANO, Wilson. Ensaio sobre a formação econômica e regional do Brasil . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. CHESNAIS, F. A mundialização do Capital . São Paulo: Xamã, 1996. HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço . São Paulo: Annablume, 2005. LIMA, Marcio Costa (org.). Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria : cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento. São Paulo: Unesp, 2008. MONBEIG, Pierre. Novos estudos de Geografia Humana brasileira . São Paulo: Difel, 1957. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política : uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização . São Paulo: Record, 2000. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2277	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	60
EMENTA		
As perspectivas históricas e ontológicas da Educação. A Educação como campo social de disputa hegemônica. A instrução Pública e o Iluminismo: os projetos hegemônicos da modernidade. Crítica da razão moderna, o irracionalismo e os fundamentos educacionais. Função social da Escola: principais abordagens. Educação Escolar no Brasil contemporâneo. Prática como componente curricular: documentos estruturantes da profissão docente.		
OBJETIVO		
Desenvolver uma reflexão sistemática e interdisciplinar acerca das diferentes perspectivas que constituem as práticas educativas, atribuindo ênfase aos fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos que possibilitam o pensamento pedagógico contemporâneo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação . São Paulo: Paz e Terra, 1995. ISBN 8521901275. ALVES, Gilberto Luiz. A produção da escola pública contemporânea . 3ª ed. Rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere . Os intelectuais, o princípio educativo. Jornalismo. Vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI . São Paulo : Boitempo, 2007. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008. TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana . Ijuí, Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CONDORCET, Jean-Antoine Nicolas de Caritat. Cinco memórias sobre a instrução pública . São Paulo: Editora UNESP, 2008. EVANGELISTA, Olinda (Org.). O que revelam os slogans na Política Educacional . Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2014. LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa . O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004. LIMA, Júlio César F. ; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social , 2ª ed., Tradução: Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2013. MARX, K. O capital: crítica da economia política . Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs.). Educação Básica: tragédia anunciada? São Paulo: Xamã, 2015.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1911	GEOMORFOLOGIA	75
EMENTA		
Princípios e definições: formas, processos, materiais, escalas de análise, tempo. Fatores endógenos e exógenos na estruturação e esculturação das formas de relevo. Vertentes e processos geomorfológicos. Ação antrópica como agente morfogenético. Principais teorias de evolução do relevo. Geomorfologia do Brasil. Prática de observação de campo em região significativa à temática. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Analisar os fatores e processos responsáveis pela gênese, transformação e dinâmica do relevo dialogando com práticas de campo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . Florianópolis: UFSC, 1994. v. I, II e III. CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia . São Paulo: Edgard Blücher, 1980. CHRISTOPHERSON, R.W. Geossistemas – uma introdução à Geografia Física . Porto Alegre: Bookman Companhia 2011. 752 p. FLORENZANO, T.G. (org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. ROSS, Jurandyr L.S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. SUMMERFIELD, M. A (org.). Geomorphology and global tectonics . Toronto: John Wiley Professio. 2000. 386p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CASSETI, V. Elementos de Geomorfologia . Goiânia: UFG, 1994. GOUDIE, A. (org.). Encyclopedia of geomorphology . Routledge editor. 2004. 2 vol. GUERRA, A. T.; CUNHA, S. B. (org.). Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico Geomorfológico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. MAGALHÃES JR., A.P.; BARROS, L.F.P. (orgs). Hidrogeomorfologia: formas, processos e registros sedimentares fluviais . Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2020. MODENESI GAUTTIERI, M.; LISBOA, M. B de A.; MANTESSO-NETO, V.; BARTORELI, A.; CARNEIRO, C. D. R. (orgs) A obra de Aziz Nacib Ab’Saber . São Paulo. Beca, 2010. 588 p. MENEZES, Sebastião de O.; MARQUES NETO, Roberto.; TORRES, Filipe T. P. Introdução à Geomorfologia . Cengage. 2012. 336 p. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. SOUZA, C. R. <i>et al.</i> (org.). Quaternário do Brasil . Ribeirão Preto: Holos, 2005. 382 p. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (org.). Decifrando a Terra . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2279	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II: organização e funcionamento da escola	30
EMENTA		
O Projeto Político Pedagógico, o planejamento participativo. As dimensões da Gestão escolar: administrativa/financeira e pedagógica. Modalidades de ensino na Educação Básica.		
OBJETIVO		
Compreender a instituição escolar, seus processos de gestão e coordenação pedagógica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HYPOLITO, Álvaro Luiz Moreira. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. Educação: Teoria e Prática , v. 21, n. 38, p. 59-77, out/dez 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/eduteo/v21n38/v21n38a06.pdf . Acesso em: 29 out. 2025.		
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola : teoria e prática. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Heccus Editora, 2018.		
LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar : políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2017.		
OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão democrática da educação : desafios contemporâneos. [11. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.		
VASCONCELLOS, Celso dos S. Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula . São Paulo: Cortez, 2021.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FREIRE, Madalena. Educando o Olhar da Observação - Aprendizagem do Olhar. In: Observação, Registro, Reflexão: Instrumentos Metodológicos I . São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.		
LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa : neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2352	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA	30
EMENTA		
Conteúdo Variável. O programa do componente curricular deverá estar voltado para as questões da Geografia, suas fundamentações teórico-metodológicas e técnicas de pesquisa ou suas novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o aprofundamento de temas vinculados ao estudo das diversas áreas da Geografia		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo docente responsável.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo docente responsável.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1915	EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA	60
EMENTA		
A Geografia e a Ciência: as correntes do conhecimento e seu significado epistemológico nas diferentes abordagens da ciência geográfica. Geografia, modernidade e pós-modernidade. Categorias e conceitos geográficos. Fundamentos epistemológicos da educação geográfica. Abordagens teórico-metodológicas geográficas das relações étnico-raciais, gênero e educação ambiental. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Fornecer subsídios para uma análise epistemológica da Geografia. Estudar as relações entre a Geografia e as diferentes formas de conhecimento. Analisar os diversos conceitos e categorias da análise geográfica. Pensar os fundamentos epistemológicos da geografia escolar. Conhecer e debater novas abordagens teórico-metodológicas em especial para a educação ambiental, relações étnico-raciais e questões de gênero.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas . 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Explorações geográficas . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e Modernidade . 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. MARANDOLA, E. Jr.; WERTHER, H.; OLIVEIRA, L. (orgs.) Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia . São Paulo: Perspectiva, 2014. SANTOS, Milton. A natureza do espaço . Técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2008. SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: reafirmação do espaço na teoria social . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAPEL, Horacio. Filosofia y ciencia en la geografia contemporanea . Ediciones del Serbal. España. 480 p. 2012. CASTELLAR, Sonia; CAVALCANTI, Lana de Souza; CALLAI, Helena Copetti (org.) Didática da Geografia: aportes teóricos e metodológicos . São Paulo: Xamã, 2012. JAPIASSU, Hilton. A crise das ciências humanas . São Paulo: Cortez, 2012. MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org.). Elementos de epistemologia da geografia contemporânea . Curitiba: Editora da UFPR, 2002. MOREIRA, Ruy. O pensamento geográfico brasileiro . São Paulo: Contexto, 2009. v. 1. SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica . 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. VITTE, Antonio Carlos. (org.). Contribuições à história e à epistemologia da Geografia . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional . 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar . São Paulo: EDUSP, 2008.		



COCATO, G. P. Crítica à educação ambiental no ensino de geografia: discussão e propostas pedagógicas. **Geousp**, v. 25, n. 1, p. 1-21, e-158138, 2021.

LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, 14(2): 309-335, 2011. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, 14(2): 309-335, 2011.

PORTO-GONÇALVES. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**. O Negro na Geografia do Brasil Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SANTANA, José Valdir Jesus de; SANTOS, Vilmar Joaquim dos; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Colonialidade, relações étnico-raciais e o ensino de Geografia: reflexões a partir das epistemes decoloniais. **ODEERE**, 7, Nº 2, 2022, p. 71-92. DOI: 10.22481/odeere.v7i2.11088

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo e Frei Betto; *Essa escola chamada vida*, depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho, editora ática; São Paulo; 1988.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Número de unidades de avaliação

2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1913	CARTOGRAFIA TEMÁTICA	60
EMENTA		
Fundamentos de Cartografia Temática. Variáveis visuais para representação cartográfica. Métodos de representação temática. Aplicações da Cartografia Temática no ensino e na pesquisa geográfica. Interpretação e elaboração de mapas temáticos. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos o conhecimento dos princípios teórico-conceituais e dos principais métodos de representação da Cartografia Temática, bem como fornecer subsídios para a elaboração e interpretação de mapas temáticos, mediante aulas teóricas e de laboratório.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DUARTE, Paulo A. Fundamentos de Cartografia. Florianópolis: UFSC, 2005. LOCH, Ruth E. N. Cartografia : representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: UFSC, 2006. MARTINELLI, Marcelo. Mapas da Geografia e Cartografia Temática . 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011. SAMPAIO, Tony Vinicius Moreira. Cartografia temática. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia- UFPR, 2018. 248p. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Cartografia_Tem%C3%A1tica/WbCPDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0 SAMPAIO, Tony V.M.; BRANDALIZE, Maria C.B. Cartografia geral, digital e temática. v. 1. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: http://www.prppg.ufpr.br/site/ppggeografia/wp-content/uploads/sites/71/2018/03/cartografia-geral-digital-e-tematica-b.pdf . SILVA, M. V. C. de; BRITO, E. G. Cartografia . Livro Digital 7,27 MB Adobe PDF, 28-Ago-2019, Coleções Livros Digitais. Disponível em: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552595 .		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Noções básicas de Cartografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/indice.htm . CAUVIN, Collete; ESCOBAR, Francisco. New approaches in Thematic Cartography . New York: John Willey, 2009. LAMBERT, Nicolas; ZANIN, Christine. Manuel de Cartographie : principes, méthodes, applications. Paris: Armand Colin, 2016. SLOCUM, Terry; KESSLER, Fritz; McMASTER, Robert. Thematic Cartography and Geographic Visualization . 3. ed. New York: Prentice Hall, 2008. VENTURI, Luis Antonio B. (Org.). Geografia: técnicas de campo, laboratório e sala de aula. São Paulo: Sarandi, 2011.		
Número de unidades de avaliação	2	



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1050	ESTATÍSTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Conceitos Básicos de Estatística. Aplicações com recursos computacionais estatísticos. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.		
OBJETIVO		
Sintetizar, analisar e interpretar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos, de modo a apoiar as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como o exercício da prática profissional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BATTISTI, I. D. E.; SMOLSKI, F. M. S. (Orgs.). Software R : Análise estatística de dados utilizando um programa livre. Bagé, RS: Faith, 2019. Disponível em: http://www.editorafaith.com.br/ebooks/grat/978-85-68221-44-0.pdf . Acesso em: 15 out. 2025.		
GUEDES, A. L.; ZANETTI, M.; CARVALHO, L. M. F. (Orgs.). Aventuras em Estatística : Básica e Descritiva. Erechim, RS: Independently published, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1hhcWb1G6fTStu0j3JR598RmtqGKoUoW0/view?usp=sharing . Acesso em: 15 out. 2025.		
MORETTIN, P. A. Estatística Básica . 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva Uni, 2023. 1 recurso online. ISBN 9788571441484.		
TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.		
VIEIRA, S. Estatística básica . 2 ed. São Paulo, SP: Cengage Learning 2018. 1 recurso online. ISBN 9788522128082.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.		
CRESPO, A. A. Estatística . São Paulo: Saraiva Uni, 2020. 256 p. ISBN: 8571440808.		
CARVALHO, S. Estatística Básica : teoria e 150 questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.		
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.		
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.		
MOORE, David S. A Estatística Básica e Sua Prática. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ltc, 2023. 1 recurso online. ISBN 9788521638612.		
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.		
VIEIRA, S. Introdução à Bioestatística . 6. ed. São Paulo, SP: Elsevier, 2021.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH838	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	60
EMENTA		
Aprendizagem como fator de desenvolvimento humano. Diferentes abordagens e perspectivas teóricas de aprendizagem: comparações, limites e possibilidades no ensino. Processos Psicológicos e a organização de processos pedagógicos de aprendizagem escolar. Sujeitos de aprendizagem (infâncias, Adolescências, juventude e vida adulta) e escolarização. Os diálogos entre psicologia e educação na pesquisa educacional contemporânea.		
OBJETIVO		
Compreender os processos psicológicos constitutivos da aprendizagem escolar a partir de diferentes perspectivas teóricas e suas implicações pedagógicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992. PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. NUNES, Ana Ignez B. L.; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos . Brasília: Liber, 2011. MARTINS, L. O Desenvolvimento Do Psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica . Campinas: SP, Autores Associados, 2013. VYGOTSKY, Lev; LEONTIEV, Alexis; LURIA, Alexander. Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento . São Paulo: Moraes, 1991. WALLON, Henri. Psicologia e Educação da Infância . Lisboa: Estampa, 1986.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BERINO, Aristóteles (ORG.). Diversidade étnico-racial e educação brasileira . Seropédica, RJ: Ed. Evangraf, [2013]. 175 p. ISBN 9788577275731. BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais . Brasília: SECAD, 2006. BRUNER, Jerome. Uma nova teoria de aprendizagem . Rio de Janeiro: Bloch, 1969. CASTORINA, J. A., LERNER, E. F. D.; OLIVEIRA, M. K. (Orgs.). Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate . São Paulo: Ática, 2000. GIORDAN, A. Aprender . Lisboa: Portugal, Instituto Piaget, Coleção Horizontes pedagógicos, 1998. MACEDO, L. Ensaio construtivistas . 6ª ed., São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010 (coleção Psicologia e educação). MOREIRA, M.A. A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula . Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006. PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. A Psicologia da Criança . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ed., 1998. OLIVEIRA, Marta Kohl. VYGOTSKY: desenvolvimento e aprendizagem um processo sócio histórico . São Paulo: Scipione, 1993. VYGOTSKY, Lev. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . São Paulo: Ícone /EDUSP, 1988.		



VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2353	GEOGRAFIA DOS SOLOS	75
EMENTA		
O solo enquanto recurso natural. Pedogênese e fatores de formação do solo. Constituintes do solo. Processos pedogenéticos. Inter-relações entre morfogênese e pedogênese. Princípios de química e física do solo. Classificação e distribuição das principais classes pedológicas no Brasil. Erosão, degradação e conservação do solo. Trabalho de campo. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Compreender a pedogênese em seus aspectos físicos e químicos básicos e as relações com os diferentes tipos e usos do solo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
EMBRAPA - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos . Rio de Janeiro: Embrapa, 2006. 306 p. GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. Erosão e Conservação dos Solos : conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 340 p. KER, J. C.; CURI, N.; SCHAEFER, C. E. G. R.; VIDAL-TORRADO, P. Pedologia : Fundamentos. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2012. 343 p. LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 216 p. LEPSCH, Igo F. 19 lições de pedologia . Oficina de Textos, 2011. NYLE, B. C.; WEIL, R.R. Elementos da natureza e propriedades dos solos . 3. ed. Bookman. Porto Alegre. 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo . São Paulo: Ícone Editora. 1999. 355 p. CURI, N.; KER, J.C.; NOVAIS, R.F.; VIDAL-TORRADO, P.; SCHAEFER, C.E.G.R. Pedologia : solos dos biomas brasileiros. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Viçosa, MG. 2017. 597p. ESPÍNDOLA, C. R. Retrospectiva crítica sobre a pedologia : um repasse bibliográfico. Campinas: Unicamp, 2008. 400 p. IBGE. Manual Técnico de Pedologia . 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. (Série Manuais Técnicos em Geociências, n. 4). Disponível online. IBGE; EMBRAPA SOLOS. Mapa de solos do Brasil . 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível online. SANTOS, R. D. et al. Manual de descrição e coleta de solo no campo . 5. ed. revisada e ampliada. Viçosa: SBCS/CNPS EMBRAPA, 2005. 92 p. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. QUEIROZ NETO, J. P. de. O estudo de formações superficiais no Brasil. Revista do Instituto Geológico , v. 22, n. 1/2, São Paulo, 2001. p. 65-78. RESENDE, M.; CURI, N.; REZENDE, S. B. de; CORREA, G. F. Pedologia : base para distinção de ambientes. 2. ed. revista e ampliada. Viçosa: NEPUT, 1997. 367 p.		
Número de unidades de avaliação	2	



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1048	INFORMÁTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Fundamentos de informática/computação. Tópicos contemporâneos na área de informática/Computação. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.		
OBJETIVO		
Compreender os fundamentos da informática/computação e se apropriar de softwares de produtividade de forma crítica, criativa e proativa em diferentes contextos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BEZERRA, Edilson de Oliveira. Fundamentos de Informática . 6. ed. São Paulo: Érica, 2022. SILVA, Sérgio de Souza; MENDES, Carla Cristina. Introdução à computação: fundamentos e aplicações . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2023. TEIXEIRA, Ricardo; ALMEIDA, Luciana. Tecnologias digitais e sociedade: fundamentos, aplicações e inovação . São Paulo: Érica, 2022. OLIVEIRA, João Batista; GARCIA, Fábio dos Santos. Tecnologias da informação e comunicação nas profissões . São Paulo: Érica, 2023.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, Ricardo; MOURA, Juliana. Fundamentos de ciência da computação . São Paulo: Érica, 2022. FERREIRA, Adilson. Inteligência artificial e fundamentos de informática . São Paulo: Pearson, 2021. SILVA, Sérgio de Souza; MENDES, Carla Cristina. Introdução à computação: fundamentos e aplicações . 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2023 MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações . São Paulo Erica 2019 1 recurso online ISBN 9788536531984.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH833	DIDÁTICA	60
EMENTA		
Aspectos epistemológicos do campo da didática. O planejamento nos espaços pedagógicos institucionais e suas interconexões políticas, sociais e culturais. Planejamento participativo na gestão escolar. Planos escolares e avaliação. Estudos de experiências cotidianas.		
OBJETIVO		
Conhecer e compreender as contribuições da área do conhecimento da didática para a formação do professor, por meio das relações teórico/práticas em uma perspectiva da transformação política e social da educação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
COMENIUS. Jan Amos. Didática Magna . São Paulo: Martins Fontes, 1997. GASPARIN, L. JOÃO. Uma didática para a Pedagogia Histórico-crítica . 2ª ed. São Paulo. Autores Associados, 2003. LIBÂNEO, J. C. Didática . 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2013. SACRISTÁN, J. Gimeno. O Currículo: Uma Reflexão Sobre a Prática . 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998. SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações . 11ª ed. São Paulo. Autores Associados, 2013. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BITTENCOURT, C. O saber histórico na sala de aula . São Paulo: Contexto, 1997. CANDAU, Vera Maria. A didática na perspectiva multi/intercultural em ação: construindo uma proposta . Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 731-758, set./dez. 2007. CORAZZA, Sandra. Didática da tradução, transcrição do currículo (uma escrita e leitura da diferença) . In. <i>Pro-Posições</i> . V. 26, n. 1(76), jan./abr., 2015. pp. 105-122. ESTEBAN, M. T. e AFONSO, A. J. (Orgs.). Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação . São Paulo: Cortez, 2010. MOURA, N. C. Análise da ideologia de gênero em livros didáticos de Língua Portuguesa: uma atualização das apresentações e representações . X ANPed Sul, 2014. REALI, Noeli Gemelli. Diagnóstico escolar: Implicações político/pedagógica e questões metodológicas . Disponível em: < http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pibid/files/2014/06/Diagn%C3%B3stico-escolar-implica%C3%A7%C3%B5es-pol%C3%ADticopedag%C3%B3gicas-e-quest%C3%B5es-metodol%C3%B3gicas.pdf >. SACRISTÁN, J, Gimeno. Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania . Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002. SANTOS, B. S. A Construção multicultural da igualdade e da diferença . Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1999. SILVA, T. M. N. A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador . São Paulo: EPU, 1990. VIANNA Claudia & Ramires Lula. A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos . Psicologia Política, 8(16), 345-362, 2008.		



Número de unidades de avaliação	2
---------------------------------	---



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2106	GEOGRAFIA POLÍTICA	75
EMENTA		
Geografia Política e Geopolítica no Brasil e no mundo. Espaço, território e poder. Limites e fronteiras. Geografia Política e formação dos Estados Nacionais. Nação e nacionalismo. Imperialismo e descolonização Práticas de observação de campo em regiões significativas à temática. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Compreender a importância do poder político, suas decisões, ações e desdobramentos territoriais discutindo trajetórias, conceitos e perspectivas teórico-metodológicas		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BECKER, Bertha. Amazônia : geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. CASTRO, Iná Elias. Geografia e Política . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. CASTRO, Therezinha de. Geopolítica: princípios, meios e fins. Rio de Janeiro: BIBLIEX Biblioteca do Exército, 1999. COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica . São Paulo: Edusp, 2008. FOUCHER, Michel. Obsessão por Fronteiras . São Paulo: Radical Livros, 2009. SANTOS, Kauê Lopes dos. Africano : uma introdução ao continente. Rio de Janeiro: Record, 2022.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. (org.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais . Florianópolis: Insular, 2011. CASTRO, Therezinha de. África : geohistória, geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 1981. FERRARI, Maristela. Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil-Argentina : Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: EDUFSC, 2010. GILMORE, Ruth Wilson. Geografia da abolição : ensaio rumo à libertação. São Paulo: Boitempo, 2025. HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização : do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. HOBSBAWM, E. J. A era dos impérios, 1875-1914 . 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 583 p. HOBSBAWM, E. J. Era dos extremos : o breve século XX : 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p. SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território . São Paulo: Expressão popular, 2007. SANTOS, Milton. O espaço cidadão . São Paulo: EdUSP, 2007. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2354	HIDROGEOGRAFIA	75
EMENTA		
A água na natureza. Ciclo hidrológico. Processos hidrológicos: precipitação, evaporação/evapotranspiração, interceptação, infiltração e escoamento. Bacias hidrográficas. Águas subterrâneas. Água e educação ambiental. Recursos hídricos no Brasil. Gestão e gerenciamento de recursos hídricos. Prática de campo. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Compreender a interação entre a água e os processos hidrológicos na organização do espaço geográfico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MAGALHÃES JÚNIOR, A.P.; LOPES, F.W.A. (orgs) Recursos hídricos: as águas na interface sociedade-natureza . Oficina de Textos, 2023. PINTO, N. S. Hidrologia Básica . São Paulo: Edgard Blücher, 1995. 304 p. SILVA, A. M.; SCHULZ, H. E.; CAMARGO, P. B. Erosão e hidrossedimentologia em bacias hidrográficas . 2. ed. São Carlos: RIMA, 2007. 153 p. SUGUIO, K. Água . Ribeirão Preto: Holos, 2006. 248 p. TORRES, F. T. P.; MACHADO, P. J. Introdução à Hidrogeografia . São Paulo: Cengage Learning, 2012. 192 p. TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. Recursos hídricos no século XXI . São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 328 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BARLOW, M.; CLARKE, T. Ouro Azul: Como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta . São Paulo: M Books do Brasil, 2003. 331 p. MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. Indicadores ambientais e recursos hídricos . São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. 686 p. PINTO-COELHO, R.M.; HAVENS, K. Gestão de recursos hídricos em tempos de crise . Porto Alegre: Artmed, 2016. 228 p. REBOUÇAS, A.; BRAGA, G.; TUNDISI, J. G. Águas doces do Brasil . Escrituras, 2002. 703 p. RIBEIRO, W. C. Geografia política das águas . São Paulo: Annablume, 2008. 162 p. RODRIGUES, M.H.Q.; CARVALHO, M.R. Práticas de educação ambiental: metodologia de projetos . Curitiba: Appris, 2016. 197 p. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. STEIN, R.T. <i>et al.</i> Hidrologia e drenagem . Porto Alegre: SAGAH, 2021. 188 p. TUCCI, C. E. M. Inundações urbanas . Porto Alegre: ABRH, 2007. 389 p. VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (Org.). Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2034	DIDÁTICA EM GEOGRAFIA	60
EMENTA		
Os objetivos e os processos de ensino-aprendizagem na perspectiva da educação geográfica. Conceitos, categorias, metodologias, tecnologias e recursos à análise geográfica no ensino. Conteúdos escolares implicando a educação ambiental e as diversidades culturais e étnico-raciais constitutivas do espaço geográfico. Documentos de orientação curricular. O currículo, as múltiplas linguagens, a avaliação e o uso de materiais de uso pedagógico no ensino de Geografia. Papel do professor-pesquisador e a relação professor-aluno: interação, mediação e interdisciplinaridade. Pressupostos teóricos e metodológicos da Didática em Geografia. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Compreender e utilizar pressupostos teórico-metodológicos para ensinar geografia na perspectiva da educação geográfica nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, baseando-se em análises sustentadas geograficamente, considerando pressupostos de mediação pedagógica e científico-didática à constituição do professor-pesquisador de Geografia, na Educação Básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDREIS, Adriana Maria. Ensino de Geografia: fronteiras e horizontes . Porto Alegre: Compasso, 2012.		
CALLAI, Helena Copetti. A formação do profissional da Geografia: o professor . Ijuí/RS: Editora da UNIJUI, 2013.		
CASTELAR, Sônia M. V.; CAVALCANTI, Lana de S.; CALLAI, Helena C. (org.) Didática da geografia: aportes teóricos e metodológicos . São Paulo: Xamã, 2012.		
CAVALCANTI, Lana de S. O ensino de geografia na escola . São Paulo: Papirus, 2012.		
CASTROGIOVANNI, A. C., TEIXEIRA, C. C., KUNTZ, J., BARROS, L. (orgs.) A. Paisagem importância na leitura das espacialidades: fazendo e acontecendo no ensinar e aprender Geografia / Antonio Carlos Castrogiovanni ... [et al.] (Orgs.). – Goiânia/GO: C&A Alfa Comunicação, 2023. Disponível em: Paisagem : importância na leitura das espacialidades : fazendo e acontecendo no ensinar e aprender geografia (ufrgs.br) .		
TONINI, Ivaine M.; GOULART, Lígia B.; SANTANA FILHO, Manoel M. de. et al. O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem. Porto Alegre/RS: Sulina, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ANDREIS, Adriana Maria. A problematização geográfica no processo formativo escolar. <i>Ateliê Geográfico</i> , Goiânia, v. 18, n. 1, p. 330–355, 2024. DOI: 10.5216/ag.v18i1.79019. Disponível em: https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/79019 . Acesso em: 24 nov. 2025.		
ANDREIS, Adriana Maria; CALLAI, Helena Copetti. As crianças e o lugar: conceito e espaço de vivência. <i>Revista da ANPEGE</i> , [S. l.], v. 20, n. 42, 2024. DOI: 10.5418/ra2024.v20i42.17927. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/17927 . Acesso em: 24 nov. 2025.		
ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação . São Paulo: Contexto, 1989.		
CALLAI, Helena Copetti (org.). Educação Geográfica: reflexão e prática . Ijuí: Editora da UNIJUI, 2011.		
CALLAI, Helena Copetti (org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões . Porto Alegre: UFRGS, 2003.		



CAVALCANTI, Lana de S. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos. Campinas, SP: Papirus, 1998. E SANTOS, Maria Luiza Santos. As relações étnico-raciais e o ensino de geografia. Revista Amazônica sobre Ensino de Geografia [S. l.], v. 1, n. 02, 2019. Disponível em: https://raseng.com/index.php/raseng/article/view/15 MORAIS, Eliana M. B.; MORAES, Loçandra B. de. Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de geografia. Goiânia: Vieira, 2010. PENIN, Sônia. Cotidiano e escola - a obra em construção. São Paulo: Cortez, 2011. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. FIALHO, Edson Soares. A geografia escolar e as questões ambientais. Revista Ponto de Vista, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 49–64, 2020. Disponível em: https://beta.periodicos.ufv.br/RPV/article/view/9722	
Número de unidades de avaliação	2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2355	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III: PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA	120
EMENTA		
Análise dos processos da inserção enquanto disciplina escolar e os pressupostos teóricos e epistemológicos dos conhecimentos geográficos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Os quadros curriculares e programas de Geografia na rede pública e privada de Educação Básica. Alcance do domínio dos conteúdos e metodologias que envolvem o ensino de Geografia. O trabalho pedagógico em Geografia na escola de Educação Básica. Especificidades de ensino de Geografia nas diferentes modalidades educativas. O Projeto Político Pedagógico da escola e a atuação do professor de Geografia. Observação de aulas, análise, organização e utilização de pressupostos, procedimentos e recursos didáticos empregados nas práticas educativo-geográficas em escolas de Educação Básica, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.		
OBJETIVO		
Preparar os estudantes para ensinar Geografia, construindo, pela análise sustentada pedagogicamente e pela observação dos processos educativos escolares, subsídios conceituais, didáticos e metodológicos, à constituição do professor-pesquisador, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDREIS, Adriana Maria; COPATTI, Carina (Org.). <i>Trajetórias geográficas coetâneas das políticas educacionais</i>. 1. ed. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2022. 273p. ISBN: 978-65-5869-800-5 [Impresso] 978-65-5869-801-2 [Digital] DOI: 10.51795/9786558698005. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/trajetorias-geograficascoetaneas-das-politicas-educacionais/ FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. IMBÉRNON, Francisco. Escola, formação de professores e qualidade do ensino. Tradução de Ricardo Pérez Banega. Pinhais: Editora Melo, 2011. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 4ed. Goiânia: Alternativa, 2001. SIMÕES, Willian; ANDREIS, Adriana Maria. Anoitece na cidade: dilemas e desafios do Ensino Médio Noturno em Tempos de Reforma. <i>Revista Contexto Educação</i>, Ijuí/RS, Editora Unijuí, Set./Dez.Set., 2019, p. 215-233 http://dx.doi.org/10.21527/2179http://dx.doi.org VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COELHO, Vera Rejane; PAIM, Marilene Maria Wolff. Estágio curricular obrigatório e prática como componente curricular: que prática é essa? Curitiba: CRV, 2014. 199p. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 7ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2013. GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. Temas para um projeto políticopedagógico. 12ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. GERALDI, João Wandelely. <i>A aula como acontecimento</i>. Pedro & João Editores, 2010.		



MANRIQUE, Ana Lúcia. Aprendizagem da Docência: Pesquisas e Práticas Formativas em Ambiente Escolar. Curitiba: Appris, 2014. PANTUSCHKA, Nídia N. (Org.). Ousadia no Diálogo: interdisciplinaridade na escola pública. São Paulo: Loyola, 1993. PIOKER-HARA, Fabiana Curtopassi; GURIDI, Verônica Marcela (Org.). Experiências de Ensino nos Estágios Obrigatórios: uma parceria entre a universidade e a escola. Campinas: Alínea, 2013. RODRÍGUEZ-DOMENECH, M^a Ángeles. (org.) El pensamiento geográfico y su enseñanza en el siglo XXI: Tendencias y perspectivas a través del proyecto de participación ciudadana ¡Nosotros Proponemos! Madrid, Espanha, Dykinson Editora, 2024. Disponível em: https://www.dykinson.com/libros/el-pensamiento-geografico-y-su-ensenanza-en-el-siglo-xxi/9788410707740/ SOUSA, Maria do Carmo de; MARQUES, Clélia de Paula. Formação Inicial de Professores: parceria universidade-escola na formação de licenciandos. Curitiba: Appris, 2013. YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? Revista Educação e Sociedade, 28(101), 2007, 1287-1302. https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400002	
Número de unidades de avaliação	2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1914	GEOGRAFIA URBANA	75
EMENTA		
Cidade, urbano e urbanização. Geo-história da cidade. Cidades e modos de produção. Divisão territorial do trabalho entre cidade e campo. Urbanização brasileira. Dinâmicas e processos urbanos. Agentes e sujeitos da produção do espaço. Rede urbana. Observações e práticas de campo. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Compreender o desenvolvimento das cidades através dos diferentes espaços, tempos e modos de produção, enfatizando a urbanização no Brasil, sua diversidade de cidades, dinâmicas e processos e a caracterização da rede urbana por meio de discussões teóricas em sala e atividades de observação e prática de campo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana . Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade . São Paulo: Centauro, 2006. SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional . São Paulo: Edusp, 2013. SOJA, Edward W. Postmetrópolis: estudos críticos sobre las ciudades y las regiones . Madrid: Traficantes de Sueños, 2008. SPOSITO, Eliseu Savério. Redes e cidades . São Paulo: Editora Unesp, 2008. SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano . 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade . São Paulo: Contexto, 1992. CASTELLS, Manuel. A questão urbana . 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. HARVEY, David. A justiça social e a cidade . São Paulo: Hucitec, 1980. LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital . Rio de Janeiro: DP&A, 2001. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2005. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e urbanização . 15. ed. São Paulo: Contexto, 2010. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: espaços em transição . São Paulo: Expressão Popular, 2007. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. VILLAÇA, Flávio. Espaço intraurbano no Brasil . 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1251	REGIÕES E REDES	75
EMENTA		
Região e regionalização: trajetórias e perspectivas teórico-metodológicas. Redes, conceitos e usos. Dinâmicas das redes sociotécnicas. Região, redes e formação territorial. Fenômenos, relações e processos inerentes à diferenciação e à integração espacial. Redes na perspectiva da diversidade e desigualdades socioespaciais. Prática de observação de campo em regiões significativas à temática. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Estudar as diferentes concepções e abordagens dos conceitos de região e redes, suas articulações, dinâmicas, suas múltiplas escalas por meio de discussões teóricas e práticas de observação de campo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HAESBAERT, Rogério. Regional-global - dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. LENCIONI, S. Região e Geografia . São Paulo: Edusp, 1999. SANTOS, Milton. A natureza do espaço : Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia : conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. CORRÊA, Roberto Lobato. Caminhos paralelos e entrecruzados . São Paulo, Unesp, 2019. FELDMANN, Sarah; FERNANDES, Ana. O urbano e o regional no Brasil contemporâneo : mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007. FERNANDES, Caio da Silveira; SANTOS, Gislene Aparecida. Geografia das Redes . Curitiba, InterSaberes, 2020. GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (org.). Geografia humana : sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021. Livro digital, PDF. IBGE, Regiões de influência das cidades . 2018 / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.). Brasil século XXI : por uma nova regionalização. São Paulo: Max Limonad, 2004. PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. História das políticas regionais no Brasil . Brasília: IPEA, 2020. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	Optativa I	60
EMENTA		
Definida conforme CCR ofertado no semestre.		
OBJETIVO		
Definido conforme CCR ofertado no semestre.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Definidas conforme CCR ofertado no semestre e o ementário.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Definidas conforme CCR ofertado no semestre e o ementário.		
Número de unidades de avaliação		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2356	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO IV: PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA	120
EMENTA		
Desenvolvimento de atividades educativo-geográficas com a escola. Elaboração de propostas de trabalho pedagógico em Geografia na escola de Educação Básica. Exercício de docência nos anos finais do Ensino Fundamental. Gestão pedagógica da aula e práticas de ensino em interlocução com temas contemporâneos da Geografia.		
OBJETIVO		
Elaborar propostas pedagógicas para o ensino de Geografia na Educação Básica nos anos finais do Ensino Fundamental, e exercitar a prática docente por meio de atividades de observação e atividades inerentes ao planejamento, administração e avaliação de aulas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CALLAI, Helena Copetti. A formação do profissional da Geografia : o professor. Ijuí/RS: Editora da UNIJUI, 2013		
ANDREIS, A. M.; PAZ, D. A. (Org.) ; PETRY, O. J. (Org.) . A Residência Pedagógica na UFFS : reflexões sobre a formação de professores (2020-2022). Chapecó/SC: UFFS, 2023. v. 1. 181p .		
CASTELAR, Sônia M. V.; CAVALCANTI, Lana de S.; CALLAI, Helena C. (org.) Didática da geografia : aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012.		
CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola . São Paulo: Papirus, 2012.		
SILVA, Eunice Isaias da.; PIRES, Lucineide Mendes. Desafios da didática em Geografia . Goiânia/GO: Editora da PUC/GO, 2013.		
TONINI, Ivaine M.; GOULART, Lígia B.; SANTANA FILHO, Manoel M. de. et al. O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem. Porto Alegre: Sulina, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ANDREIS, Adriana Maria. Ensino de Geografia : fronteiras e horizontes. Porto Alegre: Compasso, 2012.		
ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico : ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.		
CASTROGIOVANNI, A. C.; SCHAFFER, N. A.; KAERCHER, N. A. Um globo em suas mãos . Porto Alegre: Artmed, 2005.		
CALLAI, Helena Copetti (org.). Geografia em sala de aula : práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.		
CAVALCANTI, Lana de S. Geografia , Escola e Construção de Conhecimentos. Campinas, SP: Papirus, 1998.		
CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia escolar e a cidade : ensaios de geografia para a vida urbana cotidiana. São Paulo: Papirus, 2008.		
MORAIS, Eliana M. B.; MORAES, Loçandra B. de. Formação de professores : conteúdos e metodologias no ensino de geografia. Goiânia: Vieira, 2010.		
PENIN, Sônia. Cotidiano e escola - a obra em construção. São Paulo: Cortez, 2011.		
SIMÕES, Willian. (org.). Residência Pedagógica na UFFS : Registros e contribuições para o fortalecimento do estágio curricular supervisionado nas licenciaturas. Tubarão/SC: Copiart,		



2019. Disponível em: https://even3.blob.core.windows.net/even3publicacoes-assets/book/5.10507 . Acesso em 16, ago., 2025.	
Número de unidades de avaliação	2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1917	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS	60
EMENTA		
O desenvolvimento dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG's): contextualização histórico-geográfica. Conceitos fundamentais. Dados espaciais e não espaciais. Estrutura de representação de dados. Construção de bases de dados geográficos. Produção de mapas temáticos e de geoinformação em SIG. Principais aplicações dos SIG's na pesquisa e no ensino. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Entender a importância dos SIGs para a análise de fenômenos e eventos, e para a gestão do território na atualidade. Dominar os principais instrumentais de representação e análise espacial dos SIGs, com vistas à sua utilização no ensino e pesquisa geográficos, bem como em outros campos de atuação profissional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BUZAI, Gustavo D.; BAXENDALE, Claudia A.; HUMACATA, Luis; PRINCIPI, Noelia. Sistemas de Información Geográfica: cartografía temática y análisis espacial . Buenos Aires: Lugar Editorial, 2016. FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de textos, 2008. LONGLEY, Paul A; GOODCHILD, Michael; MAGUIRRE, David; RHIND, David al. Sistemas e ciência da informação geográfica . Porto Alegre: Bookman, 2013 MATOS, João. Fundamentos de informação geográfica . 6. ed. Lisboa: Lidel, 2008. RAMOS, Cristhiane da Silva. Visualização cartográfica e cartografia multimídia: conceitos e tecnologias . São Paulo: Ed. Unesp, 2005. SILVA, Ardemirio de B. Sistemas de Informações Geo-referenciadas: conceitos e fundamentos . Campinas, Ed. UNICAMP, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BUZAI, Gustavo D. Geografía global: el paradigma geotecnológico y el espacio interdisciplinario en la interpretación del mundo del siglo XXI . Buenos Aires: Lugar editorial, 1999. BUZAI, Gustavo D.; BAXENDALE, Claudia A. Análisis socioespacial con Sistemas de Información Geográfica . 2 v. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2011. CAUVIN, Collete; ESCOBAR, Francisco. New approaches in Thematic Cartography . New York: John Willey, 2009. CLARKE, Keith C. Getting started with Geographic Information Systems . 4.ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003. CRAMPTON, Jeremy W. Mapping: a critical introduction to Cartography and GIS . Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. FERREIRA, Marcos C. Iniciação à análise geoespacial . São Paulo: Ed. Unesp, 2014. MORENO JIMÉNEZ, Antonio. (org.). Sistemas y análisis de la información geográfica. manual de autoaprendizaje con ArcGIS . 2. ed. Madrid: RaMa, 2007. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. SLOCUM, Terry; McMASTER, Robert; KESSLER, Fritz; HOWARD, Hugh H. Thematic Cartography and Geographic Visualization . New York: Prentice Hall, 2008.		



TEIXEIRA, Amandio L. A.; CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Sistemas de Informação Geográfica**: dicionário ilustrado. São Paulo: Hucitec, 1997.
XAVIER DA SILVA, Jorge. **Geoprocessamento para análise ambiental**. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 2001.

Número de unidades de avaliação

2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCB0800	BIOGEOGRAFIA	75
EMENTA		
Biogeografia: conceitos e subdivisão. Campo e tendências atuais da Biogeografia. Princípios biogeográficos. A biosfera e as relações de interdependência. Distribuição dos seres vivos e fatores responsáveis. Os grandes biomas e biocenoses terrestres e sua distribuição espacial no globo e no Brasil. Princípios de taxonomia animal e vegetal. Zonas biogeográficas. Domínios morfoclimáticos do Brasil. Biogeografia cultural. A Biogeografia como subsídio para a Educação Ambiental. Prática de observação de campo. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Analisar os fatores responsáveis pela distribuição dos seres vivos sobre a superfície terrestre no período atual e no passado dialogando com práticas de campo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AB’SABER, A. N. Domínios da Natureza do Brasil: Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê, 2006. BERTRAND, G.; BERTRAND, C. Uma geografia transversal: e de travessias (O meio ambiente através dos territórios e das temporalidades). Maringá: Massoni, 2007. BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. Biogeografia. 2. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2006. FERRI, Mário Guimarães. Vegetação Brasileira. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1980. PASSOS, M. M. Biogeografia e paisagem. 2. ed. Maringá: UEM, 2003. TROPPEMAIR, Helmut. Biogeografia e meio ambiente. 9. ed, rev, e atual. Rio de Janeiro, RJ: Technical Books, 2012. 227 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BRANCO, Samuel Murgel. Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. 2. ed. São Paulo: E. Blücher, 1999. 202 p. CONTI, J. B.; FURLAN, S. A. Geocologia: o Clima, os Solos e a Biota. In: ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005. CORTEZ, Ana Tereza Cáceres. A Biogeografia e sua relação com a Ecologia. Geografia, Rio Claro, v. 18, n. 2, p. 107-116, 1993. COX, C. Barry; MOORE, Peter D. Biogeography: an ecological and evolutionary approach. 8th ed. Hoboken, NJ: Wiley, c2010. xiv, 498 p. FURLAN, S. A. Técnicas de Biogeografia. In: VENTURI, L. A. B. Praticando Geografia: Técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. KUHLMANN, Edgard. Curso de Biogeografia. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, n. 236, p. 74-117, 1993. MARTINS, Celso. Biogeografia e Ecologia. 5. ed. São Paulo: Nobel, 1985. 115 p. ODUM, Eugene Pleasants. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p. ISBN 978-85-201-0249-7 . PEREIRA, J. B. S.; ALMEIDA, J. R. Biogeografia e geomorfologia. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (coord.). Geomorfologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 198-199. ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil. Subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização. Rio de Janeiro: Lumen		



Juris, 2023.	
Número de unidades de avaliação	2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2294	GEOGRAFIA CULTURAL	75
EMENTA		
Trajetórias da Geografia Cultural geral e no Brasil. Dimensões culturais do espaço: paisagens, temporalidades e espacialidades. Geografias vernaculares. Etnicidade e espaço: etnogeografias e etnopaisagens. Diversidade étnico-cultural no território brasileiro. Meio ambiente e cultura. Prática de campo em região significativa à temática. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Estudar a geografia cultural, sua trajetória e as dimensões culturais do espaço, expressas na paisagem, nas temporalidades e espacialidades dos grupos humanos, por meio de discussões teóricas e práticas de observação de campo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto : terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed, Manaus: Pgsca–UFAM, 2008. CLAVAL, Paul. Geografia cultural . Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro A. Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). Introdução à geografia cultural . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada . 6. ed. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2008. SCHAMA, Simon. Paisagem e memória . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural : mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CLAVAL, Paul. Terra dos homens : a geografia. São Paulo, SP: Contexto, 2010. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). Paisagem, tempo e cultura . 2. ed. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.). Geografia Cultural : um século (I e II). Rio de Janeiro: UERJ, 2000. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders : sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. HISSA, Cássio Eduardo Viana (org.). Saberes ambientais : desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: UFMG, 2008. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras . 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Paisagem, imaginário e espaço . Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Matrizes da Geografia Cultural . Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001 SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum . São Paulo: Companhia das Letras, 2002.		



TUAN, Y. Fu. Topofilia : o estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: UEL, 2012.	
Número de unidades de avaliação	2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2035	GEOGRAFIA RURAL	75
EMENTA		
Perspectivas teórico-metodológicas da geografia rural. Trajetórias do espaço rural brasileiro. Dimensões socioambientais do espaço rural. Globalização e modernização da agricultura. A questão da terra no Brasil. Modelo agrário-agrícola, produção de <i>commodities</i> e produção de alimentos. Fome e segurança alimentar. Agroecologia. Conflitos no campo. A perspectiva decolonial na questão agrária. Prática de observação de campo em região significativa à temática. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Estudar os processos e trajetórias da produção do espaço rural, sua multidimensionalidade e transescalaridade, por meio de discussões teóricas em sala e atividades de práticas de observação de campo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (org.). Difusão do agronegócio e as novas dinâmicas socioespaciais . Fortaleza: BNB, 2006. FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino (orgs). Os usos da terra no Brasil : debates sobre políticas fundiárias. São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. CAMPELO, Tereza; BORTOLETTO, Ana Paula (orgs). Da fome à fome : diálogos com Josué de Castro. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022. MARTINS, José de Souza. Fronteira : a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. SILVA, Ligia Maria Osório. Terras devolutas e latifúndio : efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Mundo Rural como um Espaço de Vida . Porto Alegre: UFRGS, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . Campinas: Hucitec; Anpocs; Unicamp, 1992. OLIVEIRA, Ariovaldo, Umbelino; MARQUES, Marta I. M. Campo no século XXI : território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela, 2005. BRUMER, Anita; PINEIRO, Diego (org.). Agricultura latino-americana : novos arranjos e velhas questões. Porto Alegre: UFRGS, 2005. CAMPOS, Nazareno José. Terras de uso comum no Brasil : abordagem histórico-sócio espacial. Florianópolis: UFSC, 2011. ESPÍNDOLA, Carlos José. Agroindústrias do Brasil : o caso Sadia. Chapecó: Argos, 2009. GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil : política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997. GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro . Campinas, SP: Unicamp. I.E., 1999. IANNI, Otávio. Origens agrárias do Estado Brasileiro . São Paulo: Brasiliense, 2005. MARTINS, José de Souza. O cativo da terra . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen		



Juris, 2023.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

Número de unidades de avaliação

2



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1740	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	60
EMENTA		
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; Principais temas e correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Ética, Estética, Política, Lógica, Metafísica, Linguagem e Epistemologia.		
OBJETIVO		
Oportunizar aos educandos acesso à ferramentas para a construção de pensamento crítico, por meio do estudo de diversos pensadores e de pressupostos epistemológicos, éticos, estéticos e políticos, que possibilitem compreender problemas e tomar decisões relacionados a sua história e a história da sociedade, tendo possibilidade de vincular a filosofia à sua opção curricular e a sua trajetória existencial e profissional, bem como, a compreender e intervir na sociedade contemporânea.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda ; MARTINS, Maria Helena Pires. <i>Filosofando: Introdução a filosofia</i> . São paulo: Moderna, 2015, 5ªed. CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2010. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003. GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção). MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lúlio, 2011. CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000. GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994. HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002. JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papirus, 2008. SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: _____. Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963. SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	Optativa II	60
EMENTA		
Definida conforme CCR ofertado no semestre.		
OBJETIVO		
Definida conforme CCR ofertado no semestre.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Definida conforme CCR ofertado no semestre e o ementário.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
Definida conforme CCR ofertado no semestre e o ementário.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2358	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO V: PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA	120
EMENTA		
Desenvolvimento de atividades educativo-geográficas com a escola. Elaboração de propostas de trabalho pedagógico em Geografia na escola de Educação Básica. Exercício de docência nos Ensino Médio. Gestão pedagógica da aula e práticas de ensino em interlocução com temas contemporâneos da Geografia.		
OBJETIVO		
Elaborar propostas pedagógicas para o ensino de Geografia na Educação Básica nos anos finais do Ensino Fundamental, e exercitar a prática docente por meio de atividades de observação; e atividades inerentes ao planejamento, administração e avaliação de aulas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDREIS, Adriana Maria. A noção de espaço ao ensino de geografia na Base Curricular Catarinense. GeoUERJ. 2023.76522, v. 1, p. 01-28, 2023. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/76522		
CALLAI, Helena Copetti. A formação do profissional da Geografia: o professor . Ijuí/RS: Editora da UNIJUI, 2013		
CASTELAR, Sônia M. V.; CAVALCANTI, Lana de S.; CALLAI, Helena C. (org.) Didática da geografia: aportes teóricos e metodológicos . São Paulo: Xamã, 2012.		
CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola . São Paulo: Papirus, 2012.		
SIMÕES, Willian. O lugar das Ciências Humanas na “reforma” do ensino médio. Retratos da Escola, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 45–59, 2017. DOI: 10.22420/rde.v11i20.752. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/752 . Acesso em: 26 nov. 2025.		
TONINI, Ivaine M.; GOULART, Lígia B.; SANTANA FILHO, Manoel M. de. et al. O livro didático de Geografia e os desafios da docência para aprendizagem . Porto Alegre: Sulina, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ANDREIS, Adriana Maria; PAZ, Demétrio Alves. (Org.); PETRY, Oto João. (Org.). A Residência Pedagógica na UFFS: reflexões sobre a formação de professores (2020-2022) . 1. ed. Chapecó/SC: UFFS Editora, 2023. v. 1. 181p. Disponível em: https://books.scielo.org/id/p33vq/pdf/andreis-9786550190583.pdf		
ANDREIS, Adriana Maria. <u>La constitución del profesor: el escribir como investigación sobre su actuación..</u> Investigación en la Escuela, v. 81, p. 79-90, 2013. Disponível em: https://revistascientificas.us.es/index.php/IE/article/view/6900		
ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação . São Paulo: Contexto, 1989.		
CASTROGIOVANNI, A. C.; SCHAFFER, N. A.; KAERCHER, N. A. Um globo em suas mãos . Porto Alegre: Artmed, 2005.		
CALLAI, Helena Copetti (org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões . Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.		
CAVALCANTI, Lana de S. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos . Campinas, SP: Papirus, 1998.		



CAVALCANTI, Lana de Souza. **A geografia escolar e a cidade:** ensaios de geografia para a vida urbana cotidiana. São Paulo: Papirus, 2008.

MORAIS, Eliana M. B.; MORAES, Loçandra B. de. **Formação de professores:** conteúdos e metodologias no ensino de geografia. Goiânia: Vieira, 2010.

SILVA, Eunice Isaias da.; PIRES, Lucineide Mendes. **Desafios da didática em Geografia.** Goiânia/GO: Editora da PUC/GO, 2013.

SIMÕES, Willian. Por uma escola territorialmente situada: contribuições geográficas em uma experiência extensionista de Educação do Campo no Oeste de Santa Catarina. GEOGRAFIA ENSINO & PESQUISA, v. 25, p. 1-32, 2021.

Número de unidades de avaliação

2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1031	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	45
EMENTA		
Organização e redação de um texto científico. O problema de pesquisa.		
OBJETIVO		
Compreender as bases teórico-metodológicas para elaboração, redação e desenvolvimento de um projeto de pesquisa científico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais : pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. Thomson, 1999. JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca). MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia . 12. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; JUNCQUES, Ivan Jairo. Construindo a ciência : 3 de 3 elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Pós-Escrito, 2009. VENTURI, L. A. B (org.). Geografia : práticas de campo, laboratório e sala de aula. São Paulo: Sarandi, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . São Paulo: Perspectiva, 2010. CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber : metodologia científica, fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 1991. CHALMERS, A. F. O que é ciência afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993. FREIRE, O. Organização do trabalho científico . Presidente Prudente, 1995. LEFEVBRE, Henri. Lógica formal, lógica dialética . Civilização Brasileira, 1991. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social : teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. VOLPATO, Gilson L. Método lógico para redação científica . São Paulo: Bestwriting, 2011. VOLPATO, Gilson L. Ciência : da filosofia à publicação. 6. ed. São Paulo: Bestwriting, 2012.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2107	ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL	60
EMENTA		
A Constituição do Sistema-Mundo. A multirregionalização do globo terrestre. Os problemas mundiais contemporâneos. Capitalismo financeiro, imperialismo, globalização e neoliberalismo. Organizações, instituições e relações internacionais. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Analisar as expressões territoriais das hegemonias e das desigualdades econômico-financeiras, político-militares, culturais e ambientais no espaço mundial.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DURAND, Marie-françoise et al. Atlas da Mundialização – Compreender o Espaço Mundial Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009. HOBSBAWM, E. J. A Era dos Extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HAESBAERT, Rogério (org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo . 2. ed. Niterói: UFF; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013. HARVEY, DAVID. Neoliberalismo História e Implicações . São Paulo: Loyola, 2008. HARVEY, DAVID. O Novo Imperialismo . São Paulo: Loyola. 3. ed. 2009. GOWAN, Peter. A Roleta Global . Rio de Janeiro: Record.2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
JOBIM, Nelson A; ETCHEGOYEN, Sergio W; ALSINO, João Paulo FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Segurança internacional: perspectivas brasileiras . Rio de Janeiro: FGV, 2010. 648 p. ARRIGHI, G. O longo século XX . São Paulo: Contraponto/Unesp, 1994. CASTELLS, Manuel. Fim do Milênio . São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3. CHESNAIS, F. A mundialização do Capital . São Paulo: Xamã, 1996. GILMORE, Ruth Wilson. Geografia da abolição: ensaio rumo à libertação . São Paulo: Boitempo, 2025. LIMA, Marcos Costa. Região & Desenvolvimento no Capitalismo Contemporâneo - Uma Interpretação Crítica . São Paulo: Unesp, 2011. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). Território: Globalização e Fragmentação . 3. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996. ZIZEK, Slavoj. Primeiro como tragédia, depois como farsa . São Paulo: Boitempo, 2011. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . Rio de Janeiro: Record, 2012. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2293	GEOGRAFIA DE SANTA CATARINA	75
EMENTA		
Formação histórico-geográfica. Recursos naturais e atividades econômicas. Dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais. Urbanização e fluxos populacionais. Prática de campo em regiões significativas à temática. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Compreender a dinâmica do espaço catarinense, em suas dimensões humanas e naturais, por meio de discussões teóricas e prática de observação de campo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAMPOS, Nazareno José de; BRANDT, Marlon; CANCELIER, Janete Webler (org.). O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos . Florianópolis: UFSC, 2013. GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina . Florianópolis: Cidade Futura, 2002. LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos . Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000. LOHN, Reinaldo Lindolfo; FALCÃO, Luiz Felipe; CAMPOS, Emerson Cesar (org.). Florianópolis no tempo presente . Florianópolis: UDESC, 2011. NODARI, Eunice Sueli. Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina . Florianópolis: UFSC, 1999. PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. Geografia botânica de Santa Catarina e outros estudos . Florianópolis: IHGSC, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALBA, Rosa Salete. Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó . Chapecó: Argos, 2002. ALBA, Rosa Salete. Estudos de Geografia Agrária do Oeste catarinense . Chapecó: Argos, 2008. GERHARDT, M.; NODARI, E. S.; MORETTO, S. P. (orgs.). História ambiental e migrações : diálogos . 1. ed. São Leopoldo e Chapecó: Oikos e Editora da UFFS, 2017. v. 1. LEITE, Ilka Boaventura (org.). Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. LENZI, Luis. O Modelo Catarinense de Desenvolvimento - uma ideia em mutação? Blumenau, Edifurb, 2000. NASCIMENTO, Ederson; VALENTINI, Daiane Regina; BRANDT, Marlon; SCHERMA, Ricardo Alberto; TOMBINI, Larissa Hermes T. Atlas socioespacial do Oeste de Santa Catarina . Curitiba: CRV, 2021. MAMIGONIAN, Armen (org.). Santa Catarina: estudos de Geografia Econômica e Social . Florianópolis: UFSC, 2011. PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Aspectos geográficos de Santa Catarina . Florianópolis: UFSC, 1991. RAUD, Cécile. Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense . Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1999. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.		



Número de unidades de avaliação	2
---------------------------------	---



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1738	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	60
EMENTA		
Cultura e processos sociais. Fundamentos sociais da modernidade. Movimentos sociais. Senso comum e desnaturalização do social. Temas da realidade social contemporânea.		
OBJETIVO		
Proporcionar o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais no contexto da sociedade moderna e seus desdobramentos nas práticas sociais contemporâneas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. JOHNSON, A. G. . Dicionário de sociologia : guia prático da linguagem sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo . Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020. SOUZA, J. A elite do atraso : da escravidão à ascensão da extrema direita . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025. BAUMAN, Z.; MAY, T. Aprendendo a pensar com a sociologia . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época . 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARNEVALLI, Felipe. et al. Terra: antologia afro-indígena . São Paulo: Ubu Editora, 2023. GREEN, J. N. . et al. História do Movimento LGBT no Brasil . São Paulo: Alameda, 2018 LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos aires: CLACSO, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la . Tradução Cássio de Arantes Leite, Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. PEREIRA, A. O mundo negro : relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil . São Paulo: Pallas., 2013. SENNETT, Richard. A cultura do novo capitalismo . Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2278	PROCESSOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS	60
EMENTA		
Exclusão, inclusão, in/exclusão. Políticas e normativas da Educação Especial no Brasil e Santa Catarina – concepções de deficiência; público da educação especial; profissionais e atribuições. Educação escolar comum. Capacitismo. Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Práticas colaborativas. Estratégias didático-pedagógicas inclusivas.		
OBJETIVO		
Criar as condições para a atuação pedagógica em contextos da educação escolar comum em processo de inclusão.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) . Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm .		
BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial Inclusiva . Brasília: MEC, 2025.		
BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. O Desenho Universal para a Aprendizagem como um princípio do cuidado. In: Revista Educação, Artes e Inclusão , v. 18, n. 2, Abr./Jun. 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5965/1984317815022019361		
KRAEMER, Graciele. Educação para o século XXI: bem de investimento ou princípio político comum? . Disponível em: https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/04/eBook_desafios-educacao-contemporanea.pdf		
RECH, Tatiana Luiza. A emergência da inclusão escolar no Brasil. In: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.		
VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão . In: VERVE, n. 20, 2011. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886/11118 .		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional . Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/deficiencia-incapacidade-e-vulnerabilidade-do-capacitismo-ou-a-preeminencia-capacitista-e-biomedica-do-comite-de-etica-em-pesquisa-da-ufsc/16546?id=16546		
SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). In: Revista Brasileira de Educação Especial , Bauru, v. 26, n. 4, p.733-768, Out./Dez., 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155 .		
ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar . In: Educação (UNISINOS), v. 22, n. 2, Abr./Jun. 2018. Disponível em:		



<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.222.04>.

WALKER, Gleici Cristina; GRAFF, Patrícia. Práticas colaborativas na educação: uma descrição da literatura atual. In: **Revista Educação em Foco**, Vol. 27, e27042, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/download/37156/24994>
https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/04/eBook_desafios-educacao-contemporanea.pdf



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2113	GEOGRAFIA DO BRASIL	75
EMENTA		
Formação territorial do Brasil. Formação socioespacial e periodizações. Brasil e os usos do território. Brasil e o meio técnico-científico-informacional. Conflitos socioespaciais e cartografias da ação. A natureza como mercadoria e conflitos ambientais no Brasil. Justiça territorial e cidadania. Prática de campo em regiões significativas à temática. Prática como componente curricular. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Compreender a organização do espaço geográfico brasileiro a partir e na interface dos seus constituintes naturais e socioeconômicos por meio de discussões teóricas e práticas de observação de campo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
EGLER, C.; CASTRO, I. E.; MIRANDA, M. Redescobrimo o Brasil 500 anos depois . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina . Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Livro digital, PDF. PORTO-GONÇALVES. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (org.). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI . São Paulo: Record, 2001. SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e Emoção . São Paulo, EDUSP, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AB' SABER, A. N. Brasil: paisagens de exceção . São Paulo: Ateliê, 2008. ANDRADE, Manuel Correia. A questão do território no Brasil . São Paulo: Hucitec, 2005. BECKER, Berta et al. Geografia e meio ambiente no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. EGLER, Cláudio; BECKER, Berta. Brasil: uma nova potência regional na economia mundo . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil . São Paulo: Cia das Letras, 2007. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des) caminhos do meio ambiente . Rio de Janeiro, Contexto, 1996. RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário . Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível digital. RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da ação social: Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano . En: Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires Lugar CLACSO Editorial/Editor 2009. Disponível digital. SANTOS, Renato Emerson dos. Por uma geografia descolonial: dilemas epistêmicos de conhecimento no combate ao eurocentrismo do ensino de geografia na implementação da Lei		



10.639/03. In: Dillermundo Cattaneo; Marcelo Argenta Câmara; Renata Ferreira da Silveira. (Org.). Geografias das R-existências. 1ed.Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2021, v. 1, p. 263-290. SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.	
Número de unidades de avaliação	2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2357	GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL	75
EMENTA		
Natural e natureza, ambiente e meio ambiente. Relações sociedades-natureza. Apropriação social da natureza: marcos históricos. Ambientalismo e movimento ecológico: marcos teóricos no tratamento da questão ambiental. A Geografia e a questão ambiental. Desafios e possibilidades: educação ambiental e perspectivas socioambientais. Prática de campo. Atividades de extensão e cultura.		
OBJETIVO		
Analisar as questões socioambientais na perspectiva do espaço geográfico e seus desafios.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARVALHO, Marcos de. O que é natureza? São Paulo: Brasiliense, 2003. 85p. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 239 p. MENDONÇA, Francisco. Geografia e meio ambiente . São Paulo: Contexto, 2008. 80 p. MENDONÇA, Francisco; KOZEL, S. Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea . Curitiba: UFPR, 2004. 265 p. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des)caminhos do meio ambiente . 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 148p. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental . 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. p.179.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
AB'SÁBER, A. N.; GOMES, H.; BERRÍOS, R.; BRAGA, R.A.P.; LIMA, S.A.C.; SUERTEGARAY, D.M.A.; SHÄFFER, N.O.; ESTRADA, M.L. (orgs). Geografia e questão ambiental . Terra Livre 3. São Paulo: Marco Zero/AGB, 1988. DIEGUES, Antônio Carlos. O mito da natureza intocada . 6. ed. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB, 2008. 198 p. EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma . 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p. GRUN, Mauro. Ética e educação ambiental: a conexão necessária . 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. 126 p. LEFF, Enrique. Discursos sustentáveis . São Paulo: Cortez, 2010. MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann (org.). Geografia e questão ambiental . Rio de Janeiro: IBGE, 1993. MORAES, Antonio Carlos Robert. Meio ambiente e ciências humanas . 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo, PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade . 2. ed. ver e atual. Barueri: Manole. 2014 SERVA, F.M. A extensão universitária e sua curricularização . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.		
Número de unidades de avaliação	2	



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0927	DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E SOCIEDADE	60
EMENTA		
O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais e sua relação com a construção democrática. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil contemporâneo, com ênfase nas desigualdades de classe, lutas sociais, movimentos sociais e identitários e políticas públicas de inclusão. Cidadania e diversidade: igualdade étnico racial, reconhecimento dos povos indígenas, igualdade de gênero, de sexualidades e das pessoas com deficiência e o enfrentamento das discriminações.		
OBJETIVO		
Promover a compreensão crítica dos direitos humanos e da cidadania - refletindo sobre os limites objetivos dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade - em suas dimensões históricas, teóricas e normativas, de forma a capacitar para a promoção de uma sociedade democrática e inclusiva.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ASSY, Bethania; BERNARDES, Márcia Nina; PELE, Antonio (Org.). Direitos Humanos: entre captura e emancipação . Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Lumen Juris, 2022. E-book. BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, DF: Senado Federal, 2024. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). História da cidadania . 8. ed. São Paulo: Contexto, 2021. TRINDADE, J. D. DE L. Os Direitos Humanos na Perspectiva de Marx e Engels . São Paulo: Editora Alfa Omega, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 . Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Seção 1, p. 11. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 . Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2012. Seção 1, p. 48. BUTLER, Judith. Quem tem medo do gênero? São Paulo: Boitempo, 2024. GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano . Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. GROSFOGUEL, Ramón; BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico . São Paulo: Autêntica, 2018. E-book. Disponível em: App Minha Biblioteca. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003. HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade . 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.		



KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização de Rita Carelli. São Paulo: Editora Schwarcz, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/observaeducampors/wp-content/uploads/2023/06/Ailton-Krenak-A-Vida-Nao-E-Util-2020.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Ailton-Krenak-Ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	Optativa III	60
EMENTA		
Definida conforme CCR ofertado no semestre.		
OBJETIVO		
Definido conforme CCR ofertado no semestre.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Definidas conforme CCR ofertado no semestre e o ementário.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Definidas conforme CCR ofertado no semestre e o ementário.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2359	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60
EMENTA		
Execução e redação do trabalho de conclusão de curso em Geografia.		
OBJETIVO		
Permitir o desenvolvimento dos requisitos necessários para a prática da pesquisa científica mediante a elaboração de um trabalho escrito, que deverá ser avaliado por uma banca de professores e/ou profissionais da área.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
De acordo com o objeto e <i>corpus</i> da pesquisa e do ementário.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
De acordo com o objeto e <i>corpus</i> da pesquisa e do ementário.		
Número de unidades de avaliação	2	



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1736	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	60
EMENTA		
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. História e cultura indígena, cabocla e afrodescendente. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos agrários, econômicos, políticos e culturais. Aspectos da História Ambiental na Fronteira Sul.		
OBJETIVO		
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos (Orgs.). Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos . Florianópolis/SC: Editora Insular, 2016. GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli; MORETTO, Samira Peruchi (Orgs.) História ambiental e migrações: diálogos . São Leopoldo: Oikos; Chapecó: Ed. UFFS, 2017. (e-book) RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (Orgs.). História da Fronteira Sul . Chapecó : Ed. UFFS, 2016. (e-book) SCHMITT, Ânderson Marcelo; WINTER, Murillo Dias (Orgs.). Fronteiras na História: atores sociais e historicidade na construção do Brasil Meridional (Séculos XVIII-XX) . Chapecó : Ed. UFFS, 2021. (e-book) TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José da. (Orgs.) Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas . Chapecó: Ed. UFFS, 2018. (e-book)		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Pelotas: Escravidão e Charqueadas, 1780-1888 . Clube de Autores, 2022. BASTOS NETO, Ernesto Pereira. O Brabo e a Borboleta: Guerra e sociedade no Brasil Meridional . Passo Fundo: Acervus, 2024. (e-book) BOSCO, Setembrino Dal. Escravidão e Pastoreio no Rio Grande do Sul 1780-1889 . Porto Alegre: FCM Editora, 2015. CORAZZA, Gentil. As balsas do Rio Uruguai: relatos e crônicas do oeste catarinense . Chapecó : Ed. UFFS, 2024. (e-book) FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. Pré-História do Brasil . São Paulo: Contexto, 2023. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. Alimentando o Mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. História Econômica e Social do Brasil: o Brasil desde a República . São Paulo: Saraiva, 2016. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009.		



MOCELLIN, Renato. **História Concisa do Paraná**. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

MYSKIW, Antonio Marcos; BUTZGE, Clóvis Alencar; LEMOS, Marilene Aparecida (Orgs.). **O Sul e suas fronteiras: Linguagens e História**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022. (e-book)

NODARI, Eunice Sueli; et. all (Orgs.). **História ambiental em rede: novos temas e abordagens**. Governador Valadares : Univale Editora ; Passo Fundo : Acervus, 2022. (e-book)

RADIN, José Carlos. **Imigração italiana em Santa Catarina e no Paraná: fontes diplomáticas italianas (1875-1927)**. Chapecó : Ed. UFFS, 2020. (e-book)

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó : Ed. UFFS, 2018. (e-book)

RADIN, José Carlos; GRITTI, Isabel Rosa (Orgs.). **Eternos migrantes: em busca da terra prometida**. Passo Fundo: Acervus, 2022.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

REZNIK, Luís (org.). **História da Imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 200

ROCHA, Humberto José da; TEDESCO, João Carlos; MYSKIW, Antonio Marcos (Orgs.). **História dos movimentos sociais de luta pela terra no Sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo: Acervus, 2021. (e-book)

RODRIGUES, Rogério Rosa [et al.]. (Orgs.). **A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo : Letra e Voz, 2023. (e-book)

SPINELLI, Juçara; ROSA, Kátia Kellen da (Orgs.), **Geografias da Fronteira Sul: construindo e compartilhando experiências**. Chapecó : Ed. UFFS, 2016. (e-book)

TAFFAREL, Lidiane. **Invernada dos Negros: história e lutas de uma comunidade negra rural**. Chapecó : Ed. UFFS, 2022. (e-book)

VARGAS, Jonas Moreira; WINTER, Murillo Dias (Orgs.). **Tempos turbulentos: a fronteira sul em guerra na Era das Revoluções (1750-1850)**. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2025.

VOJNIAK, Fernando; MACHADO, Ricardo (org.). **Cultura escrita no Sul do Brasil: estudos de história intelectual e das correspondências**. Chapecó: Argos, 2021.



8.14.1 Componentes curriculares com oferta variável na estrutura curricular, porém, com carga horária fixa

Componentes Curriculares Optativos de Formação Específica:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0941	ESPAÇOS RURAIS	60
EMENTA		
Noções básicas sobre o rural e as ruralidades. Relações campo-cidade. Abordagens do desenvolvimento rural. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Entender os processos geográficos da formação do espaço rural. Analisar as mudanças que vêm ocorrendo nas relações cidade-campo. Compreender o desenvolvimento rural no contexto da descentralização das políticas públicas. Instrumentalizar o futuro professor na elaboração de estratégias didático-pedagógicas do ensino dos processos geográficos rurais no ensino básico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.		
FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2007. 220 p.		
FERNANDES, Bernardo et al. (org.). Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384 p.		
GUANZIROLI, Carlos Henrique. Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil. UFF-Economia, Textos para discussão , Rio de Janeiro, n. 188, 2006.		
HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.		
ORTEGA, Antonio César. Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Campinas, SP: Alínea; Uberlândia, MG: Edufu, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA , ano 8, n. 6, p. 14-34, jan-jun. de 2005.		
GÓMEZ, Jorge R. M. Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006. 438 f.		
HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, Miguel A.; RUA, J. (orgs.). Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. p. 179-198.		
KAGEYAMA, Angela. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. Economia Aplicada , São Paulo, v. 2, n. 3, 1998. p. 515-551.		
MARQUES, Marta. O conceito de espaço rural em questão. Revista Terra Livre , São Paulo, n. 19, p. 95-112, 2002.		
RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.		
RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo-território:		



Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.
SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. 399 p.
SAQUET, Marcos Aurélio. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-Território:** Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.
SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. Desarrollo territorial rural. Debates y temas rurales. **RIMISP** (Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural), Santiago de Chile, n. 1, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>

Número de unidades de avaliação

2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2374	GEOGRAFIA DA SAÚDE	60
EMENTA		
Espaço e saúde. Contexto histórico da Geografia da Saúde. Análise geográfica da relação entre saúde e problemas ambientais, sociais e econômicos. Políticas públicas e saúde ambiental. Território e o Processo de saúde-doença-atenção como processo social em diversos grupos populacionais. Território, trabalho e saúde. Abordagens metodológicas em Geografia da Saúde. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Realizar a análise geográfica na perspectiva da relação território, ambiente e saúde.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Saúde e ambiente. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde no Brasil: contribuições para a agenda de prioridades de pesquisa . 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Saude.pdf Acesso em: 15 maio 2018.		
BARCELLOS, Christovam (org.). Geografia e o contexto dos problemas de saúde . Rio de Janeiro: ABRASCO/ICICT/EPSJV, 2008.		
FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO, Anamaria D'Andrea (org.). O território e o processo saúde-doença . Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/124.pdf Acesso em: 12 jun. 2018.		
GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde: fundamentos de geografia humana. Presidente Prudente: UNESP Digital, 2015. Disponível em: http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788568334386,saude Acesso: 15 maio 2018.		
VIEITES, R.G. Os estudos de Samuel Pessoa e Luiz Jacintho da Silva e a Geografia Médica no Brasil. Hygeia: Revista de Geografia Médica e da Saúde, Uberlândia, v.10, n.18, p.140-148, 2014. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/viewFile/23880/14828 . Acesso em: 12 jun. 2018.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CARVALHO, Marília Sá; PINA, Maria de Fátima de; SANTOS, Simone Maria dos. Conceitos básicos de sistemas de informação geográfica e cartografia aplicados à saúde . Brasília: Organização Panamericana da Saúde/Ministério da Saúde, 2000.		
CZERESNIA, D.; RIBEIRO, A. M. O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica Cadernos de Saúde Pública , Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 595-613, 2000.		
BARCELLOS, Christovam. A saúde nos sistemas de informação geográfica: apenas uma camada a mais? Caderno Prudentino de Geografia , Presidente Prudente, AGB, n. 25, 2003.		
BARROZO, Lígia Vizeu. Contribuições da cartografia aos estudos de geografia da saúde: investigando associações entre padrões espaciais. Revista do Departamento de Geografia (USP) , v. Especial, p. 413-425, 2014.		
GOUVEIA, Nelson. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. Saúde e Sociedade , São Paulo, v. 8, n. 1, p. 49-61, 1999. Disponível em: < www.scielo.br > Acesso em: 20 jun. 2013.		
GUIMARÃES, Raul Borges. Geografia e saúde coletiva no Brasil. Saúde Soc. , São Paulo ,		



v. 25,n. 4,p. 869-879, Dec 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n4/1984-0470-sausoc-25-04-00869.pdf . Acesso em: 12 jun. 2018.	
MIRANDA, Ary Carvalho de et al. Território, ambiente e saúde . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.	
MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em Saúde e Território Utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 898-906, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n3/24.pdf Acesso em 12 jun. 2018.	
RIBEIRO, Helena (org). Olhares geográficos: meio ambiente e saúde . São Paulo: SENAC, 2005.	
RIBEIRO, Helena. Patologias do ambiente urbano: desafios para a geografia da saúde. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; SILVEIRA, María Laura; ARROYO, Mónica (org.). Questões territoriais na América Latina . Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.	
Número de unidades de avaliação	2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	
GCH2360	GEOMORFOLOGIA AMBIENTAL	60
EMENTA		
Definições e aplicações dos estudos do relevo. Geomorfologia em áreas urbanas e rurais: as influências antrópicas e naturais. Áreas de risco e desastres naturais. Gestão de áreas degradadas por processos erosivos. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Compreender a aplicação dos estudos do relevo às questões do planejamento ambiental. Munir os alunos de instrumentos de análise e gestão do espaço físico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARAUJO, G. H de; ALMEIDA, J. R de; GUERRA, A. J. T. Gestão ambiental de áreas degradadas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. A questão ambiental: diferentes abordagens . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Geomorfologia e meio ambiente . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Impactos ambientais urbanos do Brasil . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia Ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
GUERRA, Antonio J.T.; JORGE, Maria do Carmo O. (orgs) Processos erosivos e recuperação de áreas degradadas . Oficina de Textos. São Paulo. 2013. CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia do Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (orgs) Geomorfologia e meio ambiente . Bertrand Brasil. 1996. 372 p. GUIMARÃES, S. T. de; CARPI JUNIOR, S.; GODOY, M. B. R. B.; TAVARES, A. C. (Org.). Gestão de áreas de risco e desastres ambientais . Rio Claro: IGCE/UNESP, 2012. PANIZZA, M. Environmental geomorphology . Developments in Earth Surface Processes 4. Elsevier, 1996. PEREIRA, A. R. Como selecionar plantas para áreas degradadas e controle de erosão . 2. ed. Belo Horizonte: FAPI, 2008 ROSS, J. L. S. Geomorfologia, ambiente e planejamento . São Paulo: Contexto, 1990.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1971	HIDROLOGIA E CLIMATOLOGIA URBANA	60
EMENTA		
Hidrologia urbana. Drenagem urbana. Inundações urbanas. Bacias hidrográficas urbanas. Climatologia urbana. Microclimas urbanos. Ilhas de calor e ilhas de frescor. Métodos e técnicas de estudo em climatologia e hidrologia urbana. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Compreender as alterações no clima e nas rotas da água impostas pelo processo de urbanização e expansão da cidade sobre o meio.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AMORIN, M.C.C.T.; SANT'ANNA NETO, J.L.; MONTEIRO, A.M. (Org.). Climatologia urbana e regional: questões teóricas e estudo de caso . São Paulo: Outras Expressões, 2013. 352 p. AMORIN, M.C.C.T. Ilhas de calor em cidades tropicais de médio e pequeno porte: teoria e prática . Curitiba: Appris, 2020. 161 p. CANHOLI, A.P. Drenagem urbana e controle de enchentes . 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2014. 384 p. GARTLAND, L. Ilhas de calor: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas . Tradução Silvia Helena Gonçalves. São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 248 p. MIGUEZ, M.G. Drenagem urbana do projeto tradicional à sustentabilidade . Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. MENDONÇA, F. A.; MONTEIRO, C. A. F. Clima urbano . 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 192 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. (Orgs.). A questão ambiental: diferentes abordagens . 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. 248 p. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Orgs.). Impactos ambientais urbanos no Brasil . 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. 416 p. GUERRA, A. J. T. (Org.). Geomorfologia urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 227 p. GRIBBIN, J.E. Introdução a hidráulica, hidrologia e gestão de águas pluviais . São Paulo: Cengage Learning, 2014. 526 p. LOMBARDO, M. A. Ilha de calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo . São Paulo: HUCITEC, 1985, 244p. SANT'ANNA NETO, J. L. (Org.). Os climas das cidades brasileiras . Presidente Prudente: Unesp, 2002. TUCCI, C. E. M. & BERTONI, C. (Orgs.). Inundações urbanas na América do Sul . Porto Alegre, RS: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0942	ESPAÇOS URBANOS	60
EMENTA		
Estruturação urbana. Produção da cidade. Urbanização e cidades no Brasil. Conflitos e problemas urbanos. Agentes e sujeitos da produção do espaço urbano. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Analisar os agentes e sujeitos de produção das cidades e as dinâmicas de estruturação do espaço urbano. Reconhecer as implicações de novas formas da ordem mundial na cidade: mundialização, financeirização, emergência de novas tecnologias, integração e formação de mercados e as mudanças no trabalho e no emprego assim como nos modos de vida. Identificar os principais elementos inerentes ao estatuto da cidade e o processo de planejamento urbano. Instrumentalizar o futuro professor na elaboração de estratégias didático-pedagógicas do ensino dos processos urbanos na educação básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. GOMES, Paulo César da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000. LEFEBVRE, Henri. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2008. SOJA, Edward W. Postmetrópolis: estudos críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008. SILVA, William Ribeiro da; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no estado de São Paulo. 504 f. 2004. Tese (Livre-Docência em Geografia Urbana) –		



Universidade Estadual paulista, Presidente Prudente, 2004	
Número de unidades de avaliação	2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2361	REDES URBANAS	60
EMENTA		
Redes e sistemas urbanos. Papéis e portes de cidades. Hierarquia e heterarquia urbana. Rede urbana brasileira. Processos de aglomeração. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Identificar e analisar as redes e sistemas urbanos, diferenciando as cidades por seus portes e papéis: cidades pequenas, cidades médias, metrópoles e cidades globais. Analisar as redes urbanas hierárquicas e heterárquicas, os processos de aglomeração e as novas formas espaciais urbanas. Instrumentalizar o futuro professor na elaboração de estratégias didático-pedagógicas do ensino dos processos geográficos urbanos na educação básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.). Urbanização e mundialização : estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. DIAS, Leila Christina. Redes, sociedades e territórios . Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. ENDLIGH, Angela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades . São Paulo: Editora UNESP, 2009. OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). Cidades médias e região . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. SPOSITO, Eliseu Savério. Redes e cidades . São Paulo: Editora da UNESP, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo: Paz e Terra, 1999. CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial . 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de influência das cidades 2007 . Rio de Janeiro: IBGE, 2008. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de influência das cidades 2018 . Rio de Janeiro: IBGE, 2020. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias . Rio de Janeiro: IBGE, 2017. ROCHEFORT, Michel. Redes e sistemas : ensaiando sobre o urbano e a região. São Paulo: HUCITEC, 1998. SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial . São Paulo: Studio Nobel, 1998. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . São Paulo: Edusp, 2008. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades médias : produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2375	CARTOGRAFIA ESCOLAR	60
EMENTA		
Princípios cognitivos da linguagem cartográfica. O desenvolvimento das noções de espaço na criança e a alfabetização cartográfica. Educação Cartográfica e Ensino da Geografia. Diferentes representações e formas de expressão cartográfica do espaço. A abordagem cartográfica e o livro didático.		
OBJETIVO		
Compreender os princípios cognitivos que envolvem a apreensão do espaço e sua representação cartográfica. Fornecer subsídios para uma práxis crítica do uso da linguagem da Cartografia e de suas diferentes representações no ensino da Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, Rosângela D. de. (Org.). Cartografia escolar . São Paulo: Contexto, 2011. ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Y. O espaço geográfico: ensino e representação . 15. ed. São Paulo: Contexto, 2015. FONSECA, Fernanda P.; OLIVA, Jaime. Como eu ensino Cartografia . São Paulo: Melhoramentos, 2014. FONSECA, Eugênio Paceli da. Cartografia Escolar: A cartografia da sala de aula . São Paulo: Boreal Edições, 2016. FRANCISCHETT, Mafalda N. A cartografia no ensino de Geografia: abordagens metodológicas para o entendimento da representação . Cascavel: EDUNIOESTE, 2010. SOUZA, José G.; KATUTA, Ângela M. Geografia e conhecimentos cartográficos: a Cartografia no movimento de renovação da Geografia brasileira e a importância do uso de mapas . São Paulo: Editora UNESP, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, Rosângela D. de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola . São Paulo: Contexto, 2014. ALMEIDA, Rosângela D. de (Org.). Novos rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia . São Paulo: Contexto, 2017 CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André (Orgs.). Ensino da Geografia: práticas e textualizações no cotidiano . Porto Alegre: Mediação, 2010. FRANCISCHETT, Mafalda N. A Cartografia no ensino de Geografia: a aprendizagem mediada . Cascavel, EDUNIOESTE, 2004. FREITAS, Maria I. C.; VENTORIN, Silvia E. Cartografia tátil: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual . São Paulo: Paco Editorial, 2011. PASSINI, E. Y. A alfabetização cartográfica e a aprendizagem de Geografia . São Paulo: Cortez, 2012. RICHTER Denis. O mapa mental no ensino de geografia . São Paulo: Cultura acadêmica, 2011. SCHAEFFER, Neiva O. et al. Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula . 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2011. SEEMANN, Jörn (Org.). A aventura cartográfica: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a Cartografia Humana . Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. SILVA, Dakir Larara Machado da et al. Práticas Pedagógicas em Geografia: espaço,		



tempo e corporeidade. Porto Alegre: Edelbra, 2013.

Número de unidades de avaliação

2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2363	SENSORIAMENTO REMOTO	60
EMENTA		
Conceitos básicos do sensoriamento remoto. Princípios físicos do sensoriamento remoto. Sistemas sensores e imagens digitais. Comportamento espectral de alvos. Aerofotogrametria e fotointerpretação. Processamento digital de imagens aéreas. Aplicações do sensoriamento remoto. Uso de imagens aéreas no ensino de Geografia. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Subsidiar a utilização de imagens de sensoriamento remoto na análise de fenômenos geográficos, a partir de aulas teóricas, de laboratório e de campo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FITZ, Paulo R. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de textos, 2008. FLORENZANO, Teresa Galloti. Iniciação em sensoriamento remoto . 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Introdução ao processamento digital de imagens . Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Livro disponível na internet em: http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2780 . JENSEN, John. Sensoriamento remoto do ambiente . São José dos Campos: Parêntese, 2009. NOVO, Evelyn M. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações . 4. ed. São Paulo: Edgar Blücher, 2011. VENTURI, Luis A. B. (Org.) Geografia: técnicas de campo, laboratório e sala de aula . São Paulo: Oficina de Textos, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COELHO, Luiz; BRITO, Jorge Nunes. Fotogrametria digital . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. Disponível em: http://www.efoto.eng.uerj.br/images/Documentos/fotogrametria_digital_revisado.pdf . FLORENZANO, Teresa Galotti. Os satélites e suas aplicações . São José dos Campos: SindCT, 2008. LILLESAND, Thomas; KIEFER, Ralph W.; CHIPMAN, Jonathan W. Remote sensing and image interpretation . 6. ed. John Wiley & Sons., 2007. LIU, William Tse Horng. Aplicações de sensoriamento remoto . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2015. LOCH, Carlos. A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais . 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2008. LONGLEY, Paul; GOODCHILD, Michael; MAGUIRRE, David; RHIND, David. Sistemas e ciência da informação geográfica . 3. ed. porto Alegre: Bookmann, 2013. MARCHETTI, Delmar A. B.; GARCIA, Gilberto J. Princípios de fotogrametria e fotointerpretação . São Paulo: Nobel, 1989. MENESES, Paulo R.; ALMEIDA, Tati (Orgs.). Introdução ao processamento de imagens de sensoriamento remoto . Brasília: UnB, CNPq, 2012. Disponível em: http://www.cnpq.br/documents/10157/56b578c4-0fd5-4b9f-b82a-e9693e4f69d8 . MOREIRA, Maurício A. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação . 4. ed. Viçosa: UFV, 2011.		



ZANOTTA; Daniel C.; FERREIRA, Matheus P.; ZORTEA, Maciel. **Processamento de imagens de satélite**. São Paulo: Oficina de textos, 2019.

Número de unidades de avaliação

2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2364	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60
EMENTA		
Contexto histórico da Educação Ambiental no Brasil. Saberes tradicionais e práticas alternativas. Meio ambiente e educação: sistematização no ensino fundamental e médio. Desafios na relação sociedade e natureza. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Propor ações educativas com base em reflexões teóricas e metodológicas que contribuam com mudanças no ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BAGGIO, André; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (Org). Educação ambiental e complexibilidade: entre pensamentos e ações. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico . 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2017 DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de educação ambiental: práticas inovadoras de educação ambiental. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Gaia, 2006. GUIMARÃES, Mauro. A dimensão ambiental na educação. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo, PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. 2ed. ver e atual. Barueri: Manole. 2014 RUSCHEINSKY, Aloísio. Educação ambiental: abordagens múltiplas. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ÁQUILA, Rafael Hernandez del. El papel de la geografía física en el contexto de la educación ambiental y en la construcción de la sostenibilidad local. In: FIGUEIRÓ, Adriano Severo; FOLETO, Eliane (Org.). Diálogos em geografia física. Santa Maria: UFSM, 2011. COSTA, C.A.S.; LOUREIRO, C.F.B. (Orgs.) A questão ambiental: interfaces críticas. Curitiba: Prismas, 2013. CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). A questão ambiental: diferentes abordagens. 8ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2023. GUIMARÃES, Mauro. Caminhos da educação ambiental: da forma à ação. 5ed. Campinas: Papirus, 2008 . LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Orgs.) Repensar a educação ambiental. Um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009. PREVE, Ana Maria Hoepers, Belinaso, Leandro. Ecologias inventivas: conversas sobre educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. REIGOTA, Marcos; Heliadora, B.; PRADO, Soares do. (orgs.) Educação ambiental: utopia e praxis. São Paulo: Cortez, 2008. SILVA, Márcia Regina Farias da et al. Gestão ambiental: caminhos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Livraria da Física, 2013.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2365	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA	60
EMENTA		
Ocupação e dinâmica territorial. Fronteiras e a consolidação territorial. Interiorização do povoamento. Populações indígenas e tradicionais. Escravidão no período colonial e no século XIX. Dinâmica econômica e território. Meio ambiente, migrações e políticas de integração territorial. Industrialização, modernização agrícola e urbanização. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Analisar sob uma perspectiva histórico-geográfica a formação socioespacial do Brasil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DEAN, Warren. A ferro e fogo : a história e a devastação da Mata Atlântica. São Paulo: Cia das Letras, 2004. MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e história no Brasil . 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia histórica do Brasil : capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011. SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar . São Paulo: EDUSP, 2008. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). O Brasil : território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões : entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000. ALBUQUERQUE, Edu Silvestre (Org.). Que país é esse? Pensando o Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Globo, 2005. BECKER, Berta <i>et al.</i> Geografia e meio ambiente no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril . São Paulo: Cia. das Letras, 1996. COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República : momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras . 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. _____. Raízes do Brasil . 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. MARTINS, José de Souza. Fronteira : a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. SILVA, Lígia Maria Osório. Terras devolutas e latifúndio : efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008. VALENTINI, Delmir José; MURARO, Valmir Francisco (Orgs.). Colonização, conflitos e convivência nas fronteiras do Brasil, da Argentina e do Paraguai . Porto Alegre: Letra e Vida; Chapecó; Ed. da UFFS, 2015.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2366	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	60
EMENTA		
Geografia e Planejamento. Planejamento: escalas, objetivos, fundamentos e modalidades. Instrumentos de planejamento e gestão da política urbana. Região, Regionalização e planejamento. Planejamento: democracia, desenvolvimento e cidadania. Planejamento urbano e regional no Brasil. Práticas de observação de campo. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Refletir sobre conceitos, metodologias e instrumentos de planejamento urbano e regional no âmbito da Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, Flávio Gomes; SOARES, Luiz Antônio Alves. Ordenamento Territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.		
ARAÚJO, Tânia Bacelar. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.		
BUENO, Laura Machado de Mello; CYMBALISTA, Renato. Planos Diretores Municipais: Novos Conceitos de Planejamento Territorial. São Paulo: Annablume, 2007.		
HALL, Peter. Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2002.		
HALL, Peter. Urban and regional planning. London/New York: Taylor & Francis USA, 2002.		
LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ANJOS, Rafael Sanzio de Araújo dos. Dinâmica Territorial. Brasília: Editora Mapas & Consultoria, 2009.		
BRASIL. Ministério Da Integração Nacional. Para pensar uma política nacional de ordenamento do território. Brasília, 2005.		
BRASIL (Câmara dos Deputados). Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2001.		
MARICATO, E. T. M. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.		
ROLNIK, R. A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.		
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade do início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.		
SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Território Brasileiro - Usos e Abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.		
SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.		
THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005.		
VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincon Institute, 1998.		



Número de unidades de avaliação	2
---------------------------------	---



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH237 6	GEOGRAFIA HISTÓRICA	60
EMENTA		
O espaço geográfico no passado. Espacialidades e temporalidades humanas. Construções da paisagem. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Promover o aprofundamento teórico-conceitual a partir da perspectiva da geografia histórica sobre as transformações espaciais ao longo do tempo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABREU, Mauricio Almeida (Org.). Forma, Movimentos, Representações . Estudos de geografia histórica carioca. Rio de Janeiro: Faperj/CNPq, 2005. ABREU, Maurício de Almeida. Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1706) . Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio/Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010. 2 v. ARRUDA, Gilmar. Cidades e sertões : entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000. BLOCH, Marc. A Terra e seus Homens : agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: Edusc, 2001. BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo . São Paulo: WME Martins Fontes, 2009. v. 1 e 2. MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia histórica do Brasil : capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AVE-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858) . Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul . Ijuí: Unijuí, 1997. BLACK, Jeremy. Mapas e história : construindo imagens do passado. Bauru: Edusc, 2005. CAMPOS, Nazareno José de; BRANDT, Marlon; CANCELIER, Janete Webler (Org.). O espaço rural de Santa Catarina : novos estudos. Florianópolis: UFSC, 2013. CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito : estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. CROSBY, Alfred W. Imperialismo ecológico : a expansão biológica da Europa (900- 1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1993. GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). Geografia humana : sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras . 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Florestas anãs do sertão : o cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. ZARTH, Paulo Afonso (Org.). História do campesinato na Fronteira Sul . Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH237 7	GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA	60
EMENTA		
Leituras do território latino-americano. Formação socioespacial do território latino-americano. As questões geopolíticas, culturais e socioambientais. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Analisar o território latino-americano a partir da discussão de diferentes elementos do espaço.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARROYO, M. M; ZUSMAN, Perla. Argentina e Brasil : possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial. São Paulo; Buenos Aires: Humanitas; Facultad de Filosofía y Letras, 2010. v. 1. 266 p. LE MOS, Amália Inés Geraiges de (org.); SILVEIRA, Maria Laura (orgs). Questões territoriais na América Latina . Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2006. v. 1. 296 p. LE MOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. (orgs.). América Latina : cidade, campo e turismo. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), 2006. v. 1. 378 p. OLIVEIRA, Marcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. (orgs.). O Brasil, a América Latina e o Mundo : espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/Clacso/Anpege/Faperj, 2008. SILVEIRA, Maria Laura. (org.). Continente em chamadas : globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. SILVEIRA, Maria Laura. (org.) Argentina : Território e Globalização. São Paulo: Brasiliense, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
ALMEIDA, Paulo Roberto; CHARLOUT, Yves. Mercosul, Nafta e Alca : a dimensão social. São Paulo: LTr, 1999. ANDRADE, M. C. Narcotráfico : jogo de poder nas Américas. São Paulo: Moderna, 1993. AYERBE, F. L. N.; MONTEIRO, J. M. Raízes da América Latina . São Paulo: EDUSP, 1996. BONFIN, M. A América Latina : males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. DAYRELL, E. G.; IOKOI, Z. M. América Latina contemporânea : desafios e perspectivas. São Paulo: Edusp, 1996. GALEANO, E. As veias abertas da América latina . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. KOWARICK, Lucio. Capitalismo e marginalidade na América Latina . São Paulo: Paz e terra, 1981. LIMA, M. C. O lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial . São Paulo: Cortez, 2001. OLIC, N. B.; CANEPA, B. Geopolítica da América Latina . São Paulo: Moderna, 2004. SANTOS, Milton. Ensaio sobre a urbanização latino-americana . São Paulo: Edusp, 2010.		
Número de unidades de avaliação		2





Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2367	PLANEJAMENTO AMBIENTAL	60
EMENTA		
A Geografia e o planejamento. Atuação do geógrafo no diagnóstico e planejamento ambiental. Gestão Territorial e Planejamento Ambiental no Brasil. Planejamento e educação ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Legislação e instrumentos técnicos da PNMA. Objetos da análise: meio físico, biótico, antrópico. Impacto ambiental e suas metodologias de estudo. Gestão, manejo e conservação dos recursos naturais. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Contextualizar os principais eventos, ideias e conceitos relacionados à temática ambiental. Abordar as principais metodologias de análise ambiental destacando a função do geógrafo nos estudos ambientais. Expor a legislação existente, normas e resoluções, organismos e instrumentos que sustentam a política ambiental brasileira. Desenvolver nos alunos a capacidade para avaliar e julgar as interferências antrópicas no meio natural e agir dentro das condições de sustentabilidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, J. R.; PEREIRA, S. R. 1991. Avaliação de impactos ambientais – M. Scriptus, UFRJ. GANEM, Rosely Senna (org). Legislação brasileira sobre meio ambiente . Caderno 1 Fundamentos legais e constitucionais. Edições Câmara. Brasília. 2013. GUERRA, Antonio Jose Teixeira.; CUNHA, Sandra Baptista da. 2008. A questão ambiental: diferentes abordagens . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. LEFF, Enrique et al. (Coords.) 2003. A complexidade ambiental . Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez. MACEDO, R. K. 1994. Gestão ambiental : os instrumentos básicos para a gestão ambiental de territórios e de unidades produtivas. Rio de Janeiro: ABES. SANTOS, R. F. 2004. Planejamento ambiental : Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
AB’SABER, A.N.; MÜLLER-PLANTENBERG, C. (orgs). Previsão de Impactos : o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. ALMEIDA, J. R. Gestão ambiental : para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2006. COOPER, Miguel. Degradação e recuperação de solos . Apostila: Recuperação de Áreas Degradadas. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba: USP, 2008 CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T.. Avaliação e perícia ambiental . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. LITTLE, Paul E. (org.) Políticas ambientais no Brasil : análises, instrumentos e experiências. São Paulo/ Brasília: IIEB, 2003. HENRIQUES, Ricardo.; TRAJBER, Raquel.; MELLO, Soraia.; LIPAI, Eneida M.; CHAMUSCA, Adelaide (orgs). Educação ambiental: aprendizes de sustentabilidade . Brasília: MEC/SECAD, 2007, 109 p. PHILIPPI JR, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente : fundamentos para um		



desenvolvimento sustentável. Barueri: Ed.Manole, 2005.

ROSS, Jurandyr L. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2009

VILANI, Rodrigo M. Legislação e política ambiental no Brasil: as possibilidades do desenvolvimento sustentável e os riscos do retrocesso ambiental. **Revista Brasileira de Pós-Graduação** v.10, n.21. Brasília, 2013.

Número de unidades de avaliação	2
---------------------------------	---



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2368	HISTÓRIA NATURAL DO SISTEMA TERRA	60
EMENTA		
Compreensão do Sistema Terra e de seus mecanismos naturais de ciclagem dos principais elementos químicos envolvidos em processos do meio físico. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Compreender a origem do planeta Terra no sistema do qual faz parte, seus elementos e mecanismos gerais de seus ciclos bioquímicos constituídos		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D. e SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . Florianópolis: UFSC, 1994. Volume I, II e III. LOVELOCK, James. As Eras de Gaia: a biografia da nossa Terra viva . Rio de Janeiro. Ed. Campus. 1991. TEIXEIRA, Wilson; FAIRCHILD, Thomas R.; TOLEDO, Maria Cristina M.; TAIOLI, Fabio (orgs). Decifrando a Terra . 2. ed.. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2009. DAED – Divisão de Atividades Educacionais do Observatório Nacional. Reações nucleares: estrelas . Coleção Observatório Nacional Edição 04. Rio de Janeiro. 2009. 56 p. Disponível online. RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. SAGAN, Carl. Cosmos . São Paulo. Ed. Companhia das Letras. 2017. 487 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
CAMPOS, Maria Lucia A.M; JARDIM, Wilson F. Aspectos relevantes da biogeoquímica da hidrosfera. Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola. n.5. 2003. p.18.27. Disponível online. PICAZZIO, Enios. O céu que nos envolve: introdução à astronomia para educadores e iniciantes . Odisseus Editora. São Paulo. 2011. 286 p. Disponível online em http://www.astro.iag.usp.br/OceuQueNosEnvolve.pdf . Acesso em 09/03/2017. ROLLINSON, Hugh. Early Earth Systems: a geochemical approach . Blackwell Publishing. 2007. 285 p. ROSA, Rogério da S.; MESSIAS, Rossine A.; AMBROZINI, Beatriz; REZENDE, Maria Olímpia de O. Importância da compreensão dos ciclos biogeoquímicos para o desenvolvimento sustentável . Instituto de Química de São Carlos/USP. 2003. 56 p. TYSON, Neil DeGrasse. Astrofísica para apressados . Editora Planeta. São Paulo. 2017.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2369	GEOGRAFIA E PENSAMENTO DESCOLONIAL	60
EMENTA		
Colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza no pensamento geográfico contemporâneo. O espaço geográfico em questão: saberes coloniais e eurocêntricos. Geografia, violência epistêmica e giro decolonial. Cartografia e colonialidade. Raça, espaço e colonialidade. Pesquisa em Geografia e pensamento decolonial. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Discutir experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico na Geografia, a partir de estudos decoloniais. Promover estudos e reflexões acerca da formação do território brasileiro e latino-americano em uma perspectiva decolonial. Fomentar estudos e pesquisas sobre raça e espaço, conflitos por terra e território no Brasil a partir de pressupostos do pensamento decolonial.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de (org.). Geografia e Giro Decolonial . Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. HARVEY, David. El cosmopolitismo e las geografías de la libertad . Madri: Akal, 2017. HISSA, Cássio Eduardo Viana. A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade . 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. PIMENTA, João Ramiro [et...al] (org.). Geografias pós-coloniais: ensaios de Geografia Cultural . Porto, Portugal: Livraria Figueirinhas, 2007. SILVA, Catia Antônia da; CAMPOS, Andreilino; MODESTO, Nilo Sérgio d'Avila. Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço . Rio de Janeiro: Consequência, 2014. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempo de in-segurança e contenção . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino-americanas . Buenos Aires: Clacso, 2005. QUIJANO, Aníbal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder . Ciudad Santos, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul . São Paulo: Cortez, 2010. SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional . 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. ad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2014.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH2378	ESTUDOS TEMÁTICOS EM GEOGRAFIA I	60
EMENTA		
Conteúdo Variável. O programa da disciplina deverá estar voltado para as questões de Geografia, suas fundamentações teórico-metodológicas técnicas de pesquisa, novas tendências e perspectivas. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o aprofundamento de temas vinculados ao estudo em diferentes áreas da Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A serem definidas pelo professor.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A serem definidas pelo professor.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH2379	ESTUDOS TEMÁTICOS EM GEOGRAFIA II	60
EMENTA		
Conteúdo Variável. O programa da disciplina deverá estar voltado para as questões de Geografia, suas fundamentações teórico-metodológicas técnicas de pesquisa, novas tendências e perspectivas. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o aprofundamento de temas vinculados ao estudo em diferentes áreas da Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A serem definidas pelo professor.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A serem definidas pelo professor.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH2370	ESTUDOS TEMÁTICOS EM GEOGRAFIA III	60
EMENTA		
Conteúdo Variável. O programa da disciplina deverá estar voltado para as questões de Geografia, suas fundamentações teórico-metodológicas técnicas de pesquisa, novas tendências e perspectivas. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o aprofundamento de temas vinculados ao estudo em diferentes áreas da Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A serem definidas pelo professor.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A serem definidas pelo professor.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH2371	ESTUDOS TEMÁTICOS EM GEOGRAFIA IV	60
EMENTA		
Conteúdo Variável. O programa da disciplina deverá estar voltado para as questões de Geografia, suas fundamentações teórico-metodológicas técnicas de pesquisa, novas tendências e perspectivas. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o aprofundamento de temas vinculados ao estudo em diferentes áreas da Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A serem definidas pelo professor.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A serem definidas pelo professor.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH2372	OFICINA DE GEOGRAFIA E ENSINO I	60
EMENTA		
As temáticas serão definidas visando a articulação das disciplinas do semestre. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Elaborar atividades práticas voltadas para o ensino fundamental e médio, articuladas com os conteúdos desenvolvidos nos programas das disciplinas do semestre.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A serem definidas pelo professor.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A serem definidas pelo professor.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCH2373	OFICINA DE GEOGRAFIA E ENSINO II	60
EMENTA		
As temáticas serão definidas visando a articulação das disciplinas do semestre. Atividades de Extensão e Cultura.		
OBJETIVO		
Elaborar atividades práticas voltadas para o ensino fundamental e médio, articuladas com os conteúdos desenvolvidos nos programas das disciplinas do semestre.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A serem definidas pelo professor.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A serem definidas pelo professor.		
Número de unidades de avaliação	2	



8.14.2 Componentes curriculares com oferta variável na estrutura curricular, porém, com carga horária fixa

Componentes Curriculares Optativos de Formação Geral

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2380	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	60
EMENTA		
Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Aprendizagem e deficiências. Aprendizagem e transtornos globais do desenvolvimento. Aprendizagem e altas habilidades/superdotação. Plasticidade cerebral e aprendizagem. Recursos de comunicação aumentativa e alternativa. Recursos pedagógicos acessíveis.		
OBJETIVO		
Compreender o cenário produzido a partir de uma perspectiva inclusiva para a educação, criando as condições para a atuação profissional em contextos inclusivos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL, Universidade Federal do Ceará. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva . Brasília, DF: Ministério da Educação, 2010. BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva . Brasília: MEC/SEESP, 2008. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. Inclusão & educação . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. LOUREIRO, Carine Bueira (org.); KLEIN, Rejane Ramos (org.). Inclusão e aprendizagem: contribuições para pensar as práticas pedagógicas . Curitiba: Appris, 2017. THOMA, Adriana da Silva; KRAEMER, Graciele Marjana. A educação de pessoas com deficiência no Brasil: políticas e práticas de governo . Curitiba: Appris, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BERINO, Aristóteles (ORG.). Diversidade étnico-racial e educação brasileira . Seropédica, RJ: Ed. Evangraf, [2013]. 175 p. ISBN 9788577275731. BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais . Brasília: SECAD, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica . Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, <i>Campus Chapecó</i> 138 BRASIL. Ministério da Educação. Plano nacional de implementação de diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana . Brasília, DF: [s.n.], 2013. CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; MEDEIROS, Simone (Orgs.) BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica: diversidade e inclusão . Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2013. 480 p. ISBN 9788579940804 (broch.). DOMINGUES, Celma dos Anjos. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. GARCIA, Olga Regina Zigelli; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). Fuxico: uma maneira lúdica		



de contribuir para o aprendizado das questões de gênero, sexualidade e raça/etnia.[S.l.]: Copiart, 2012-2013.

GIACOMINI, Lília. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

KHOURY, Laís Pereira; TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz; CARREIRO, Luiz Renato Rodrigues; SCHWARTZMAN, José Salomão; RIBEIRO, Adriana de Fátima; CANTIERI, Carla Nunes. **Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar**: guia de orientação a professores [livro eletrônico]. São Paulo: Memnon, 2014.

PEREIRA, Maria Elisabete Pereira; ROHDEN, Fabíola. **Gênero e diversidade na escola**: Formação de Professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007.

ROTTA, Newra Tellechea. **Plasticidade cerebral e aprendizagem**. In: ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. Transtornos de aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Número de unidades de avaliação	2
---------------------------------	---



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH238 1	HISTÓRIA DA ÁFRICA	60
EMENTA		
Condições sociopolíticas e culturais da África do século XVI ao XXI. Processos de constituição dos sistemas coloniais e de descolonização. Abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de prática de ensino da história da África.		
OBJETIVO		
Estudar a história do continente africano, com ênfase nas condições estabelecidas a partir do século XVI quando se intensificam os processos de colonização e os africanos passam a ser introduzidos no Brasil de forma programática no contexto da escravidão constituindo-se parte importante da formação sociocultural da população brasileira, contemplando propostas de ensino, pesquisa e extensão.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. CANEDO, Letícia Bicalho. A Descolonização da Ásia e da África . São Paulo: Atual, 1994. COSTA e SILVA, Alberto. Um Rio Chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. HERNANDES, Leila Leite. África na sala de aula . São Paulo: Summus Editorial/Selo Negro, 2005. READER, John. África – Biografia de um Continente . Lisboa: Europa-América, 2004. UNESCO. História geral da África . Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Edição em português. Brasília: UNESCO, 2010. 8 v.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. A Descoberta da África . Lisboa: Edições 70, 2004. COSTA e SILVA, Alberto. A Enxada e a lança. A África antes dos portugueses . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. COSTA e SILVA, Alberto. A manilha e o Libambo. A África e a escravidão, 1500 a 1700 . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato Pinto. Ancestrais: uma introdução a História da África . Rio de Janeiro: Campus, 2004. FAGE, John; OLIVER, Roland. Breve História da África . Lisboa: Sá da Costa, 1980. FERRO, Marc (Org.). O livro negro do colonialismo . Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. LOPES, Ana Monica. História da África: uma introdução . Belo Horizonte: Crisalida, 2005. LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: uma história de suas transformações . São Paulo: Civilizações Brasileira, 2002. OLIVER, Roland. A Experiência Africana . Rio de Janeiro: Zahar, 1994. SCHERMANN, Patrícia Santos. Dimensões da História da África contemporânea . Rio de Janeiro: FEUC, 2002. THORNTON, John. A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800) . Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. VANDONEM, Carlos Moore. Novas bases para o ensino de História da África no Brasil . Salvador, 2005.		
Número de unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH238 2	HISTÓRIA INDÍGENA	60
EMENTA		
História dos povos indígenas no território brasileiro. Povos indígenas do sul do Brasil. Antropologia e Cultura Indígena. Povoamento e despovoamento indígena. Alteridade e etnocentrismo. Identidade Cultural. Fontes etno-históricas. Atualidade indígena. Terras indígenas. Abordagens historiográficas, perspectivas teóricas e práticas de ensino.		
OBJETIVO		
Conhecer as abordagens e discussões historiográficas e antropológicas sobre o povoamento indígena, contribuindo para o entendimento da situação atual e das reivindicações das diferentes etnias indígenas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios do Brasil . São Paulo: Cia das Letras, 1992. FAUSTO, Carlos. Os Índios antes do Brasil . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo . São Paulo: Cia das Letras, 1994. NACKE, Aneliese; RENK, Arlene; PIOVEZANA, Leonel; BLOEMER, Neusa Maria Sens. Os Kaingang no oeste catarinense . Chapecó: Argos, 2007. RIBEIRO, Berta. O índio na História do Brasil . São Paulo: Global, 1993. VAINFAS, Ronaldo. História Indígena: 500 anos de despovoamento . IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. IBGE: Rio de Janeiro, 2007. p 37-59.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARDIM, Fernão. Tratados da terra e da gente do Brasil . São Paulo: Ed. Da Usp, 1980. CASTRO, Eduardo Viveiro de. A Inconstância da Alma Selvagem . São Paulo: Cosac & Naify, 2002. CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado . São Paulo: Cosac & Naify, 2003. FAUSTO, Carlos. Inimigos Fiéis . São Paulo: Edusp, 2001. FERNANDES, João Azevedo. Selvagens Bebedeiras . São Paulo: Alameda, 2011. LÉRY, Jean de. Viagem à terra do Brasil . São Paulo: Ed. Da Usp, 1972. LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes Trópicos . São Paulo: Cia. Das Letras, 2005. MAESTRI, Mario. Os Senhores do Litoral . Porto Alegre: Ufrgs, 1995. MOTA, Lucio Tadeu. As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924) . Maringá: EDUEM, 1994. RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização . São Paulo: Cia. Das Letras, 1996. SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng . Florianópolis: Lunardelli, 1973. SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587 . São Paulo: Cia Editora nacional, 1987. STADEN, Hans. Duas Viagens ao Brasil . São Paulo: Ed. Da Usp, 1973. THEVET, André. As singularidades da França Antártica . São Paulo: Ed. Da Usp, 1972. TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco. Novas Contribuições		



aos Estudos Interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Eduel, 2004.
VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2010.

Número de unidades de avaliação

2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0760	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	60
EMENTA		
Noções básicas de economia: escassez, fatores de produção, fluxo circular e o funcionamento da economia, bens econômicos, mensuração da atividade econômica. Mercado, sistemas de preços e planejamento. Introdução ao sistema financeiro, o setor público e o setor externo. Introdução aos principais aspectos do desenvolvimento econômico.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao acadêmico o entendimento acerca dos conceitos e princípios de economia; além de entender a evolução do pensamento econômico, das teorias microeconomia e macroeconômica e, de forma geral, o funcionamento da economia internacional. Apresentar as funções e estrutura do setor público e compreender o conceito de desenvolvimento econômico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Manual de introdução à economia . Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2006. GREMAUD, Amaury Patrick; AZEVEDO, Paulo Furquim de; DIAZ, Maria Dolores Montoya. Introdução à economia . São Paulo: Atlas, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia (Edição Compacta). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia . São Paulo: Atlas, 2003. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia . Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2004. SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. Economia . Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2004.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS526	FUNDAMENTOS DE ECONOMIA	60
EMENTA		
Introdução aos problemas econômicos. Economia e suas principais divisões. Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado, Teoria do Consumidor. Teoria da Firma. Estruturas de Mercado.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes de Administração o entendimento básico quanto aos principais conceitos que envolvem a Teoria Microeconômica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia . 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. MANKIW, N. G. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia . 6. ed. SP: Cengage, 2013. McGUIGAN, J.R.; MOYER, R. C.; HARRIS, F.H. de B. Economia de empresas: aplicações, estratégia e práticas . São Paulo: Cengage, 2011. PAULANI, Leda; BRAGA, Márcio. A nova contabilidade social . 4. ed. São Paulo: 2013. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2014. PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de. Manual de economia . 6. ed. SP: Saraiva, 2011. Saraiva, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Ensaio sobre o capitalismo do século XX . São Paulo: UNESP; Campinas-SP: Unicamp, Instituto de Economia, 2004. JACQUES, I. Matemática para economia e administração . 6. ed. São Paulo: Pearson, 2010. KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil . 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012. MOREIRA, Itamar (Org.). Comportamento do consumidor . Rio de Janeiro: FGV, 2011. MOREIRA, Itamar (Org.). Pesquisa de mercado . Rio de Janeiro: FGV, 2011. PENROSE, E. A teoria do crescimento da firma . Campinas-São Paulo: Unicamp, 2006. ROSSETTI, J. P. Introdução à economia . 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. VARIAN, H. R.. Microeconomia: princípios básicos, uma abordagem moderna . 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012. VASCONCELLOS, M. A. S. de. Economia micro e macro: teoria e exercícios . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
Número de unidades de avaliação	2	



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1052	MATEMÁTICA B	60
EMENTA		
Operações com números reais. Grandezas proporcionais. Juro simples e Juro composto. Equações de 1º e 2º grau, equação exponencial e logarítmica. Função: constante, polinomial de 1º e 2º grau, exponencial e logarítmica. Resolução de sistemas lineares.		
OBJETIVO		
Utilizar conceitos e procedimentos matemáticos para analisar dados, elaborar modelos, resolver problemas e interpretar suas soluções em situações concretas relacionadas à vida do cidadão e do curso. Sintetizar, deduzir, elaborar hipóteses, estabelecer relações e comparações, detectar contradições, decidir, organizar, expressar-se e argumentar com clareza e coerência utilizando elementos de linguagem matemática.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DEMANA, D. F. et al. Pré-Cálculo . São Paulo: Pearson, c2013. GOMES, Francisco M. Pré-cálculo: operações, equações, funções e trigonometria . São Paulo, Cengage Learning Brasil 2018. IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Conjuntos, Funções . 8. ed. São Paulo: Atual, 2010. 1 v. IEZZI, G.; HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: sequências, matrizes, determinantes, sistemas . 7. ed. São Paulo: Atual, 2010. 4 v. IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Logaritmos . 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 2 v. IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Matemática Comercial . São Paulo: Atual, 2004. 11 v.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTON, H. Cálculo . 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. 1 v. ANTON, H.; RORRES, C. Álgebra Linear com aplicações . 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A . 11. ed. São Paulo: Pearson, 2014. LEITHOLD, L. Cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: HARBRA, 1994. 1 v. LIMA, E. L. Medida e forma em geometria . Rio de Janeiro: SBM, 2009. (Coleção do Professor de Matemática). LIMA, E. L. et al. A Matemática do Ensino Médio . 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2000. 2 v. (Coleção do Professor de Matemática). LIMA, E. L. et al. A matemática do Ensino Médio . 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 1999. 1 v. (Coleção do Professor de Matemática). MEDEIROS, V. Z. et al. Pré-Cálculo . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.		



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0685	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	60
EMENTA		
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas. Questões de educação ambiental.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente, inclusive a educação ambiental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BAGGIO, André; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (Org). Educação ambiental e complexibilidade: entre pensamentos e ações . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. BAZZO, Walter Antonio. Ciência, tecnologia e sociedade e o contexto da educação tecnológica . 6. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2020. HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial . São Paulo: Edunesp, 2005. HARVEY, David. Espaços de Esperança . São Paulo: Loyola, 2004. MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados , USP, v. 21, n. 59, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. FURTADO, Celso. A economia latino-americana . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. Crítica Marxista , São Paulo, UNESP, n. 29, 2009. MERCHANT, Carolyn. A morte da natureza: mulheres, ecologia e a revolução científica . Expressão Popular. 2025. PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna . 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005. SEN, Amartia. Desenvolvimento como Liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SHIRTS, Matthew. Emergência climática: o aquecimento global, o ativismo jovem e a luta por um mundo melhor . São Paulo: Editora Claro Enigma, 2022. SMITH, Adam. Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações . Curitiba: Hermes, 2001.		



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1733	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
EMENTA		
A Instituição Universidade no Ocidente e no Brasil; Ser estudante em uma Universidade: passado e presente; O livro: a escrita, a popularização e a destruição do saber no decorrer da História; A Ciência Moderna, a Pseudociência e os Negacionismos; Ética na Prática Científica: O Plágio Acadêmico, a Falsificação de Dados, a Propriedade Intelectual e a conduta do pesquisador no uso da Inteligência Artificial; Comitês de Ética em Pesquisa Científica; A produção do Conhecimento Científico: Senso Comum, Saber Popular e Saber Científico; Métodos, metodologias científicas e protocolos de procedimentos. O papel da Extensão e da Cultura para a socialização do conhecimento científico na Universidade; O jornalismo científico e as Relações de Poder sobre o Conhecimento Científico produzido nas Universidades (Mídias tradicionais, PodCast, redes sociais); Normas para Redação de Trabalhos Científicos; Noções Básicas para elaboração de Projeto de Iniciação à Pesquisa Científica.		
OBJETIVO		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. ANDERY, Maria Amália; et.all. Para compreender a ciência : uma perspectiva histórica. 14 ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo : Educ, 2004. SAGAN, Carl. O mundo assombrado pelos demônios . São Paulo: Companhia das Letras, 2006. CHARTIER, Roger. A aventura do livro : do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp, 2000. PILATI, Ronaldo. Ciência e Pseudociência . São Paulo: Contexto, 2022.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANDRIOLLI, Antonio Inácio (Org.). Universidade Pública e Popular: escritos sobre a UFFS. Curitiba: Appris, 2022. APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006. BÁEZ, Fernando. História Universal da destruição dos livros : das tábuas sumérias à Guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. BENINCÁ, Dirceu (Org.). Universidade e suas Fronteiras . São Paulo: Outras Expressões, 2011. CHAU, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001. COULON, Alan. A condição de estudante : a entrada na vida universitária. Salvador: Edufba, 2008. CUNHA, Tiago Rocha da; PERUZZO JUNIOR, Léo; MEIRELLES, Jussara Maria Leal (Orgs.). Ética na pesquisa científica . Curitiba: PUCPRESS, 2018. OLIVEIRA, Jelson (Org.). Filosofia da Tecnologia : seus autores e seus problemas. Caxias do Sul: Educ, 2020. MAGALHÃES, Gildo. Ciência e Ideologia : uma excursão à história em torno da ideia de		



progresso. São Paulo: Intermeios, 2017.

PASTERNAK, Natália; ORSI, Carlos. **Que Bobagem!** Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério. São Paulo: Contexto, 2023.

ROSSI, Paolo. **A Ciência e a Filosofia dos Modernos**. São Paulo: Unesp, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade do século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra: Edições Almedina, 2008.

SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Ed. UFPA, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **A Educação Superior na América latina e os desafios do século XXI**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

SILVER, Brian L. **A escalada da ciência**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

TERRA, Walter R.; TERRA, Ricardo R.. **Filosofia da Ciência: fundamentos históricos, metodológicos, cognitivos e institucionais**. São Paulo: Contexto, 2024.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2383	ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA	60
EMENTA		
Origens da humanidade. Processos de hominização. Arqueologia dos povos indígenas. Pré-história geral e brasileira. História da Arqueologia. Métodos e técnicas arqueológicas. Fontes arqueológicas. A profissão de arqueólogo. Sistemas de povoamento pré-histórico. Cultura Material. Ensino de Arqueologia.		
OBJETIVO		
Refletir sobre as contribuições arqueológicas para a história da humanidade, inserindo os debates sobre a origem da humanidade, o povoamento pré-histórico, com especial atenção para o território brasileiro e o campo de atuação profissional da arqueologia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FAUSTO, Carlos. Os Índios antes do Brasil . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco. Pré-história do Brasil . São Paulo: Contexto, 2006. FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia . São Paulo: Ed. Contexto, 2003. PROUS, A. Arqueologia Brasileira . Unb: Brasília, 1992. TRIGGER, Bruce. História do Pensamento Arqueológico . São Paulo: Odysseu, 2004. VÁRIOS autores. Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira. Revista Usp , n. 44, São Paulo, Usp, 1999-2000. 2 v.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
BICHO, Nuno Ferreira. Manual de Arqueologia Pré-Histórica . Lisboa: Edições 70, 2006. CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios no Brasil . São Paulo: Cia das Letras, 1992. GASPAR, Madu. A arte rupestre no Brasil . Rio de Janeiro: Zahar, 2003. GASPAR, Madu. Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. HETZEL, Bia; NEGREIROS, Silvia. Pré-História do Brasil . Rio de Janeiro: Manati, 2007. LEAKEY, Richard; LEWIN, Roger. O povo do Lago . Brasília: Unb, 1978. LINO, Jaisson Teixeira. Arqueologia Guarani no Vale do Rio Araranguá, Santa Catarina: aspectos da territorialidade e variabilidade funcional . Erechim, RS: Habilis, 2009. NEVES, Eduardo Góes. Arqueologia da Amazônia . Rio de Janeiro: Zahar, 2006. PROUS, André. O Brasil antes dos Brasileiros . Zahar: Rio de Janeiro, 2007. RATHZ, Philip. Convite à arqueologia . Rio de Janeiro: Imago, 1989. REIS, José Alberione dos. Arqueologia dos Buracos de Bugre: Uma pré-história do Planalto Meridional . Caxias do Sul: Educs, 2002. SILVA, Hilton; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia (Org.). Nossa Origem . Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006. VÁRIOS autores. Dossiê povoamento americano. Revista Usp , n. 34, São Paulo, 1989. p. 08-21.		
Número de unidades de avaliação	2	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2384	HISTÓRIA DE SANTA CATARINA	60
EMENTA		
A historiografia catarinense. Povoamento, território, colonização, identidades. Fontes e perspectivas para os estudos históricos em Santa Catarina. Abordagens historiográficas, perspectivas teóricas e práticas de ensino.		
OBJETIVO		
Compreender as diferentes políticas de povoamento e colonização na constituição da província e do estado catarinense.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BERGER, Paulo. Ilha de Santa Catarina : relatos de viajantes estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984. BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia (Org.). História de Santa Catarina nos séculos XVI a XIX . Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia (Org.). História de Santa Catarina no século XIX . Florianópolis: Editora da UFSC, 2001. FAVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra : cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC; Itajaí: Univali, 2004. OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira; SALOMON, Marlon Jeíson. A decadência de Santa Catarina . Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858) . São Paulo/Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980. BRANCHER, Ana (Org.). História de Santa Catarina : estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. CAROLA, Carlos Renato. Dos subterrâneos da história : as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 262 p. DALLABRIDA, Norberto (Org.). Mosaico de Escolas : modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri (Org.). Visões do Vale : perspectivas historiográficas recentes. Blumenau: Nova Letra, 2000. FLORES, Maria Bernardete Ramos. A farra do boi : palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997. FLORES, Maria Bernardete Ramos. Oktoberfest : festa, cultura e turismo na estação do Chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. KLUG, João. Imigração e luteranismo em Santa Catarina : A comunidade alemã de Desterro – Florianópolis. Florianópolis: Papa-livro, 1994. LEITE, Ilka Boaventura. Negros no Sul do Brasil : invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado . Campinas: Unicamp, 2004. MACHADO, Ricardo; VOIGT, André Fabiano. Desterritorializações do Vale . Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2012. MORGA, Antônio E. (Org.). História das mulheres de Santa Catarina . Florianópolis:		



Letras Contemporâneas; Chapecó: Argos, 2001.		
Número de unidades de avaliação		2



	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0686	LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL I	30
EMENTA		
Língua e Linguagem. Compreensão, produção e circulação de textos orais e escritos de diferentes gêneros. Texto e textualidade. Resumo, fichamento e debate. Revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras . São Paulo: Companhia das Letras, 2019 [Aline] FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Prática de textos para estudantes universitários . Petrópolis: Vozes, 2008. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resumo . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MEDEIROS, João B. Redação científica . A prática de fichamento, resumos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Para entender o texto . São Paulo: Ática, 2007. SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. Escrever melhor : guia para passar os textos a limpo. São Paulo: Contexto, 2008. VIANA, Antonio C. Roteiro de redação : lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1997.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ABREU, Antônio S. Curso de Redação . 12. ed. São Paulo: Ática, 2003. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e Textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 1991. COSTE, D. et al. O texto : leitura e escrita. (Organização e revisão técnica da tradução por Charlotte Galvez, Eni Puccinelli Orlandi e Paulo Otoni). 2. ed. rev. Campinas, SP: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação : o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna . 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. MOTTA-ROTH, Desirré (Org.). Redação Acadêmica : princípios básicos. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa : atividades de leitura e produção de textos. São Paulo: Saraiva, 2008. OLIVEIRA, José P. M. de; MOTTA, Carlos A. P. Como escrever textos técnicos . São Paulo: Thompson, 2005. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental : de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		



9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo ensino-aprendizagem no curso de Geografia – Licenciatura será desenvolvida nos Componentes Curriculares e nas diversas atividades do curso, considerando o Regulamento da Graduação, Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022 e o disposto na Resolução CNE/CP nº 4/2024. Dessa maneira, mantendo o padrão qualificado de avaliação, o Curso de Geografia – Licenciatura da UFFS compreende a avaliação como uma etapa do processo de ensino-aprendizagem, relacionada com as competências e as habilidades a serem desenvolvidas na formação do futuro profissional.

Destaca-se sua característica diagnóstica, formativa e somativa. Constitui-se de um processo dinâmico, participativo, valorizando a relação aluno-conhecimento, incitando o espírito crítico e a reflexão acerca da própria prática profissional. O atendimento extraclasse pelo professor com horário pré-determinado no plano de curso, pode ser individual ou de forma coletiva.

A avaliação do rendimento discente será realizada de forma contínua e sistemática, considerando os seguintes objetivos: diagnosticar e registrar o progresso do estudante e suas dificuldades; orientar o estudante quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades; e orientar as atividades de (re)planejamento dos conteúdos curriculares. Culmina com a perspectiva de avaliação somativa, cujo objetivo é registrar o aproveitamento do estudante em notas traduzidas em valores de 0 (zero) a 10 (dez) em cada unidade de avaliação. Cada uma dessas unidades de avaliação é resultante de instrumentos de avaliação propostos no plano de curso do componente curricular e esclarecidos aos estudantes no início do semestre.

O registro das notas em cada unidade é feito junto ao sistema informatizado denominado Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA, sendo a média final necessária à aprovação do estudante calculada automaticamente pelo sistema conforme os registros de cada unidade de avaliação efetuados e o peso em % atribuído pelo docente a cada instrumento de avaliação. Para aprovação no componente curricular, a nota de aproveitamento exigida é de, no mínimo, a média final igual a 6,0 (seis) pontos e frequência igual ou superior a 75% da carga horária de cada componente curricular, conforme estabelecem as normativas institucionais (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022).

Respeitadas as deliberações oficiais, os critérios, procedimentos e instrumentos avaliativos serão fundamentados nos objetivos específicos de cada componente curricular, nos



objetivos do curso e nos objetivos gerais de formação educacional que norteiam as ações da UFFS.



10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO

A gestão e o acompanhamento deste projeto ocorrerão em consonância com a ação de três instâncias da UFFS: a PROGRAD, o Colegiado do Curso de Geografia e seu respectivo Núcleo Docente Estruturante. A coordenação de curso é representada pelo coordenador e o coordenador adjunto, assim como o Colegiado de curso, são eleitos com mandato de dois anos.

Para a gestão didático-pedagógica do curso de Geografia, é fundamental a cooperação dos coordenadores de Estágios e da Extensão e Cultura, da Assessoria Pedagógica e da secretária do curso, com auxílio técnico-administrativo. Outros setores também contribuem, como o Setor de Assuntos Estudantis. A seguir, apresentam-se as atribuições e os formatos do Colegiado e NDE.

10.1. O Colegiado e o Núcleo Docente Estruturante

O Colegiado do Curso de Geografia - Licenciatura é um órgão de caráter normativo, deliberativo e de assessoramento em sua área de competência e que tem a responsabilidade de fazer a gestão acadêmica do curso em conformidade com as políticas da UFFS. É composto pelo coordenador do curso, que exerce sua presidência; pelo coordenador adjunto do curso, que substitui o coordenador em suas ausências na presidência do colegiado; pelo coordenador de estágios do curso; pelo coordenador de Extensão e Cultura do curso, por 3 docentes eleitos por seus pares e seus respectivos suplentes; por 1 representante docente e seu suplente indicados pelo Fórum do Domínio Comum do campus; por 1 representante docente e seu suplente indicados pelo Fórum do Domínio Conexo do campus; por 2 representantes discentes e seus respectivos suplentes; por 1 representante dos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) e seu suplente.

As atribuições do colegiado, sua constituição e suas reuniões estão previstas no Regulamento de Graduação e no Regimento Interno do Colegiado do curso. No início de cada ano letivo é apresentado o plano de atividades do curso para apreciação do colegiado. Outra atribuição do colegiado é a análise dos planos de curso após a apresentação aos estudantes nas primeiras semanas de aula, conforme Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022.



O NDE tem por atribuição o acompanhamento atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do curso. Sua composição se dá por indicação dos membros do colegiado do curso e por publicação de Portaria específica por parte da Pró-Reitoria de Graduação da universidade. É composto, no mínimo, por cinco docentes do Domínio Específico do curso, um docente do Domínio Comum e um docente do Domínio Conexo. O NDE será presidido pelo Coordenador, ou pelo Coordenador Adjunto, quando do impedimento do titular, e os docentes serão definidos pelo Colegiado do curso. Para compor o NDE é necessário que o docente ministre um componente curricular a cada ano no curso (Resolução 001/2011 – CONSUNI/CGRAD).

As reuniões devem ocorrer periodicamente no semestre mediante convocação do presidente. O NDE tem caráter consultivo e propositivo, tratando de questões pedagógicas do curso, sendo necessária a apreciação e deliberação das proposições no Colegiado.

Cabem ao NDE e ao Colegiado o planejamento do curso e o acompanhamento das atividades pedagógicas dos docentes, além de garantir a efetiva participação dos discentes na construção e no acompanhamento do curso, garantindo uma gestão participativa e democrática. No tocante às atividades docentes, o registro do planejamento obedecerá às normativas próprias da UFFS.

O Núcleo de apoio pedagógico (NAP), vinculado à Coordenação Acadêmica, é a estrutura responsável pela formação complementar dos docentes. Ao longo do ano letivo, são organizadas palestras e oficinas em temáticas afeitas ao trabalho docente, como avaliação, metodologias de ensino e rodas de conversa, fundamentais ao aprimoramento do trabalho dos docentes vinculados aos diferentes domínios. A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) também realiza atividades formativas com os docentes da instituição, seja de modo articulado aos NAPs dos *campi*, seja em atividades próprias.



11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação da qualidade do curso de graduação em Geografia - Licenciatura e do desempenho dos estudantes ocorrerá, prioritariamente, pela Avaliação Institucional. Essa avaliação será desenvolvida por três processos, a saber:

a) Avaliação interna: coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanha a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação de Licenciatura em Geografia e o desempenho dos estudantes.

b) Avaliação externa: realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para essa etapa, o curso disponibiliza os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

c) Autoavaliação do curso: o Colegiado define uma comissão para que seja elaborada e aplicada a autoavaliação em cada semestre. As atividades de Extensão e Cultura, assim como a de Educação à Distância - EaD também estão contempladas nos instrumentos de autoavaliação do curso. O resultado da tabulação dos dados deve ser socializado entre os envolvidos e questões pontuais tanto dos estudantes quanto dos docentes, devem discutidos com os membros do NDE e Colegiado, sendo possível ser complementado com seminários ou roda de conversa com estudantes, docentes e demais servidores. O resultado poderá ser arquivado no Moodle. A autoavaliação é um importante instrumento para o planejamento dos componentes curriculares e a gestão do curso, assim como para reflexões e encaminhamentos para reduzir a evasão e retenção dos estudantes. No processo de autoavaliação, é importante considerar a comunidade envolvida nas atividades de extensão e cultura, para demandas e



adequações, fortalecendo as relações entre comunidade e universidade.

No conjunto, esses processos avaliativos constituem um sistema que permite a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e ao planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso de Licenciatura em Geografia.



12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O quadro docente do curso é composto por professores vinculados ao núcleo de formação básica, denominado Domínio Comum, ao núcleo de formação de professores, o Domínio Conexo, e ao núcleo de conhecimentos específicos da área de Geografia, o Domínio Específico.

Dentre as principais características que o docente do curso de Geografia da UFFS deve apresentar, destacam-se:

1. Domínio dos conteúdos teóricos das disciplinas de sua área de atuação;
2. Integração entre teoria e prática;
3. Desenvolvimento de atividades de pesquisa vinculadas à área de atuação;
4. Articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
5. Aplicação e interação dos conhecimentos das disciplinas à realidade regional;
6. Postura que sirva de referência para os discentes.

Frente a esse panorama, é importante salientar que essas características somente podem atingidas com a constante qualificação dos docentes. É de suma importância a busca por formação continuada, participação em cursos de capacitação, apresentação de trabalhos e participação em eventos vinculados ao desenvolvimento e ao debate científico, assim como os estágios de pesquisa em outras instituições do Brasil e do exterior. A qualificação docente leva não apenas à qualidade no ensino de graduação, mas também à qualidade da pós-graduação com a qual a graduação se articula. O Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFFS é, inclusive, oriundo desse esforço de qualificação de docentes do curso de graduação.



13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

13.1 Docentes do *Campus* Chapecó que atuam no curso

Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1º NÍVEL				
Específico/ Geologia Geral	William Zanete Bertolini	Doutor	DE	Graduação: Geografia - UFMG. Mestrado: Geografia - UFMG Doutorado: Geografia Física – USP
Comum/ Produção Textual Acadêmica	Ani Carla Marchesan	Doutora	DE	Graduação: Letras Português/Inglês - UFSM Mestrado: Linguística - UFSC Doutorado: Linguística - UFSC
Específico/ Introdução ao Sistema Terra	William Zanete Bertolin	Doutor	DE	Graduação: Geografia - UFMG. Mestrado: Geografia - UFMG Doutorado: Geografia Física – USP
Específico/ Geografia da População	Ederson do Nascimento	Doutor	DE	Graduação: Geografia - UEPG Mestrado: Geografia - UEPG Doutorado: Geografia – Unicamp
Específico/ História do Pensamento Geográfico	Igor de França Catalão	Doutor	DE	Graduação: Geografia - UnB Mestrado: Geografia - Unesp Doutorado: Geografia - Avignon Université e Unesp
Conexo/Estágio Curricular Supervisionado I	Willan Simões	Doutor	DE	Graduação: Geografia - FIE Mestrado: Geografia - UEPG. Doutorado: Geografia pela UFPR
2º NÍVEL				
Específico/ Climatologia	Andrey Luis Binda	Doutor	DE	Graduação: Geografia - Unicentro Mestrado: Geografia - Unioeste Doutorado: Geografia - UFRGS
Conexo/Língua Brasileira de Sinais - Libras	Patrícia Gräff	Doutora	DE	Graduação: Ed. Especial - UFSM Graduação: Pedagogia- UFSM Mestrado: Educação nas Ciências -Unijuí Doutorado: Educação - Unisinos
Específico/ Cartografia Sistemática	Ederson do Nascimento	Doutor	DE	Graduação: Geografia - UEPG Mestrado: Geografia - UEPG Doutorado: Geografia - Unicamp
Conexo/ Política Educacional	Jeferson Saccol Ferreira	Doutor	DE	Graduação: Direito - Unoesc Mestrado: Educação - UPF Doutorado: Educação - UFRGS
Específico/ Geografia Econômica	Ricardo Alberto Scherma	Doutor	DE	Graduação: Geografia - FFCL/S. J. Rio Pardo Mestrado: Geografia - Unesp Doutorado: Geografia - Unesp
3º NÍVEL				
Conexo/ Fundamentos da Educação	Maurício José Siewerdt	Doutor	DE	Graduação: História - UFSC Mestrado: Educação - UFSC Doutorado: Educação - UFSC
Específico/ Geomorfologia	Pedro Germano dos Santos Murara	Doutora	DE	Graduação: Geografia - UFSC Mestrado: Geografia - UFSC Doutorado: Geografia - UFSC



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/ Epistemologia da Geografia	Lídia Lúcia Antongiovanni	Doutora	DE	Graduação: Geografia - USP Mestrado: Geografia Humana- USP Doutorado: Geografia - UFF
Específico/ Cartografia Temática	Cristina Otsuschi	Doutora	DE	Graduação: Geografia - UEM Mestrado: Geografia - UFSC Doutorado: Geografia - UFSM
Específico/Tópicos Especiais em Geografia				
Conexo/Estágio Curricular Supervisionado II	Willian Simões	Doutor	DE	Graduação: Geografia - FIE Mestrado: Geografia - UEPG. Doutorado: Geografia pela UFPR
4º NÍVEL				
Conexo/ Fundamentos Psicológicos da Aprendizagem e Desenvolvimento	Letícia Lyra Ribeiro	Doutora	DE	Graduação: Psicologia - UFMG Mestrado: Psicologia - UFSC Doutorado: Educação Científica e Tecnológica – UFSC
Específico/ Geografia dos Solos	William Zanete Bertolini	Doutor	DE	Graduação: Geografia - UFMG Mestrado: Geografia - UFMG Doutorado: Ciências - Geografia Física - USP
Conexo/Didática	Neide Cardoso de Moura	Doutora	DE	Graduação: Pedagogia - PUC/SP Mestrado: Psicologia da Educação - PUC/SP Doutorado: Psicologia Social - PUC/SP
Comum/ Informática Básica	Glauccio Adriano Fontana	Doutor	ME	Graduação: Informática -URI Mestrado: Ciências da Computação - UFSC Doutorado:
Comum/ Estatística Básica	Jean Franco Mendes Calegari	Doutor	DE	Graduação: Matemática - UFSC Mestrado: Engenharia de Produção - UFSC Doutorado: Educação Científica e Tecnológica - UFSC
5º NÍVEL				
Específico/ Hidrogeografia	Andrey Luis Binda	Doutor	DE	Graduação: Geografia - Unicentro Mestrado: Geografia - Unioeste Doutorado: Geografia - UFRGS
Específico/ Didática em Geografia	Adriana Maria Andreis	Doutora	DE	Graduação: Geografia - URI Mestrado: Educação nas Ciências: concentração em Geografia - Unijuí Doutorado: Educação nas Ciências: concentração em Geografia – Unijuí
Específico/ Geografia Política	Ricardo Alberto Scherma	Doutor	DE	Graduação: Geografia - FFCL/S. J. Rio Pardo Mestrado: Geografia - Unesp Doutorado: Geografia - Unesp
Específico/ Geografia Urbana	Igor de França Catalão	Doutor	DE	Graduação: Geografia - UnB Mestrado: Geografia - Unesp Doutorado: Geografia - Avignon Université e Unesp
Específico/ Regiões e Redes	Lídia Lúcia Antongiovanni	Doutora	DE	Graduação: Geografia - USP Mestrado: Geografia Humana - USP Doutorado: Geografia - UFF
6º NÍVEL				
Comum/Introdução à Filosofia	Newton Marques Peron	Doutor	DE	Graduação: Filosofia/ UNICAMP Mestrado: Filosofia/ UNICAMP Doutorado: Filosofia/ UNICAMP



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/Sistema de Informações Geográficas	Ederson do Nascimento	Doutor	DE	Graduação: Geografia - UEPG Mestrado: Geografia - UEPG Doutorado: Geografia - Unicamp
Específico/Biogeografia	Pedro Germano dos Santos Murara	Doutor	DE	Graduação: UNESP Mestrado: Geografia - UFSC Doutorado: Geografia - UFSC
Específico/Geografia Cultural	Marlon Brandt	Doutor	DE	Graduação: Geografia/História - UFSC/Udesc Mestrado: Geografia - UFSC Doutorado: História - UFSC
Específico/Geografia Rural	Lídia Lúcia Antongiovanni	Doutora	DE	Graduação: Geografia - USP Mestrado: Geografia Humana - USP Doutorado: Geografia - UFF
7ª NÍVEL				
Comum/Introdução ao Pensamento Social	Claudete Gomes Soares	Doutor	DE	Graduação: Ciências Sociais - UNESP Mestrado: Sociologia – UNICAMP Doutorado: Sociologia - UNICAMP
Específico/Estágio Curricular Supervisionado III: Práticas de ensino em Geografia	Willian Simões	Doutor	DE	Graduação: Geografia - FIE Mestrado: Geografia - UEPG Doutorado: Geografia - UFPR
Específico/Optativa I				
Específico/Organização do Espaço Mundial	Ricardo Alberto Scherma	Doutor	DE	Graduação: Geografia - FFCL/São José do Rio Pardo. Mestrado: Geografia - UNESP Doutorado: Geografia - UNESP
Específico/Geografia de Santa Catarina	Marlon Brandt	Doutor	DE	Graduação: Geografia - UFSC Graduação: História - UDESC Mestrado: Geografia - UFSC. Doutorado: História - UFSC
8ª NÍVEL				
Específico/Trabalho de Conclusão de Curso I	Igor de França Catalão	Doutor	DE	Graduação: Geografia - UnB Mestrado: Geografia – Unesp UNESP Doutorado: Geografia - Avignon Université e Unesp
Específico/Estágio Curricular Supervisionado IV: Práticas de ensino em Geografia	Adriana Maria Andreis	Doutora	DE	Graduação: Geografia - URI Mestrado: Educação nas Ciências: concentração em Geografia - Unijuí Doutorado: Educação nas Ciências: concentração em Geografia – Unijuí
Específico/Geografia do Brasil	Lídia Lúcia Antongiovanni	Doutora	DE	Graduação: Geografia - USP Mestrado: Geografia - USP Doutorado: Geografia - UFF
Específico/Geografia Socioambiental	Cristina Otsuschi	Doutora	DE	Graduação: Geografia - UEM Mestrado: Geografia - UFSC Doutorado: Geografia - UFSM
Específico/Optativa II				
9ª NÍVEL				
Específico/Optativa III	Vários			



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
Conexo/Processos Educacionais Inclusivos	Patrícia Gräff	Doutora	DE	Graduação: Educação Especial UFSM Graduação: Pedagogia - UFSM Mestrado: Educação nas Ciências - UNIJUI Doutorado: Educação - UNISINOS
Específico/Estágio Curricular Supervisionado V Práticas de Ensino em Geografia	Adriana Maria Andreis	Doutora	DE	Graduação: Geografia - URI Mestrado: Educação nas Ciências: concentração em Geografia - Unijuí Doutorado: Educação nas Ciências: concentração em Geografia – Unijuí
Comum/História da Fronteira Sul	Fernando Vojniak	Doutor	DE	Graduação: História – Universidade do Oeste de Santa Catarina Mestrado: História - UFSC Doutorado: História - UFSC
Específico/TCC II	Cristina Otsuschi	Doutora	DE	Graduação: Geografia - UEM Mestrado: Geografia - UFSC Doutorado: Geografia - UFSM
Comum/Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade	Adiles Savoldi	Doutor	DE	Graduação: Ciências Sociais - UFSC Mestrado: Antropologia Social - UFSC Doutorado: Antropologia – UFF



14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

14.1 Bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada *campus*. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de



conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

1

14.2 Laboratórios

Os espaços laboratoriais que atendem diretamente ao curso de Geografia são 5: Geotecnologias, Cartografia, Hidroclimatologia, Geologia e Geopraxis. Todos eles localizados no bloco 4 de laboratórios do *campus* Chapecó, com exceção do Geopraxis, localizado no bloco B. Além desses, o curso pode fazer uso de outros laboratórios e seus equipamentos presentes no *campus*, como por exemplo os de física, química e manejo e conservação do solo, a luparia, o laboratório de microscopia, dentre outros.

O curso também possui outros dois laboratórios que articulam atividades de pesquisa e extensão entre a graduação e a pós-graduação. São eles o Laboratório de Estudos Territoriais e Ambientais, o LAETA e o Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

A seguir, uma breve descrição dos espaços cuidados pelo curso de geografia.

LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIA	
Professora Responsável: Cristina Otsuschi	
Alunos por turma: 25	
Área: 156,30m ²	Localização: sala 109 – laboratório 4
Quantidade	Descrição
	O Laboratório de Cartografia possui materiais e equipamentos para auxiliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando que nos componentes curriculares do curso de Geografia, sejam utilizados materiais durante as aulas.



	Destacam-se: mesas retangulares, mesas de desenho, mesas de luz, mapoteca vertical, mapotecas horizontais, armário, globos terrestres físico, globos terrestres político, globos terrestres em alto relevo, mapas temáticos, cartas topográficas, bússolas tipo Brunton, bússolas para mapas, estereoscópios de bolso, maquetes, planetário e miras.
--	--

LABORATÓRIO DE GEOTECNOLOGIAS	
Professor Responsável: Ederson Nascimento	
Alunos por turma: 25	
Área: 80 m ²	Localização: sala 107 – laboratório 4
Quantidade	Descrição
	O laboratório deverá contar com um monitor e dois bolsistas que exercerão atividades vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão.

LABORATÓRIO DE HIDROCLIMATOLOGIA	
Professor Responsável: Andrey Luis Binda	
Alunos por turma: 25	
Área: 63 m ²	Localização: sala 110 – laboratório 4
Quantidade	Descrição
	É composto por uma sala de aula, que dispõe de quadro branco, mesa frontal e 35 carteiras universitárias. Este espaço conta, ainda, com armários onde ficam armazenados os equipamentos disponíveis no laboratório (termo-higrômetros, penetrológ, sonda multiparâmetro, coletores de sedimentos suspensos e amostradores da carga de leito) e uma mapoteca contendo mapas temáticos e trabalhos acadêmicos confeccionados sob a forma de painéis sínteses.

LABORATÓRIO DE GEOLOGIA	
Professor Responsável: William Zanete Bertolini	
Alunos por turma: 50	
Área: 126,77 m ²	Localização: sala 106 – laboratório 4
Quantidade	Descrição
	Este laboratório conta com espaço de 127 m ² , dividido internamente em dois espaços. Um desses espaços, com 20 m ² , serve como sala de apoio onde são guardados equipamentos de topografia e outros. O laboratório possui mapoteca, armários, mapas, amostras rochosas, bancadas laterais, 4 bancadas centrais, 10 kits didáticos geológicos de Escala de Mohs, 10 bússolas tipo Brunton, 5 martelos geológicos, 1 microscópio estereoscópico binocular com aumento de 40X, conjunto de



	peneiras para análise granulométrica, 10 lupas de bolso com aumento de 30X e vidrarias para análises de rotinas.
--	--

LABORATÓRIO DE PESQUISA E ENSINO DE GEOGRAFIA - GEOPRÁXIS	
Professora Responsável: Adriana Maria Andreis	
Alunos por turma: 30	
Área: 80 m ²	Localização: sala 115 – Bloco B
Quantidade	Descrição
	O Laboratório GEOpráxis foi criado em 2023, com o objetivo de desenvolver atividades didáticos-pedagógicas no âmbito da Geografia, implicadas ao ensino e em diálogo com a pesquisa e a extensão, com vistas a subsidiar a formação e atualização profissional docente, pautada em pressupostos da educação geográfica, que implica princípios de cidadania territorial. Trata-se de um ambiente criado para atividades de confecção de materiais, com natureza dialético-dialógica, que requerem conhecimentos teóricos e práticos. Também, é lugar de planejamentos, elaboração de técnicas e estratégias de ensino e de aprendizagem e de debates críticos acerca delas. Todos esses processos são fundamentais para a formação de professores, que é o objeto dos cursos de licenciatura, pois contribuem para o cotidiano deles, nos ambientes institucionais da Educação Básica e na formação do professor na universidade. O uso envolve: a) Aulas de Didática em Geografia, b) aulas de Estágios Curriculares Supervisionados: I, II, III, IV e V c) encontros, formações, debates, socializações e produções teórico-científicas, do Grupo de Pesquisa Espaço, Tempo e Educação (GPETE), institucionalizado na UFFS/SC e disponível no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil - LATTES, espelho http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/8472948314997700; d) encontros, formações, debates, socializações e produções científico-acadêmicas do Grupo de Estudos Lugar, Cotidiano, Espaço-tempo Glocal e Educação (LUGAR); e) elaboração de materiais didático-pedagógicos, inerentes à produção e representação do espaço geográfico; f) criação de métodos e metodologias de ensino de Geografia. g) encontros com escolas de Educação Básica, alunos e professores, em projetos de extensão e de formações continuadas em geral; h) bolsistas, coordenadores da UFFS e professores e alunos das escola de EB envolvidos nos subprojetos de Geografia do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID e do Programa Residência Pedagógica - PRP, ambos financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; i) uso para atividades das Práticas como Componente Curricular (PDD) de todas as disciplinas do curso. A estrutura compreende uma sala, com janelas amplas, no térreo, com acessibilidade. Ainda em processo de



	montagem, contém, neste momento: mesa oval com 7 cadeiras estofadas; 20 cadeiras com braço, mapas temáticos avulsos, mapa/quadro da cidade de Chapecó, e duas estantes vazadas com livros e outros materiais de uso didático.
--	---

14.3 Área Experimental

Para as atividades práticas no ensino, pesquisa e extensão, além dos laboratórios já mencionados, o curso de Geografia utiliza a área experimental agrícola no *campus* Chapecó com 16 hectares. Articulado com o curso de Agronomia, os perfis de solo são recursos didáticos e pedagógicos importantes para a formação dos estudantes.

Para a gestão das atividades na área experimental, a equipe é composta por Coordenação Adjunta de Áreas Experimentais, dois servidores técnico-administrativos em educação e dois servidores terceirizados.

14.4 Salas de Aula, Salas dos Professores e Auditórios

Os blocos A, B e C contam com 46 salas de aula, sendo 3 salas com capacidade para 100 pessoas e as demais com capacidade para 50 pessoas. Nestes blocos há 3 auditórios, com capacidade para 126, 162 e 300 pessoas.

O bloco dos Professores disponibiliza um auditório com capacidade para 92 pessoas, salas dos docentes, salas dos secretários dos cursos (técnicos-administrativos em educação), copa e sala de reuniões. A coordenação de Geografia não possui sala específica com a secretaria do curso.

14.5 Acessibilidade para Pessoas Deficiência ou Mobilidade Reduzida

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf).

Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi



instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Politica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf).

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como componente curricular



obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como componente curricular optativo, nos cursos de bacharelados;

- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

4. Acessibilidade Metodológica

- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;

- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;

- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição.

Também traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso e promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo. Pode orientar os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;

- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;

- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;

- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;



- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.



15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. . **O papel do Geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento Geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.



16 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANEXO IV - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CAMPO

**ANEXO V - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE
EXTENSÃO E CULTURA**

**ANEXO VI - REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE
COMPONENTE CURRICULAR**



ANEXO I - REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se Estágio Curricular Supervisionado a participação, sem vínculo empregatício, do estudante em atividades de ensino formais e não formais, incluindo obrigatoriamente atividades que envolvam contato com os sujeitos escolares, desenvolvidas ao longo das disciplinas: Estágio Curricular Supervisionado I: o contexto escolar; Estágio Curricular Supervisionado II: Organização e funcionamento da escola; Estágio Curricular Supervisionado III: práticas de ensino em Geografia; Estágio Curricular Supervisionado IV: práticas de ensino em Geografia e Estágio Curricular Supervisionado V: práticas de ensino em Geografia.;

Art. 2º O "Estágio Curricular Supervisionado" normatizado por esse Regulamento interno corresponde ao "Estágio Obrigatório" do Regulamento de Estágio Obrigatório da UFFS, em conformidade com a Lei Nº 11.788/2008.

Parágrafo único. O Estágio não obrigatório obedecerá o exposto nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, na lei 11.788/08 bem como no ordenamento interno da UFFS.

CAPÍTULO II DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

SE DAS MODALIDADES DE ACC

3º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura será realizado a partir do 1ª nível, com 420 horas, assim distribuídos:

- I - 30 horas, no 1º nível;
- II - 30 horas, no 3º nível;
- III- 120 horas, no 7º nível;



IV – 120 horas, no 8º nível;

V - 120 horas, no 9º nível;

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado compreende o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas no campo de estágio, tendo aulas teóricas e práticas.

Art. 5º A realização do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatório a todos os estudantes do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura, deverá ocorrer, preferencialmente, de forma individual.

Parágrafo único. A realização do Estágio Curricular Supervisionado não individual depende de decisão do respectivo Colegiado de Curso.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura tem por objetivos:

- I – Oportunizar ao estudante do curso contato direto com o ambiente profissional, discutindo e refletindo sobre o seu papel na Educação Básica e na sua profissão;
- II – Promover a reflexão e avaliação crítica sobre os conteúdos e procedimentos teórico-metodológicos do período de formação inicial;
- III – Favorecer, no período de formação, a reflexão sobre dificuldades, limites e desafios próprios ao exercício da profissão docente na Educação Básica.

SEÇÃO III

DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 7º Constituem campo de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura, as instituições de ensino que desenvolvem atividades na Educação Básica.

Art. 8º O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado será efetuado pelo



Coordenador de Estágio do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura.

Art. 9º Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão efetuados pelo Setor de Estágios do *Campus*.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 10 O Estágio Curricular Supervisionado, desenvolvido desde os níveis iniciais do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura, compreenderá, basicamente, as seguintes atividades:

I – Contato, discussão, projeto e monitoria.

II – Monitoria, regência e vivência da docência nos anos finais do EF e no EM

III – Acompanhamento para atividade de ensino presencial na escola-campo, pelo professor do Componente Curricular de Estágio.

IV – Seminário de estágio e diálogos personalizados

V – Entrega do relatório final.

Parágrafo único: A carga horária dos componentes curriculares que integram o Estágio Curricular Supervisionado será assim distribuída, sendo distribuídas em aulas teóricas e práticas:

Componente	Carga horária
ECS I: o contexto escolar	30 horas
ECS II: Organização e funcionamento da escola	30 horas
Estágio Curricular Supervisionado III: práticas de Ensino em Geografia	120 horas
Estágio Curricular Supervisionado IV: práticas de Ensino em Geografia	120 horas
Estágio Curricular Supervisionado V: práticas de Ensino em Geografia	120 horas
TOTAL	420 horas

Art. 11 É vedada, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura, a redução da carga horária de estágio para os acadêmicos com experiência profissional na área de formação.

Art. 12 Os projetos e os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser apresentados em conformidade às especificações homologadas pelo respectivo Colegiado de



Curso.

SEÇÃO V
DA ESTRUTURA DE TRABALHO PARA O
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
NO ÂMBITO DO CURSO

Art. 13 As atividades de planejamento, execução e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão desempenhadas pelo coordenador de estágio, pelo professor titular do componente curricular, pelos professores orientadores, pelos supervisores externos e pelo Setor de Estágios do *Campus*.

SUBSEÇÃO I
DO COORDENADOR DO
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 14 A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado poderá ser exercida por um dos professores vinculados ao Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura.

Art. 15 As atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado são as previstas no Regulamento de Estágios da UFFS, assim como:

- I – definir, em conjunto com os professores titulares do componente curricular, os campos de estágio;
- II – coordenar e homologar a distribuição dos estagiários para cada professor orientador de estágio, observando a paridade no número de estagiários por orientador;
- III – promover a articulação e o diálogo entre o estagiário, os professores titulares do componente curricular, os professores orientadores de estágio, os supervisores externos e o campo de estágio;
- IV – encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;
- V – fornecer informações necessárias aos professores orientadores e aos supervisores externos;
- VI – convocar e coordenar, sempre que necessário, as reuniões com professores orientadores e/ou supervisores externos;



VII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da administração acadêmica da UFFS; e

VIII - definir, em conjunto com o Colegiado do Curso, encaminhamentos complementares de estágio para o curso.

SUBSEÇÃO II

DO PROFESSOR DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 16 Os professores dos componentes curriculares de “Estágio Curricular Supervisionado I e II, assim como os Estágios Curriculares Supervisionados: Práticas de Ensino em Geografia, III, IV e V” serão definidos pelo Colegiado de Curso.

Art. 17 São atribuições do professor do componente curricular o cumprimento das atividades previstas no Regulamento de Estágios da UFFS – Resolução nº 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 além de:

- I – coordenar as atividades didáticas referentes ao componente curricular, bem como promover articulações com o campo de estágio no que se refere aos aspectos pedagógicos do estágio;
- II – fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento das atividades de estágio e o desempenho dos acadêmicos;
- III – assessorar os acadêmicos na elaboração dos projetos, planos de trabalho, planejamentos das aulas e relatórios de estágio;
- IV – avaliar o desempenho do acadêmico estagiário no componente curricular, atribuindo-lhe uma nota ao final do semestre letivo;
- V – supervisionar os estagiários no campo de estágio, fazendo ao menos uma observação *in situ* durante o semestre letivo;
- VI – avaliar, em conjunto com a coordenação de estágio, as diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso;
- VII – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;
- VIII – acompanhar o trabalho dos professores orientadores;
- IX – registrar a frequência e a nota dos acadêmicos no respectivo diário de classe.

SUBSEÇÃO III



DOS PROFESSORES ORIENTADORES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 18 Os professores orientadores do Estágio Curricular Supervisionado serão definidos pelo Colegiado de Curso, observando-se a distribuição igualitária de estagiários para cada orientador.

Parágrafo único. A distribuição dos professores orientadores entre os estagiários se dará pelo diálogo destes com os orientadores disponíveis para aquele semestre, sob coordenação do Coordenador de Estágio, desde que respeitado o critério de igualdade no número de estagiários por cada orientador e a aproximação das expectativas das demandas dos acadêmicos para com a disponibilidade docente.

Art. 19 Poderão ser professores orientadores de Estágio Curricular Supervisionado os professores vinculados ao Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura da UFFS.

Art. 20 Aos professores orientadores será destinada carga horária compatível ao desenvolvimento dessa atividade.

Art. 21 São atribuições dos professores orientadores o cumprimento das atividades previstas no Regulamento de Estágios da UFFS, além de:

- I – orientar e acompanhar o acadêmico, do ponto de vista dos conteúdos e das metodologias didáticas, nas diversas etapas de realização do Estágio Curricular Supervisionado;
- II – auxiliar na avaliação do processo do estágio dos acadêmicos sob sua orientação, podendo realizar avaliação no campo de estágio;
- III – fornecer informações que subsidiem a avaliação feita pelo professor do componente curricular, emitindo um parecer, ao final do semestre letivo, para cada acadêmico sob sua orientação; e
- IV – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio.

SEÇÃO V DO SETOR DE ESTÁGIO DO *CAMPUS*

Art. 22 O Setor de Estágio do *Campus* assessora o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que tange ao suporte burocrático, legal e logístico.

Art. 23 São atribuições da Divisão de Estágio as atividades previstas no Regulamento de



Estágios da UFFS.

SEÇÃO VI

DOS SUPERVISORES EXTERNOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 24 Os supervisores externos do Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelos campos de estágio, preferencialmente, dentre os profissionais com formação na área do curso.

Art. 25 São atribuições dos supervisores externos o cumprimento das atividades de supervisão previstas no Regulamento de Estágios da UFFS, assim como:

- I – apresentar o campo ao acadêmico estagiário;
- II – facilitar seu acesso à documentação da instituição;
- III – orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;
- IV – informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado ou ao coordenador do estágio o andamento das atividades e o desempenho do acadêmico; e
- V – contribuir na avaliação dos estagiários, emitindo um parecer para cada estagiário ao final do semestre letivo.

SEÇÃO VII

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 26 São obrigações do acadêmico estagiário as atividades previstas no Regulamento de Estágios da UFFS – Resolução nº 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018:

- I - entrar em contato com a entidade-campo na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação e termo de compromisso;
- II - participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;
- III - cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso e o que dispõe este Regulamento;
- IV - respeitar os horários e normas estabelecidos na entidade-campo, bem como seus profissionais e alunos;
- V - manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;
- VI - cumprir as exigências do campo de estágio e as normas da UFFS relativas ao Estágio Curricular Supervisionado;



SEÇÃO VIII DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

SUBSEÇÃO I DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 27 A avaliação do estudante estagiário será realizada pelo professor do componente curricular de estágio, auxiliado, através de pareceres, pelo professor orientador e, no que se refere às práticas de docência e de gestão, também pelo supervisor externo de estágio.

Art. 28 Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado, o estudante deverá obter nota mínima de 6,0 e frequência em pelo menos 75% das aulas do componente curricular.

Art. 29 Os critérios e as formas de avaliação do estudante estagiário, nas diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado, serão propostos pelos respectivos professores dos componentes curriculares para homologação do Colegiado de Curso.

Parágrafo único. Após a homologação, os critérios e as formas de avaliação constarão nos respectivos planos de curso dos componentes curriculares do Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 Os casos omissos neste “*Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado*” serão decididos pelo Colegiado de Curso.



ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Entende-se por Atividades Autônomas (AAs), também denominadas como Atividades Autônomas pelo Regulamento da Graduação (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022), do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura, aquelas realizadas pelo acadêmico que estejam relacionadas à sua formação específica e geral e que possibilitem a complementação ao curso bem como atualização de temáticas ligadas às áreas de conhecimento do curso ao mesmo tempo que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e interdisciplinares.

Art. 2º Os objetivos gerais das Atividades Autônomas Complementares do curso de Geografia – Licenciatura da UFFS são os de ampliar o currículo obrigatório, aproximar o acadêmico da realidade social e profissional e propiciar a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação em atividades que visem a formação profissional e cidadã. Estimular a autonomia na formação do estudante.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES E DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS COMPLEMENTARES

Art. 3º As Atividades Complementares têm uma carga horária mínima prevista de 96 horas e estão divididas em modalidades, conforme descrito do capítulo III ao XV deste Regulamento.

Parágrafo único. A carga horária das AA poderá ser cumprida integralmente em apenas uma das modalidades ou em várias modalidades conforme apresentação dos documentos com a respectiva carga horária.

Art. 4º As atividades somente serão aceitas quando realizadas após o ingresso do acadêmico no curso.



Art. 5º As Atividades Autônomas serão avaliadas e reconhecidas semestralmente, pela Coordenação do Curso.

Parágrafo único. O Colegiado do Curso de Geografia poderá designar uma comissão bem como definir suas atribuições e funcionamento para assessorar a Coordenação do Curso na avaliação e no reconhecimento das AA.

SÍNTESE DAS MODALIDADES DE AA*

Modalidades	Carga Horária**
a) Programas e Projetos de Extensão e de Iniciação Científica.	conforme certificados
b) Monitorias e Estágios não obrigatórios.	conforme certificados
c) Cursos de aperfeiçoamento.	conforme certificados
d) Viagens de Estudo.	conforme certificados
e) Participação em Eventos - congressos, seminários, jornadas, outros.	conforme certificados
f) Publicação.	ver capítulo VIII
g) Organização de Eventos.	ver capítulo VIII
h) Disciplinas isoladas na área ou áreas afins, desde que não computadas como disciplinas (obrigatórias e/ou optativas).	conforme certificados
i) Participação em Colegiado de Curso, Órgãos Colegiados superiores e comissões.	ver capítulo X
j) Grupos Artístico Culturais credenciados ou regularmente constituídos.	ver capítulo IX
k) Participação em eleições na qualidade de mesário.	ver capítulo XI
l) Teste TOEFL/ITPV.	ver capítulo XII
m) Presença em Bancas de Apresentação de TCC, Dissertações e Teses.	ver capítulo XIII
n) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID.	ver capítulo XIV
o) Grupos de Estudos e de Pesquisa.	conforme certificado
CARGA HORÁRIA TOTAL A SER CUMPRIDA	96 HORAS

* descritas nos Capítulos XIII ao XV deste regulamento.

** Carga horária pode ser: conforme certificado, não havendo limite máximo ou mínimo ou estabelecida conforme o regulamento (ver o respectivo capítulo).

CAPÍTULO III

DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO E DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Art. 6º Entende-se por Projeto de Extensão e Projeto de Iniciação Científica os Programas de Bolsas de Iniciação Científica Financiados com recursos de Fundos de Apoio à Pesquisa,



PIBIC-CNPq, ou outros vinculados a UFFS e outras instituições, bem como atividades de extensão universitária.

Parágrafo único. Os participantes voluntários de projetos de IC ou de extensão também poderão validar carga horária conforme certificado

CAPÍTULO IV

DAS MONITORIAS E ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Art. 7º Consideram-se monitorias e estágios não obrigatórios as atividades realizadas em sala de aula e nos espaços destinados à formação profissional que tenham estreita relação com atividades exercidas no campo da área de conhecimento do curso.

CAPÍTULO V

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 8º Consideram-se cursos de aperfeiçoamento os minicursos, os cursos e outras atividades que propiciem um aperfeiçoamento do acadêmico em áreas de conhecimento do curso.

CAPÍTULO VI

DAS VIAGENS DE ESTUDO

Art. 9º Serão consideradas viagens de estudo, aquelas programadas e/ou acompanhadas por professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, destinadas a ampliar os conhecimentos sobre as temáticas tratadas em sala de aula ou para atualização de conteúdos do curso.

Parágrafo único. Serão considerados para fins de AA as viagens de campo feitas como atividades desvinculadas do CCRs que estiver cursando.

CAPÍTULO VII

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS - CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, JORNADAS E OUTROS



Art. 10 Será considerada a participação nos seguintes eventos: congressos, seminários, simpósios, semanas, conferências, colóquios, jornadas acadêmicas, palestras, oficinas, mesas redondas, painéis, encontros, fóruns, ciclos e outros de natureza similar com carga horária conforme certificação.

CAPÍTULO VIII

DA PUBLICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Art. 11 A cada artigo publicado em revista científica serão computadas 60 (sessenta) horas.

Art. 12 Publicação em Anais de Eventos Científicos e de Extensão:

- I – artigo completo: 60 (sessenta) horas
- II – resumo expandido e resumo: 30 horas
- III – apresentação de trabalhos em eventos: conforme o certificado

Art. 13 No caso do certificado não apresentar carga horária a atribuição para a participação na organização de eventos será da seguinte forma:

- I – comissão organizadora: (até) 40 horas por evento.
- II – comissão de apoio e/ou monitoria: (até) 30 horas por evento.

Parágrafo único. Há a definição da carga horária por unidade no caso de publicações de artigos e resumos pois não há certificado com carga horária para tais atividades. Para a Organização de Eventos valerá a carga horária descrita no certificado. Caso não haja a carga horária especificada no certificado valerá a do regulamento.

CAPÍTULO IX

DAS DISCIPLINAS ISOLADAS E/OU CURSOS SEQUENCIAIS DE GRADUAÇÃO

Art. 14 A disciplina isolada será validada conforme a carga horária realizada.

CAPÍTULO X

DA PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADO DE CURSO, ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES E GRUPOS ARTÍSTICO CULTURAIS CREDENCIADOS OU REGULARMENTE CONSTITUÍDOS



Art. 15 À participação, na condição de representante, em colegiado do curso, órgãos colegiados superiores da UFFS e comissões, será atribuída a carga horária de 60 horas por ano para cada representação.

Art. 16 À participação como membro de grupos artísticos culturais credenciados ou regularmente constituídos e vinculados à UFFS, será atribuída a carga horária conforme certificado emitido pelo grupo.

CAPÍTULO XI

DA PARTICIPAÇÃO EM ELEIÇÕES NA QUALIDADE DE MESÁRIO

Art. 17 A participação como mesário em eleições presidenciais, estaduais e municipais o acadêmico terá o direito a 8 horas por turno trabalhado.

CAPÍTULO XII

DA VALIDAÇÃO DO TESTE TOEFL/ITPV

Art. 18 Estudante da UFFS que realizar o teste de língua inglesa TOEFL/ITP aplicado pelo MEC poderá validar a carga horária de 2h conforme PORTARIA Nº 571/GR/UFFS/2014 disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/gr/2014-0571>>

CAPÍTULO XIII

DA VALIDAÇÃO DA PRESENÇA EM BANCAS DE APRESENTAÇÃO DE TCC, DISSERTAÇÕES E TESES

Art. 19 Conforme o Art. 21º do TCC, o orientador deve entregar a lista de presença dos participantes na banca de TCC, para a secretaria do curso emitir declaração para fins de AA, Dissertações e Teses com carga horária de 4 horas.

CAPÍTULO XIV

DA VALIDAÇÃO DO PIBID



Art. 20 A carga horária do PIBID e poderá ser aproveitada integralmente como horas de AA.

CAPÍTULO XV

DOS GRUPOS DE ESTUDOS - PESQUISA

Art. 21 A participação em Grupos de Estudos cadastrados na UFFs, nas diversas áreas do conhecimento, pode ser validada como AA conforme carga horária apresentada no documento comprobatório.

CAPÍTULO XVI

DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS COMPLEMENTARES

Art. 22 Para validar as Atividades Autônomas o estudante deverá cadastrar os documentos no sistema em até 12 meses a contar da data de emissão do documento.

§1º Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de publicações científicas, páginas inicial e final do artigo e ficha catalográfica.

§2º Caso o documento comprobatório da atividade não possua data de emissão, será considerada a data de realização da atividade.

Art. 23 A validação de Atividades Autônomas dos estudantes será realizada de acordo com os seguintes prazos:

§ 1º O estudante ao solicitar a validação, deve anexar o documento comprobatório em até 60 dias antes do fim do semestre letivo vigente.

§ 2º O pedido de validação deve ser analisado em até 15 dias antes do fim do semestre letivo vigente.

Art. 24 A validação das Atividades Autônomas dos estudantes considerados prováveis formandos será realizada de acordo com os seguintes prazos:

§ 1º O estudante ao solicitar a validação, deve anexar o comprovante em até 20 dias antes do fim do semestre letivo vigente.

§ 2º A análise do pedido de validação deve ser realizada em até 5 dias antes do fim do semestre letivo vigente.

CAPÍTULO XVII

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTUDANTE



Art. 25 Cabe ao estudante realizar o pedido de validação das Atividades Autônomas de acordo com as orientações institucionais, em prazo previamente definido e divulgado pela instituição no Calendário Acadêmico.

Art. 26 O estudante deve cadastrar no sistema conforme informado pela Secretaria Acadêmica os documentos que comprovam as atividades e sua respectiva carga horária.

CAPÍTULO XVIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27 Os casos omissos neste “*Regulamento de Atividades Autônomas*” serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.



ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A elaboração, o desenvolvimento e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constituem exigência para a integralização curricular, colação do grau e obtenção do diploma em todos os cursos de graduação da UFFS e tem como objetivos:

- I – Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, incentivando e desenvolvendo a reflexão em torno do uso de técnicas e métodos de pesquisa em temas que abarcam a ciência geográfica;
- II – desenvolver nos alunos o senso crítico e a argumentação científica e as habilidades de redação e elaboração de projetos;
- III – integrar o discente às linhas de pesquisa do curso, vinculadas às atividades de pesquisa de seu corpo docente;
- IV – desenvolver a reflexão, as capacidades teórico-práticas e o aprimoramento relativos ao exercício docente no ambiente escolar;
- V - Estimular a inovação tecnológica e a formação continuada.

Art. 2º O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, denominadas Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), caracterizada como atividade individual, desenvolvida sob a orientação de um professor designado para esse fim.

Art. 3º O TCC constitui-se trabalho de pesquisa autônomo do estudante, baseado na análise de um problema específico e elaborado de acordo com as normas do método científico.

§ 1º O tema do TCC é de livre escolha do estudante, desde que observada a proximidade temática com as linhas de pesquisa, de extensão ou com as possibilidades do corpo de orientadores do curso.

§ 2º A redação do TCC pode se dar no formato monográfico, de artigo científico ou equivalente a esses.



CAPÍTULO II

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso I e II do curso de Graduação em Geografia - Licenciatura será realizado a partir do 8º nível do curso, compreendendo um total de 105 horas, assim distribuídas:

- (i) TCC I, correspondendo a 45 horas; e
- (ii) TCC II, correspondendo a 60 horas.

Art. 5º A matrícula nos componentes curriculares TCC I e TCC II é o que garante o desenvolvimento formal das atividades ligadas à realização e execução tanto do projeto de pesquisa (TCC I) quanto do respectivo estudo em si (TCC II). A matrícula em cada um desses componentes curriculares citados apresenta os seguintes pré-requisitos:

- a – Para Trabalho de Conclusão de Curso - TCC I: ter cursado curso os componentes curriculares do Domínio Específico até o 7º nível.
- b – Para Trabalho de Conclusão de Curso - TCC II: ter cursado TCC I.

Art. 6º É recomendável que o aluno matriculado em TCC I tenha definido, até a finalização deste componente, um orientador para acompanhá-lo na execução e desenvolvimento da pesquisa a ser continuada no componente TCC II. Casos em que não haja disponibilidade de orientador deverão ser tratados e decididos junto ao Colegiado do curso.

Art. 7º As atividades desenvolvidas no componente TCC I dão conta de atividades teórico-práticas ministradas presencialmente e preferencialmente por um docente do domínio específico do curso de Geografia. Essas atividades embasam a concepção e a redação de um projeto de pesquisa científico.

Art. 8º A redação de um projeto de pesquisa científico por parte do aluno matriculado em TCC I é o principal resultado a ser alcançado neste componente.

Art. 9º O projeto de pesquisa a ser redigido em TCC I deve obedecer às boas normas da redação científica. Sugere-se que apresente os seguintes itens: introdução; justificativa; objetivo(s); breve revisão bibliográfica ou teórico-conceitual; metodologia; cronograma de execução; e referências bibliográficas.



Art. 10 O professor orientador, a ser, preferencialmente, escolhido pelo aluno até a conclusão do componente TCC I, será um dos professores lotados na UFFS que ministre Componentes Curriculares no Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura ou, condicionado à aprovação do Colegiado, um docente de outro curso da Universidade Federal da Fronteira Sul ou, ainda, por um técnico em assuntos educacionais com formação superior à graduação, considerando a atuação em áreas afins à Geografia.

Parágrafo único. Será considerada a possibilidade de co-orientação de acordo com o prévio consentimento do professor orientador e do co-orientador, condicionada a aprovação do co-orientador pelo Colegiado de Curso.

Art.11 Cabe ao professor orientador instruir o seu orientando nos aspectos legais, éticos e práticos, no âmbito da UFFS ou não, necessários à realização do estudo científico em TCC II.

Art 12 No ato da apresentação final do estudo por parte do aluno, em TCC II, o professor orientador será o presidente da sessão de defesa e cabe a ele a entrega da ATA DE DEFESA ao professor responsável pelo CCR TCC II, seja diretamente, seja por meio da secretaria de curso ou outro meio.

Art. 13 Cabe ao professor responsável pelo TCC II, que é aquele docente vinculado à carga horária referente à carga horária de TCC II, a organização e divulgação das defesas de TCC do semestre e a preparação dos documentos necessários às defesas de todos os alunos matriculados em TCC II no semestre. O orientador deve enviar as informações com uma semana de antecedência no mínimo. É de sua responsabilidade também o lançamento da nota final obtida após a avaliação do trabalho pela banca examinadora que deverá constar na ATA DE DEFESA do aluno e o fechamento do diário relativo ao componente TCC II no sistema da UFFS. A nota será registrada após a entrega da versão corrigida da monografia, a ata da defesa e termo de permissão para o acesso ao documento.

Art. 14 As requisições de SITUAÇÃO INCOMPLETA, conforme as normas do Regulamento de Graduação da UFFS, deverão ser enviadas pelo aluno(a) com anuência e assinatura do orientador até a última reunião de colegiado do semestre em que o aluno está matriculado para apreciação e deliberação em colegiado. A requisição deve conter a(s) justificativa(s) para o pedido de situação incompleta e indicar prazo de até 2 (dois) meses a partir do início do semestre seguinte, para a conclusão, defesa e envio da versão final do trabalho.

§ 1º Em caso de descumprimento do prazo e dos requisitos indicados no *caput* deste artigo, o aluno será reprovado no CCR TCC II e poderá se matricular novamente no próximo semestre



letivo.

Art. 15 Em TCC II a articulação da pesquisa com a extensão e cultura se apresenta com a divulgação da monografia no Repositório Institucional da UFFS, defesa pública em diferentes ambientes, na confecção de material didático e pedagógico para os laboratórios da instituição, entre outras possibilidades conforme demandas apresentadas pelos estudantes.

SEÇÃO IV

DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 16 A aprovação nos componentes curriculares de TCC I e TCC II obedecem as normas estabelecidas no Regulamento de Graduação da UFFS (Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022).

Art. 17 O projeto de pesquisa deve se constituir no principal meio de avaliação do aluno para sua aprovação ou não no componente TCC I, obedecendo-se as normas da UFFS. A avaliação do projeto de pesquisa de cada aluno matriculado em TCC I fica a cargo do docente ministrante desse componente, ficando a cargo dele delegar ao professor orientador do aluno a possibilidade de também avaliar o projeto. O prazo final de entrega do projeto de pesquisa por parte do aluno é definido no plano de curso do componente TCC I.

§ 1º As críticas e sugestões feitas ao projeto de pesquisa por parte do professor ministrante do TCC I poderão ser ou não consideradas pelo orientador e seu orientando na execução do estudo.

Art. 18 A avaliação do estudante no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II será realizada pelo professor orientador e por mais outros 2 (dois) membros componentes da banca avaliadora do trabalho. A avaliação será feita mediante a leitura e análise da pesquisa entregue pelo aluno aos membros da banca, apresentação oral do trabalho por parte do estudante e arguição oral por parte da banca composta pelos seus membros (inclusos orientador e co-orientador, se for o caso) que, ao término da avaliação, realizarão o registro do resultado e da nota final em ata que deverá ser assinada pelos membros da banca e pelo discente.

§ 1º A nota final do trabalho de TCC II será dada pela média aritmética simples das notas dadas por cada membro avaliador ao trabalho na sessão de defesa.



§ 2º Poderão compor a banca de avaliação do TCC II professores de IES e outros profissionais que tenham titulação mínima de especialista (pós-graduação *lato sensu*), devidamente aprovados pelo Colegiado do Curso.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 Após aprovação, o aluno deverá entregar uma versão final e corrigida do trabalho na forma digitalizada e enviar para o docente do componente curricular, com cópia ao orientador. O docente que ministra TCC deve encaminhar a monografia à secretaria e à coordenação do curso, até o último dia letivo do semestre.

Art. 20 O Trabalho de Conclusão de Curso II deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Institucional da UFFS, cabendo ao próprio estudante encaminhar ao docente de TCC II, a documentação exigida para enviar à secretaria de curso.

Parágrafo único. A secretaria encaminha a monografia e o termo de permissão ao acesso ao documento para a Biblioteca.

Art. 21 O orientador deve entregar a lista de presença dos participantes na defesa, para a secretária/o do curso emitir declaração para fins de AA.

Art. 22 Os casos omissos a este “*Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura*” serão tratados e deliberados pelo Colegiado de Curso.



ANEXO IV - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Art. 1º Define-se como Trabalho de Campo, todas as atividades didático/pedagógicas, de natureza teórico-práticas, desenvolvidas nos componentes curriculares fora da sala de aula e que exijam deslocamentos para áreas de estudos que sejam de relevância para cada CCR do Domínio Específico que tenham trabalho de campo (prática de campo) em sua ementa.

Art. 2º O Trabalho de Campo é uma prática pedagógica obrigatória para a integralização das disciplinas do Domínio Específico do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura.

Parágrafo único. O acadêmico que não tiver aproveitamento suficiente em um dos CCRs que tenham Trabalho de Campo em sua ementa deverá cumprir a atividade quando cursar novamente o CCR em que não obteve aprovação.

Art. 3º A carga horária dos trabalhos de campo é parte da carga horária do CCR, devendo constar no plano de curso.

Art. 4º As atividades poderão ser realizadas nos turnos matutino, vespertino e noturno, podendo estender-se por período superior a um dia.

Art. 5º A carga horária será definida pelo professor da disciplina, devendo ser registrada no Diário de Classe, considerando o anexo I do Regulamento da Graduação.

CAPÍTULO II DA PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Art. 6º Poderão participar dos Trabalhos de Campo, todos os acadêmicos regularmente matriculados no respectivo CCR, o professor responsável, o monitor e/ou técnico de laboratório e convidados especiais. A participação desses últimos seguirá a legislação da UFFS.



Art. 7º Em caso de coincidência de datas e horários de aula ou atividades de pesquisa e extensão de outros componentes curriculares ou grupos de pesquisa, o Trabalho de Campo será considerado como atividade precedente.

CAPÍTULO III

DO PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS DE CAMPO

Art. 8º Cabe ao professor do CCR junto ao colegiado, planejar a execução do trabalho de campo, podendo, inclusive, incluir mais de um CCR do curso.

§ 1º: o planejamento e os recursos necessários são previstos anualmente via planos de ação, cuja previsão dos trabalhos de campo deve ser informada pelo professor do CCR.

§ 2º: recomenda-se que os trabalhos de campo não sejam realizados nas últimas três semanas do semestre letivo.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS NA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO E DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 9º Caberá ao docente responsável informar antecipadamente aos acadêmicos todos os detalhes da viagem, incluindo objetivos, orientações sobre as características dos locais a serem visitados e materiais necessários à atividade que deverão ser providenciados.

Art. 10 Caberá aos discentes o cumprimento da totalidade das normas de segurança de cada local visitado, bem como de tomar todos os cuidados necessários para sua segurança e dos demais membros do trabalho de campo.

Art. 11 Todos os participantes dos Trabalhos de Campo estão sujeitos ao regulamento dos Cursos de Graduação da UFFS.

Art. 12 Caberá ao docente encaminhar o acadêmico ao pronto socorro médico em caso de emergência. As despesas com medicamentos ficarão a cargo do aluno.



Art. 13 Durante a realização dos Trabalhos de Campo deverá ser observado o disposto na Resolução Nº 7/CONSUNI/UFFS/2019 ou posterior, no que se refere à Regulamentação Disciplinar, além das normas estabelecidas neste regulamento.

Art. 14 Os acadêmicos deverão participar das atividades inerentes ao campo zelando por sua segurança.

Art. 15 Nos intervalos das atividades de campo (refeições e após o término das atividades do dia) é de inteira responsabilidade do acadêmico a sua conduta moral, cível e jurídica, devendo zelar pela sua segurança.

Art. 16 Os alunos menores de idade deverão apresentar autorização por escrito dos responsáveis, anuindo e se responsabilizando pelo mesmo.

Art. 17 Em caso de impossibilidade de participação na Atividade de Campo, o acadêmico deverá:

I – apresentar justificativa ao docente do CCR em até cinco (05) dias letivos após a atividade, com vistas à reposição de atividade;

II – havendo concordância pelo docente, o aluno terá o direito de desenvolver o trabalho acadêmico compensatório, com grau de exigência em consonância com os objetivos e conceitos envolvidos na atividade de campo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18 O Colegiado de Curso deverá disponibilizar aos discentes, técnicos administrativos, docentes, cópia deste regulamento.

Art. 19 Os casos omissos serão debatidos e deliberados via colegiado do curso.



ANEXO V - REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem por finalidade regulamentar a validação das Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs) do Curso de Geografia - Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó-SC, atendendo as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a Política Nacional de Extensão Universitária e a Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021.

Art. 2º Entende-se por Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs) do Curso de Graduação em Geografia, interações que envolvam diretamente a comunidade externa, preferencialmente na área de abrangência da UFFS e que estejam vinculadas à formação do estudante, conforme normas institucionais próprias.

Art. 3º O protagonismo do estudante é primordial em todo o processo nas atividades de extensão e de cultura, caracterizando a perspectiva formativa da extensão universitária, contribuindo com a produção e democratização do conhecimento, assim como, possibilitando a formação acadêmico-científica, humana e social do estudante. As atividades curriculares de extensão e cultura são presenciais.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO E CULTURA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º Conforme a Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, são consideradas Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs), aquelas que apresentam as seguintes características:



- I - Sejam realizadas sob a coordenação e/ou orientação docente;
- II - Promovam o envolvimento da comunidade regional da área de abrangência da UFFS como público-alvo;
- III - Atendam às exigências requeridas pelo perfil do egresso e pelos objetivos da formação previstos no PPC do curso;
- IV - Tenham o discente como protagonista das atividades;
- V - Sejam ações que promovam a inclusão social, a relação com problemas e problemáticas sociais relevantes;
- VI - Garantam a participação democrática e plural dos atores sociais e o diálogo universidade/sociedade, por meio de metodologias participativas, pautadas na perspectiva investigação/ação e em métodos de análise inovadores.

§ 1º Para o cômputo das ACEs as atividades de extensão e de cultura, são demandadas por acadêmicos sob orientação de docente, e em consonância com o PPC.

§ 2º Uma vez institucionalizadas, as ações de extensão e de cultura coordenadas por servidores técnico-administrativos da UFFS podem ser validadas como ACEs, desde que tenham na equipe docente(s) responsável(is) pela orientação dos estudantes e estejam em consonância com o PPC.

Art. 5º O Curso de Geografia - Licenciatura, *Campus* Chapecó - SC, estabelece as diretrizes para a validação das atividades de extensão, com fins da curricularização da extensão e cultura:

- I - a inserção de atividades de extensão e de cultura nos PPCs de graduação deve assegurar o percentual mínimo de 10% da carga horária exigida para a integralização curricular, conforme disposto na Resolução 7/2018 CNE/CES;
- II - as atividades de extensão e de cultura devem constar nos planos de curso ou nas modalidades de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, registradas institucionalmente, conforme fluxos específicos da PROGRAD e da PROEC.
- III – a produção de Publicações (manual, jornal, revista, livro, relatório técnico, anais, outros) e Produtos Acadêmicos (audiovisual: filmes, vídeos; cd's, programa de rádio, programa de TV, outros) como resultados das ações de extensão, são fundamentais para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica (FORPROEX 2001/2002).

SEÇÃO II



DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA

Art. 6º No PPC do Curso de Geografia - Licenciatura, *Campus* Chapecó - SC, as atividades de extensão e cultura serão efetivadas mediante:

I - Componente curricular misto, sendo parte da carga horária registrada como ensino e/ou pesquisa e parte como extensão/cultura; previsto na estrutura curricular, com descrição na ementa e no plano de curso;

II - Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs), com carga horária prevista no currículo, sem a obrigatoriedade de alocação específica nos níveis do curso, exigindo o cumprimento da carga horária por meio da atuação em ações institucionalizadas na UFFS e com certificação;

III - Atuação em ações externas de extensão ou de cultura como equipe executora.

Parágrafo único. As diretrizes para validação das horas de extensão firmadas neste regulamento dizem respeito às ações previstas no inciso II: Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs), com carga horária mínima de 127 horas para completar as horas exigidas para a integralização curricular - Resolução 7/2018 CNE/CES.

SEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURSO

Art. 7º Fica instituída a Coordenação de Extensão e Cultura no Curso de Graduação em Geografia para realizar o acompanhamento das atividades de extensão e cultura (ACEs) no âmbito do curso.

Art. 8º Conforme a Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, são atribuições da Coordenação de Extensão e Cultura:

I – coordenar, articular e acompanhar as atividades de extensão e de cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso, em diálogo com os coordenadores das ações, Coordenação Acadêmica, Coordenações Adjuntas de Extensão e de Cultura, e PROEC;

II - orientar os estudantes quanto às atividades e normatização da extensão e da cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso;

III - acompanhar e colaborar, junto às instâncias colegiadas do curso, na organização dos



processos de avaliação das ações de extensão e de cultura inseridas no currículo;

IV – zelar pelo caráter formativo das ações de extensão e de cultura realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

V - divulgar as atividades de extensão e de cultura no âmbito do *campus*;

VI - conduzir a validação das ACEs desenvolvidas no âmbito do currículo do curso.

Parágrafo único. Para auxiliar na validação de ACEs, a Coordenação de Extensão e Cultura pode contar com uma comissão temporária instituída e designada pelo colegiado do curso.

SEÇÃO IV

DA VALIDAÇÃO CURRICULAR DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO E CULTURA

Art. 9º A validação das ações de extensão realizadas pelos/as estudantes do curso ocorrerá mediante apresentação de documentação comprobatória que discrimine a função e atividades realizadas pelo/a estudante, bem como a carga horária.

Parágrafo único. O estudante deve seguir as orientações institucionais para cadastrar os comprovantes das atividades a serem validadas.

Art. 10 As Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACEs) serão incorporadas ao histórico escolar dos estudantes quando validadas pela Coordenação de Extensão e Cultura e colegiado do curso, através da Coordenação de curso que fará o registro no sistema.

Parágrafo único - A validação das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas pelos estudantes no âmbito dos currículos dos cursos será conforme estabelecido em instrumentos regulatórios vigentes institucionais.

Art. 11 A carga horária das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas será validada automaticamente no caso I do Art. 6º, e nos casos II e III, como ACEs pela Coordenação de Curso.

Parágrafo único. Cabe à Coordenação de Extensão e de Cultura avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, com destaque os artigos 9º e 11 da Resolução Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021e o PPC do Curso de Geografia- Licenciatura.

Art. 12 Para fins de integralização da carga horária em Extensão/Cultura, serão consideradas



Atividades Curriculares de Extensão (ACEs):

Modalidade	Atividades realizadas	
I Programa, projetos de extensão e elaboração de produto acadêmico relacionado à participação nestas modalidades, institucionalizadas pela UFFS ou por outra Instituição de Ensino Superior	Participação como bolsista.	De acordo com a carga horária de cada atividade
	Participação como voluntário.	De acordo com a carga horária de cada atividade
II Cursos de Extensão/Cultura	Participação na organização e/ou desenvolvimento/ministração de cursos, minicursos e similares em áreas afins ao curso.	De acordo com a carga horária da atividade
III Publicação Publicação de artigos resultantes das atividades de extensão e cultura dos programas, projetos e eventos, como autor ou coautor. Deverá ser comprovada por cópia da página inicial e final da publicação e da respectiva ficha catalográfica ou equivalente que permita verificação.	Publicação de artigo completo em periódico na área de extensão	60h por artigo
	Publicação de artigo completo em anais em eventos	60h por artigo
	Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de eventos ou extensão	30h por resumo
IV Organização de Eventos de Extensão	Participação em organização de eventos de extensão institucionalizados,	Não tendo a carga horária no certificado, serão consideradas 40h
V Organização de atividades	Participação na organização de atividades para escolas e outras instituições, como o UFFS de Portas Abertas entre outras.	Não tendo a carga horária no certificado, serão consideradas 40h
IV Eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos e recreativos	Produção e participação como protagonista em eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos e recreativos de caráter compatível com o curso de Geografia	Carga horária do certificado ou até 20h

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 É de inteira responsabilidade do (a) estudante o acompanhamento das decisões da Coordenação de Extensão e Cultura, sendo necessário seu protagonismo na integralização da carga horária antes do prazo limite estabelecido para sua conclusão do curso.

Art. 14 O estudante que comprovadamente apresentar documentos falsos, fornecer informações inverídicas, utilizar quaisquer meios ilícitos ou descumprir as normas da instituição estará sujeito à aplicação das penalidades legais previstas.

Art. 15 Os casos omissos devem ser resolvidos pelo colegiado do curso.



ANEXO VI - REGULAMENTO DE EQUIVALÊNCIA DE CCR

Art. 1º Confere equivalência aos componentes curriculares presentes no quadro abaixo, em função da aprovação do projeto pedagógico do curso pela [Decisão nº 25/CONSUNI CGAE/UFFS/2026](#), com outros componentes ofertados na UFFS.

Estrutura Curricular 2026		Demais CCRs ofertados pela UFFS	
Código	Componente Curricular	Expressão Equivalente	Componente Curricular
GCH1891	Geologia Geral	(GEX555 ou GEN100)	Geologia Geral Geologia de Engenharia
GCH1893	História do Pensamento Geográfico	(GCH618)	História do Pensamento Geográfico
GCH1892	Geografia da População	(GCH619)	Geografia da População
GEX1250	Cartografia Sistemática	(GEX557 ou GEX296)	Cartografia Sistemática Cartografia
GEX1249	Climatologia	(GEX556)	Climatologia
GCH2032	Geografia Econômica	(GCH620)	Geografia Econômica
GCH1911	Geomorfologia	(GEX560)	Geomorfologia
GCH1913	Cartografia Temática	(GEX558)	Cartografia Temática
GCH1915	Epistemologia da Geografia	(GCH625)	Epistemologia da Geografia
GCH2353	Geografia dos Solos	(GCH623 ou GCH2033)	Geografia dos Solos Geografia dos Solos
GCH2106	Geografia Política	(GCH621 ou GCH1912)	Geografia Política Geografia Política
GEX1251	Regiões e Redes	(GEX559)	Regiões e Rede
GCH2354	Hidrogeografia	(GEX562 ou GCH1916)	Hidrogeografia Hidrogeografia
GCH1914	Geografia Urbana	(GCH624)	Geografia urbana
GCH2034	Didática em Geografia	(GCH626)	Didática em Geografia
GCH2122	Estágio curricular supervisionado I: o contexto escolar	(GCH627)	Estágio Curricular Supervisionado: Prática de Ensino em Geografia I
GCH2279	Estágio curricular supervisionado II: Organização e funcionamento da escola	(GCH627)	Estágio Curricular Supervisionado: Prática de Ensino em Geografia I
GCH2355	Estágio Curricular Supervisionado III: práticas de Ensino em Geografia	(GCH631)	Estágio Curricular Supervisionado: Prática de Ensino em Geografia II
GCB0800	Biogeografia	(GCB295)	Biogeografia
GCH1917	Sistemas de Informações Geográficas	(GEX561 ou GCH309)	Sensoriamento Remoto Sistema de Informações Geográficas
GCH2035	Geografia Rural	(GCH622)	Geografia Rural
GCH2294	Geografia Cultural	(GCH628)	Geografia Cultural



Estrutura Curricular 2026		Demais CCRs ofertados pela UFFS	
Código	Componente Curricular	Expressão Equivalente	Componente Curricular
GCH2356	Estágio curricular supervisionado IV: Práticas de ensino em Geografia	(GCH632)	Estágio Curricular Supervisionado: Prática de Ensino em Geografia III
GCH2107	Organização do Espaço Mundial	(GCH630)	Organização do Espaço Mundial
GCH2293	Geografia de Santa Catarina	(GCH634)	Geografia de Santa Catarina
GCH2357	Geografia Socioambiental	(GCH635)	Geografia Socioambiental
GCH2113	Geografia do Brasil	(GCH629)	Geografia do Brasil
GCH2358	Estágio Curricular Supervisionado V: Práticas de Ensino em Geografia	(GCH636)	Estágio Curricular Supervisionado: Prática de Ensino em Geografia IV
GCS0941	Espaços Rurais	(GCS321)	Espaços Rurais
GCH2374	Geografia da Saúde	(GCH641)	Geografia da Saúde
GCH2360	Geomorfologia Ambiental	(GEX563)	Geomorfologia Ambiental
GCH1971	Hidrologia e Climatologia Urbana	(GEN242)	Hidrologia e Climatologia Urbana
GCS0942	Espaços Urbanos	(GCS322)	Espaços Urbanos
GCH2366	Planejamento Urbano e Regional	(GCS363)	Planejamento Urbano e Regional
GCH2376	Geografia Histórica	(GCH642)	Geografia Histórica
GCH2377	Geografia da América Latina	(GCH645 ou GCH2108)	Geografia da América Latina Geografia da América Latina
GCH2367	Planejamento Ambiental	(GCS365)	Planejamento Ambiental
GCH2378	Estudos Temáticos em Geografia I	(GCH638)	Estudos Temáticos em Geografia I
GCH2379	Estudos Temáticos em Geografia II	(GCH639)	Estudos Temáticos em Geografia II
GLA213	Língua Brasileira de Sinais - Libras	(GLA108)	Língua Brasileira de Sinais (Libras)
GCH2277	Fundamentos da Educação	(GCH370)	Fundamentos da Educação
GCH838	Fundamentos Psicológicos da Aprendizagem e Desenvolvimento	(GCH374)	Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento humano
GCH833	Didática	(GCH379)	Didática Geral
GCH840	Políticas Educacionais	(GCH383)	Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil
GCS0927	Direitos humanos, cidadania e sociedade	(GCS239 ou GCS0687 ou GCS0877)	Direitos e cidadania Direitos e cidadania Direitos e cidadania
GEX1052	Matemática B	(GEX213)	Matemática C
GCH2385	Trabalho de conclusão de curso I	(GCH633)	Trabalho de conclusão de curso I
GCH2359	Trabalho de conclusão de curso II	(GCH637)	Trabalho de conclusão de curso II